



**Sílvia Talho Ribeiro**

**As camelôs da região central do Rio de Janeiro:  
uma análise feminista-marxista das  
trabalhadoras de rua em tempos pandêmicos**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo programa de  
Pós-Graduação em Direito na PUC-Rio

Orientadora: Adriana Vidal de Oliveira  
Coorientadora: Virgínia Totti Guimarães

Rio de Janeiro  
Agosto de 2021



**Sílvia Talho Ribeiro**

**As camelôs da região central do Rio de Janeiro:  
uma análise feminista-marxista das  
trabalhadoras de rua em tempos pandêmicos**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo programa de  
Pós-Graduação em Direito na PUC-Rio

**Prof. Adriana Vidal de Oliveira**

Orientadora

Departamento de Direito - PUC-Rio

**Prof. Virgínia Totti Guimarães**

Coorientadora

Departamento de Direito - PUC-Rio

**Prof. Márcia Nina Bernardes**

Departamento de Direito - PUC-Rio

**Prof. Mariana Trotta Dallalana Quintans**

UFRJ

Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 2021

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Sílvia Talho Ribeiro**

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2015. Especializou-se em Direitos Humanos e Questão Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC- PR) em 2019.

### Ficha Catalográfica

Ribeiro, Sílvia Talho

As camelôs da região central do Rio de Janeiro : uma análise feminista-marxista das trabalhadoras de rua em tempos pandêmicos / Sílvia Talho Ribeiro ; orientadora: Adriana Vidal de Oliveira ; coorientadora: Virgínia Totti Guimarães. – 2021.

138 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2021.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Camelôs. 3. Reprodução social. 4. Feminismo marxista. 5. Pandemia. 6. Direito à cidade. I. Oliveira, Adriana Vidal de. II. Guimarães, Virgínia Totti. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. IV. Título.

CDD: 340

## Agradecimentos

Esta pesquisa não se desenvolveria sem a gentileza das mulheres que toparam conversar comigo, seja durante suas horas de lazer e convívio familiar, seja enquanto ainda estavam realizando seus trabalhos produtivos na rua. Todas elas permitiram que eu me adentrasse em suas vidas pessoais, quer através das minhas perguntas ou com a "invasão" de uma câmera em suas casas. Foi um privilégio conhecê-las e ouvi-las. Espero que este trabalho consiga, minimamente, traduzir minha admiração por vocês!

Não posso deixar de agradecer a PUC-Rio e seus docentes, que me acolheram, mesmo eu sendo uma "desconhecida" para a Instituição. Agradeço a oportunidade de fazer parte de uma das mais respeitadas Universidades do país.

Agradeço também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 na realização deste trabalho, essencial para o seu desenvolvimento.

Agradeço a Adriana Vidal de Oliveira, minha orientadora, por ter tão prontamente topado essa tarefa e por ter se empolgado com a temática da minha pesquisa.

A minha coorientadora, Virgínia Totti Guimarães, por sua sempre gentileza nas palavras, que ouviu minhas aflições da pesquisa e conteve meu nervosismo, além da torcida pelos problemas pessoais enfrentados durante a pesquisa.

A minha banca de qualificação, Rosângela Cavallazzi e Mariana Trotta, pelas leituras atentas e críticas que auxiliaram na condução deste trabalho, por terem dedicado seu tempo a minha pesquisa.

Aos amigos das antigas, que estão, cada um ao seu jeito, inspirando minhas escritas e fortalecendo meus ideais.

Aos amigos do Mestrado, em especial Rafa e Ju, que nunca me deixaram na mão nas dificuldades de escrita e de sobrevivência no Rio de Janeiro. Meu eterno agradecimento e admiração!

Ao Coletivo aBertha, minhas parceiras de sonhos, que me inspiram a ser uma pessoa mais consciente e responsável socialmente.

Aos amigos de Boa Vista, que me acolheram no novo trabalho e em suas vidas pessoais.

Ao Paolo, meu parceiro, agradeço o apoio e incentivo em todos os meus projetos, além da paciência com as minhas aflições e processos de trabalho. Agradeço também a sua família que desde 2019 me recebe de braços abertos, em especial agradeço a Regina, por sempre se interessar pelas minhas falas, opiniões e estudos e a Nãna, por sempre se empolgar com minhas histórias e trajetórias.

Agradeço a minha família pela torcida quase que incondicional pelas minhas conquistas. Meus avós, exemplos de vida e perseverança; minha tia-madrinha Clê, exemplo de altruísmo e, talvez, meus primeiros ensinamentos de vida sobre solidariedade; meus sobrinhos, que me inspiram a desejar e lutar por um mundo melhor para se viver.

Meus pais, que nunca mediram esforços para que eu pudesse alcançar meus sonhos. Minha mãe, exemplo de gentileza pessoal e profissional, meu maior apoio; meu pai, que tem sempre um abraço pra confortar na hora de voltar pra casa.

Minhas irmãs, Marina, por me ensinar, a cada dia, a força de lutar por aquilo que acredito e de construir meus argumentos; Laura, por não apenas me auxiliar de várias formas na escrita desse trabalho, mas por partilhar comigo as durezas da vida!

## Resumo

Ribeiro, Sílvia Talho; Oliveira, Adriana Vidal de; Guimarães, Virgínia Totti. **As camelôs da região central do Rio de Janeiro: uma análise feminista-marxista das trabalhadoras de rua em tempos pandêmicos**. Rio de Janeiro, 2021. 138p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir do questionamento de quem é a classe trabalhadora atual, esta pesquisa se propõe a compreender e analisar o trabalho informal sob a ótica das mulheres camelôs. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres ambulantes da cidade do Rio de Janeiro, a fim de perceber as dinâmicas sociais entre elas e o espaço público. Assentando a discussão na necessidade de se atentar aos papéis de cuidado, impostos social e historicamente às mulheres, esta pesquisa atualiza as discussões a partir do contexto da pandemia de coronavírus. A região central do Rio de Janeiro, espaço delimitado para a pesquisa, ao mesmo tempo que é marcado por disputas entre a classe trabalhadora e o poder público, influenciado pelas elites dominantes, aparece, nesta pesquisa, como palco de construção de autonomia, liberdade e cidadania pelas camelôs, caracterizando-se também em campo político. Assim, esta pesquisa procura investigar as práticas coletivas, em um contexto individualizante, muitas vezes imposto pelo sistema neoliberal, percebendo exemplos de resistência coletivas e práticas que podem ser denominadas feministas. A pesquisa adotou como enquadramento teórico as teorias da reprodução social desenvolvidas pelos autores feministas-marxistas da chamada Teoria da Reprodução Social (TRS) e da intelectual negra Angela Davis, buscando realizar uma leitura sobre quem é classe trabalhadora atual, não deixando de fora uma investigação generificada e racializada, além de uma análise pautada na realidade concreta enfrentada pelas sujeitas desta pesquisa, não apartando teoria e prática.

## Palavras-chave

Camelôs; Reprodução Social; Feminismo marxista; Pandemia; Direito à Cidade

## Abstract

Ribeiro, Sílvia Talho; Oliveira, Adriana Vidal de (Advisor); Guimarães, Virgínia Totti (Advisor). **Women street vendors in central Rio de Janeiro: a feminist-marxist analysis of street workers in pandemic times**. Rio de Janeiro, 2021. 138p. MSc. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Based on the questioning of who is the current working class, this research aims to understand and analyze informal work from the perspective of women street vendors. For this, semi-structured interviews were carried out with four women street vendors in the city of Rio de Janeiro, to understand the social dynamics between them and the public space. Basing the discussion on the need to pay attention to the roles of care, socially and historically imposed on women, this research updates the discussions from the context of the coronavirus pandemic. The central region of Rio de Janeiro, the specific area of the research, concurrently marked by disputes between working classes and government, influenced by the ruling elites, appears in this research, as the setting of construction of autonomy, freedom and citizenship for the women vendors, featuring the region as well as a political field. Therefore, this research aims to investigate the collective practices, in an individualizing context, often imposed by the neoliberal system, noticing examples of collective resistance and practical actions that can be denominated feminists. This paper adopted as its theoretical framework the theories of social reproduction developed by feminist-marxists authors known as Social Reproduction Theory (SRT) and from the black intellectual Angela Davis, piercing an understanding about who comprises the current working class, not leaving out a gendered and racialized investigation, in addition to an analysis based on the concrete reality faced by the subjects of this research, not separating theory and practice.

## Keywords

Women street vendors; Social Reproduction; Marxist feminism; Pandemic; Right to the city

## Sumário

Introdução .....	15
1. <i>"E a minha história é essa, como de muitos brasileiros né?"</i> - Trabalho informal e ambulante no contexto brasileiro e pandêmico .....	26
1.1. Contextualizando e problematizando a pesquisa - Camelôs e a cidade do Rio de Janeiro .....	28
1.1.1. Cidade como mercadoria - o não lugar dos camelôs .....	35
1.1.2. Camelôs - um problema estético eugenista .....	40
1.1.3. Camelôs - um problema econômico .....	42
1.1.4. Camelôs - um problema de ordem pública .....	46
1.2. Capital Pandêmico .....	53
2. <i>"Pra não ter que ficar dependendo de homem, a gente acaba indo pra rua trabalhar"</i> - Mulheres e Reprodução Social. Uma perspectiva feminista marxista .....	65
2.1. Teoria da Reprodução Social .....	67
2. 2. Mulheres, Raça e Classe .....	76
3. <i>"Então a gente vai se organizando desse jeito"</i> - Feminismo, luta coletiva e Direito à Cidade .....	84
3.1. Ocupação coletiva e popular do espaço público .....	85
3.2. Feminismo Vivo .....	88
3.3. Sujeitas Políticas .....	96
3.4. Perspectiva revolucionária das teorias da reprodução social .	101
4. Conclusão .....	106
5. Referências Bibliográficas .....	113
Anexo 1 – Termos de consentimento .....	131
Anexo 2 – Roteiros de entrevistas .....	136



## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica  
CCU - Companhia de Controle Urbano  
CFL - Companhia de Licenciamento e Fiscalização  
CFER - Companhia de Fiscalização de Estacionamento e Reboque  
COI - Comitê Olímpico Internacional  
CPI - Comitê Paralímpico Internacional  
CUCA - Cadastro Único do Comércio Ambulante  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos  
FIFA - Federação Internacional de Futebol Associação  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFIs - Instituições Financeiras Internacionais  
IPEA - Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada  
IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
MEI - Microempreendedor Individual  
MUCA - Movimento Unido dos Camelôs  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
RJ - Rio de Janeiro  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
Seop - Secretaria Especial de Ordem Pública  
SP - São Paulo  
TJRJ - Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro  
TUAP - Taxa de Uso da Área Pública  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Unicab - União Nacional de Trabalhadoras/es Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil

## Lista de Imagens

Figura 1 - Entrega de cestas básicas do MUCA na Garagem Delas 25	
Figura 2 - Card de convocação a protesto organizado pelo MUCA	53
Figura 3 - Infográfico Perfil de ambulantes no país e daqueles que receberam auxílio emergencial federal .....	64
Figura 4 - Manifestação organizada pelo MUCA contra o decreto municipal nº 48806 com a participação da Unicab e a vereadora Thaís Ferreira .....	74
Figura 5 - Angela Davis button .....	91
Figura 6 - Tithi Bhattacharya discursando em um encontro de boas-vindas para refugiados em Lafayette, Indiana, 2015 .....	91
Figura 7 - Reunião realizada no dia 5 mai 2021 na Câmara dos Vereadores .....	98
Figura 8 - Quatro fotos representativas do café solidário n'A Garagem Delas .....	105

Meu coração está aos pulos!

Quantas vezes minha esperança será posta à prova?

Por quantas provas terá ela que passar? Tudo isso que está aí no ar, malas, cuecas que voam entupidas de dinheiro, do meu, do nosso dinheiro que reservamos duramente para educar os meninos mais pobres que nós, para cuidar gratuitamente da saúde deles e dos seus pais, esse dinheiro viaja na bagagem da impunidade e eu não posso mais.

Quantas vezes, meu amigo, meu rapaz, minha confiança vai ser posta à prova?

Quantas vezes minha esperança vai esperar no cais?

É certo que tempos difíceis existem para aperfeiçoar o aprendiz, mas não é certo que a mentira dos maus brasileiros venha quebrar no nosso nariz.

Meu coração está no escuro, a luz é simples, regada ao conselho simples de meu pai, minha mãe, minha avó e os justos que os precederam: "Não roubarás", "Devolva o lápis do coleguinha", "Esse apontador não é seu, minha filha". Ao invés disso, tanta coisa nojenta e torpe tenho tido que escutar.

Até habeas corpus preventivo, coisa da qual nunca tinha visto falar e sobre a qual minha pobre lógica ainda insiste: esse é o tipo de benefício que só ao culpado interessará. Pois bem, se mexeram comigo, com a velha e fiel fé do meu povo sofrido, então agora eu vou sacanear: mais honesta ainda vou ficar.

Só de sacanagem! Dirão: "Deixa de ser boba, desde Cabral que aqui todo mundo rouba" e vou dizer: "Não importa, será esse o meu carnaval, vou confiar mais e outra vez. Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos, vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês. Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau."

Dirão: "É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal". Eu direi: Não admito, minha esperança é imortal.

Eu repito, ouviram? Imortal! Sei que não dá para mudar o começo mas, se a gente quiser, vai dar para mudar o final!

(Elisa Lucinda, "Só de Sacanagem")

## Apresentação

Penso que este trabalho possui um diferencial, mas também um limitador, que é a pandemia do coronavírus. Ao planejar o marco temporal da pesquisa, no início do ano de 2020, acreditava que a pandemia traria dados com começo, meio e fim, onde eu pudesse descrever a pandemia no tempo verbal "pretérito" e pudesse apresentar conclusões de fato conclusivas sobre como a pandemia influenciou a vida das sujeitas desta pesquisa.

No entanto, assim como muitos pesquisadores, fui surpreendida por um estado interminável e cansativo de "viver sob a lógica pandêmica" e pela necessidade constante de tentar atualizar dados, percepções e informações durante a escrita.

Considero importante também situar os leitores sobre os efeitos que a pandemia teve sobre mim, além dos efeitos sobre as minhas sujeitas, que serão trabalhados no decorrer da pesquisa. Adoto essa explicação para alertá-los de que essa pesquisa não se pretende isenta, pois nem poderia ser. A pandemia teve efeitos concretos sobre meu corpo e reflexos sobre meu posicionamento político. Viver uma pandemia no Brasil, país regido por um governo de extrema direita, movido pelo desprezo à vida e interesses econômicos, tem tudo a ver com o tema que abordo nas próximas páginas e com o posicionamento político (mas também acadêmico) dos teóricos que embasam esta pesquisa.

Contraí o vírus no início de agosto, passei oito dias internada e isolada na cama de um hospital, e permaneci com sequelas muitos meses depois, que necessitaram acompanhamento médico prolongado e interromperam por muitas vezes o ritmo da minha pesquisa e escrita.

Mas a pandemia também me fez pensar na urgência de outras necessidades. No mês de abril de 2020, preocupada com as notícias de aumento de casos de violência doméstica, que vinham principalmente de países que já estavam há meses em quarentena, resolvi construir um Coletivo de mulheres para buscar ferramentas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Através do coletivo, iniciamos uma campanha pública e em apenas dois meses de pressão política no governador de Minas Gerais, Romeu Zema,

conseguimos a aprovação de um Projeto de Lei que possibilita às mulheres realizarem registro de ocorrência através do site da Delegacia Virtual, sem que necessitem sair de casa.

A construção do Coletivo de mulheres que criamos foi auxiliada pela Organização Nossas<sup>1</sup>, uma rede de ativismo que nos capacitou com cursos online de construção de campanhas, elaboração de materiais e articulação de pessoas. A oportunidade de participar de uma formação coletiva, com outros grupos de mobilizadores sociais pensando juntos em soluções para os problemas que ainda estavam surgindo na pandemia, propiciou-me desenvolver um olhar ainda mais focado na ideia de cooperação social.

Tais movimentos articulados pela sociedade civil, construindo micropolíticas de transformação social, regidos por uma lógica diferente do *status quo*, da lógica voltada para o lucro, me fizeram atentar para a força da coletividade, de um modo diferente de fazer, ainda que, por parte de muitas mulheres, como Maria dos Camelôs, a coordenadora do MUCA (Movimento Unido dos Camelôs), já estivesse sendo construído há muito tempo. Ou quando grupos que já existem, como A Garagem Delas<sup>2</sup>, se remodelam para auxiliar quem mais precisa, passando de um local de encontro de lazer, com roda de pagode, para se transformar em um local de cuidado, atento às necessidades da sobrevivência, fornecendo cafés da manhã solidários a quem não tem acesso.

E importa dizer, acredito que justamente a ideia de pertencer a um Coletivo tenha facilitado o meu contato inicial com algumas das camelôs, interlocutoras desta pesquisa, já que algumas possuem posicionamentos políticos bem definidos, os quais identifiquei anteriormente em suas páginas no Instagram. Considero que dizer “quem eu era”, ter me apresentado não apenas como estudante, mas, mais do que isso, como uma aliada às causas sociais e feministas, que não apenas entende, mas compartilha e participa das lutas cotidianas populares (ainda que de forma bastante diferente) abriu um espaço de diálogo e sinceridade que não teria sido possível se eu tivesse feito uso de uma apresentação de “entrevistadora neutra”. Dessa forma, anuncio

---

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre a Organização, consultar o site: <https://www.nossas.org/> Acesso 23 jun 2021

<sup>2</sup> Para saber mais: <https://www.instagram.com/agaragemdelas/> Acesso 23 jun 2021

limites e posicionamentos, dados os lugares de onde venho e no qual me coloquei. O que escrevo a respeito delas vai se entrelaçar à minha identidade enquanto mulher e enquanto ativista.

Importa também ressaltar que embora “ao lado da luta”, não sou “de dentro”. Não sou camelo e, como trazem as estatísticas<sup>3</sup> e confirma Maria em entrevista, a maioria dessas trabalhadoras se identificam como mulheres negras. Sou mulher branca, da classe média, acadêmica e que pude, diferentemente de Maria e Aline (d'A Garagem Delas), praticar o ativismo durante a pandemia dentro de casa. No entanto, recorro-me aqui aos ensinamentos da ativista e intelectual negra Audre Lorde, que nos questiona sobre essas “farsas de separação” que nos impede de escutar e compartilhar mulheres que precisam ser ouvidas:

(...) Que não nos escondamos por detrás das farsas de separação que nos foram impostas e que frequentemente aceitamos como se fossem invenção nossa. Por exemplo: “Provavelmente eu não posso ensinar literatura feita por mulheres negras – a experiência delas é diferente demais da minha”. E, no entanto, quantos anos vocês passaram ensinando Platão, Shakespeare e Proust? Outra: “Ela é uma mulher branca, o que teria para me dizer?”. Ou: “Ela é lésbica, o que meu marido, ou meu chefe, diria?”. Ou ainda: “Essa mulher escreve sobre os filhos e eu não tenho filhos”. E todas as outras incontáveis maneiras de nos privarmos de nós mesmas e umas das outras.<sup>4</sup>

Diante desses questionamentos, coloco-me em um lugar não de representante dessas mulheres, mas de apoiadora<sup>5</sup>. Fugindo à lógica masculinista branca de ciência de “ver sem ser vista, de representar sem ser

<sup>3</sup> WERNECK, Mariana; RIBEIRO, Bruna. Trabalho ambulante feminino na dianteira da vulnerabilidade. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, Rio de Janeiro, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/trabalho-ambulante-feminino-na-dianteira-da-vulnerabilidade/>. Acesso em: 3 set. 2020.

<sup>4</sup> Lorde, Audre. *Irmã outsider* / Audre Lorde ; tradução Stephanie Borges. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019. p. 30

<sup>5</sup> Adoto aqui o termo utilizado por Adriana Vianna e Juliana Farias que se descrevem como “apoiadoras” em pesquisa que analisa os movimentos de resistência frente a violência estatal no Rio de Janeiro. Escrevem: “aqueles que são pesquisadores ou figuras que, de alguma forma, têm uma relação constante com esses familiares e militantes, mas que não são nem familiares, nem moradores de favelas e periferias, são considerados apoiadores. Ou seja, operam graças a uma associação forte, mas não a uma identificação profunda, que só pode ser estabelecida pela experiência compartilhada.” VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. *Movimentos contra a Violência do Estado: gênero, território e afeto como política*. In: *Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais: história e perspectivas/organização*, José Sérgio Leite Lopes, Beatriz Heredia. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019, p. 260

representada”, compartilho os ensinamentos de Donna Haraway<sup>6</sup>, partindo de uma perspectiva da objetividade feminista, o que ela chamou de “saberes localizados”, “corporificados” e, portanto, responsáveis, em que se possa, sob um olhar apenas parcial, e não universal da ciência, traçar conhecimentos ainda que limitados. Importa, assim, dizer de onde falo.

---

<sup>6</sup> HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu(5) 1995: pp. 07 - 41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em 28 set 2020

## INTRODUÇÃO

Dados do primeiro trimestre de 2020, período em que a pandemia de coronavírus começou a adentrar os territórios do país<sup>7</sup>, indicam que 40% da população brasileira estava trabalhando na informalidade, e 14,5% dos residentes no Estado do Rio de Janeiro encontravam-se desocupados (procurando trabalho ou emprego)<sup>8</sup>.

Entender esses números requer que se perceba que o contexto do país já apresentava dificuldades para a classe trabalhadora, que se viu ainda mais fragilizada com a pandemia. Exige-se ainda que se constate quem são os mais afetados enquanto trabalhadores informais: as mulheres negras. Estas, no mesmo período de comparação, possuíam uma taxa de desemprego maior que o dobro da dos homens brancos. Assim, como alternativa, elas passaram a recorrer ao trabalho informal, o que significou um percentual de 52,1% das mulheres negras que ingressaram no "mundo do trabalho" neste intervalo de tempo.<sup>9</sup>

Este é o contexto em que se desenha esta pesquisa, um cenário de desigualdades e dificuldades, de disputa de narrativas e interpretações em torno da pandemia, mas também de iniciativas e rearranjos de movimentos, grupos e coletivos, em luta por sobrevivência e pela valorização da vida.

O foco desta pesquisa será as lutas cotidianas das mulheres camelôs da cidade do Rio de Janeiro, que, ao contrário do imaginário social patriarcal e racista, idealizado pela habitual visibilidade masculina e branca nas lutas urbanas e pelo direito ao trabalho, é constituído por muitas mulheres, em sua

---

<sup>7</sup> LONGUINHO, Daniella. Há um ano, Brasil anunciava primeiro caso de covid-19: Pesquisa mostrou que coronavírus já circulava no país desde 2019. EBC Agência Brasil, Brasília, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-02/ha-um-ano-brasil-anunciava-primeiro-caso-de-covid-19-0>. Acesso em: 24 jun. 2021

<sup>8</sup> MEDEIROS, Jimmy. Quem quer dinheiro?: Do Cartão Família Carioca para a Renda Básica Carioca. op.cit.

<sup>9</sup> TEIXEIRA, Marilane. A pandemia do coronavírus e os seus efeitos sobre as mulheres trabalhadoras. SOF - Sempre Viva Organização Feminista, SÃO PAULO, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/efeitos-pandemia-mulheres-trabalhadoras/>. Acesso em: 1 jun. 2021.



maioria, negras. Estas, além de compor a classe trabalhadora das ruas, também representam muitas das lideranças dos movimentos organizados, como o MUCA (Movimento Unido dos Camelôs), uma das organizações apresentadas neste trabalho.

Nesse sentido, esta pesquisa se desenvolve tendo como lente de análise uma perspectiva feminista-marxista, através do feminismo que usa o materialismo histórico-dialético como centro de análise, mas também de um marxismo feminista, em que o próprio método marxiano é repensado através de uma lógica feminista<sup>10</sup>.

Importante destacar que a categoria “mulher” será abordada sem uma extensão universal ou essencialista, mas mulher enquanto sujeito político coletivo, levando-se em conta que as experiências desse grupo foram e são importantes na construção histórica do capitalismo, dos modos de produção e das resistências.

Pensar as discussões que envolvem as mulheres camelôs do Rio de Janeiro, perpassa necessariamente por temas já abordados em outros estudos e pesquisas<sup>11</sup>, como direito à cidade e ao trabalho, informalidade, resistência contra a violência estatal e também dinâmicas e experiências de ser mulher em um trabalho majoritariamente masculino. Ainda que sejam temas desenvolvidos por outros autores, são assuntos que não se esgotam. Desse modo, essa pesquisa pretende retomar essas discussões, com dados atualizados em contexto e tempo pandêmicos, em que se observa o surgimento de novos movimentos, ao passo que outros têm se transformado para dar conta da sobrevivência da classe trabalhadora.

Além disso, algumas das perguntas que busco desenvolver ao longo do texto referem-se à discussão sobre um feminismo inclusivo e popular: 1) As discussões teóricas feministas atuais abarcam as sujeitas desta pesquisa?; 2) As práticas cotidianas dessas mulheres podem ser percebidas como feministas?

A utilização da teoria feminista-marxista possibilitou uma melhor compreensão das atividades realizadas pelas camelôs, e o que as envolve, sob

---

<sup>10</sup> Conforme as referências bibliográficas que serão abordadas ao longo do texto.

<sup>11</sup> Trabalhos estes que serão citados e retomados ao longo do texto de acordo com o tópico e tema específicos.

uma perspectiva relacional, inserida em um contexto concreto social e histórico e não de escolhas livres e individuais. Perceber isso, me fez entender a fala de muitas das entrevistadas, as quais revelam que seus atuais trabalhos não foram frutos de escolhas próprias, mas muito por falta delas, ainda que hoje elas se orgulhem de serem identificadas e de identificarem a si mesmas como camelôs.

Busquei, ainda, conversar com essas mulheres objetivando compreender as suas práticas cotidianas no intuito de entender o contexto em que estão inseridas, para além da reivindicação de luta pelo direito de ocupar as ruas, compreender o cenário que elas formam e por ele são também formadas.

A Teoria da Reprodução Social (TRS) é um referencial teórico bastante importante neste ponto da pesquisa. Esta, parte das discussões iniciadas pela marxista Lise Vogel, na década de 1980, que indicou uma teoria unitária, com base na reprodução social, como explicativa da opressão de gênero, diretamente relacionada ao sistema capitalista<sup>12</sup>. A TRS, no entanto, é uma atualização da tese de Vogel, enquanto reação ao aprofundamento da crise econômica gerada pelo neoliberalismo a partir de 2007-2008<sup>13</sup>, mas também uma necessidade de atenção à análise às demais formas de opressão, às quais não foram incluídas por Vogel, como as determinações de raça.<sup>14</sup>

A atualização da teoria da reprodução social proposta pelos estudiosos da TRS objetiva responder a seguinte questão: "se os trabalhadores produzem as mercadorias sob o capitalismo, quem produz os trabalhadores?"<sup>15</sup>. Este é o ponto chave para a compreensão do conceito de "classe trabalhadora" e da interligação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Parto assim para a

<sup>12</sup> ARRUIZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos, *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, 2017, p. 41. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300341/mod\\_resource/content/1/ARRUIZZA%2C%20Cinzia.%20Funcionalista%2C%20determinista%20e%20reducionista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300341/mod_resource/content/1/ARRUIZZA%2C%20Cinzia.%20Funcionalista%2C%20determinista%20e%20reducionista.pdf) Acesso em 10 fev 2021

<sup>13</sup> FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes. 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, p. 16.

<sup>14</sup> *Ibid.* p. 13.

<sup>15</sup> BHATTACHARYA, Tithi. VIDEO: What is Social Reproduction Theory? Pluto Press. Londres, 2017. 1 vídeo (6 min 49 s). Disponível em: <https://www.plutobooks.com/blog/video-what-is-social-reproduction-theory/> Acesso 5 jun 2021

compreensão, neste trabalho, de que as decisões de trabalho remunerado das sujeitas desta pesquisa são pensadas a partir de seus papéis culturais e sociais também como mães, esposas, cuidadoras. Assim, reivindicar o direito ao trabalho é também uma reivindicação à sobrevivência, tanto como classe trabalhadora, quanto como pessoa sujeita de direitos.

Os teóricos feministas-marxistas propõem um novo olhar sobre as relações sociais e, sob uma análise voltada para as teorias da reprodução social, vislumbram uma potência revolucionária, destacando-se como um dos pontos que diferencia a TRS de outras teorias feministas.

A ideia inicial desta pesquisa era investigar, inspirada por esse viés revolucionário proposto pela TRS, se as práticas coletivas constituídas por movimentos sociais, como o MUCA, podem ser lidas como anticapitalistas e inspirar novos comuns<sup>16</sup>. No entanto, no decorrer da pesquisa, ainda que tenha visualizado potências transformativas, não foi possível concluir se tratar de um movimento antissistêmico.

Aponto também que embora traga teorias estrangeiras para conversar sobre as camelôs do Rio de Janeiro, busco aqui inferir que existem pontos em comum entre a classe trabalhadora global de identificação e de "solidariedade prática", pois o capitalismo informa padrões semelhantes de exclusão e apropriação de forma global.<sup>17</sup> Assim, tais teorias podem ser usadas como explicativas da realidade contemporânea, de um capitalismo globalizado e informar a necessidade de uma solidariedade transnacional e potencialmente revolucionária, conforme defendido por Angela Davis<sup>18</sup> e os teóricos da TRS.

Ainda, ressalto que trabalhar com autores que desenvolvem uma escrita em que academia e ativismo não se apresentam como dissociados, mas como resultados de suas vivências e posicionamentos sociais e políticos, dão

<sup>16</sup> Federici, Silvia e Valio, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. Revista Estudos Feministas [online]. 2020, v. 28, n. 2 [Acessado 19 Junho 2021], e70010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>>. Epub 03 Jul 2020. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>.

<sup>17</sup> ARRUIZZA, Cinzia Arruzza; BHATTACHARYA, Tithi. Feminismo para os 99%. Mediação Isadora Attab. YOUTUBE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ysBI3EV2-Nw> Acesso em 19 abril 2021

<sup>18</sup> DAVIS, Angela, 1944- Construindo movimentos [recurso eletrônico] : uma conversa em tempos de pandemia / Angela Davis, Naomi Klein ; tradução Leonardo Marins. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. recurso digital (Pandemia capital)

sentido à uma pesquisa engajada no materialismo-histórico, sem levar a uma colonização do saber.<sup>19</sup>

Dessa forma, objetivo apresentar uma pesquisa empírica que se funde com a análise teórica realizada no desenvolvimento deste trabalho. Haverá apenas uma separação entre a apresentação das entrevistadas no início dos dois primeiros capítulos e o corpo do texto, com o intuito de introduzir e corporificar a temática apresentada ao longo da pesquisa. Ainda, informo que, para a melhor identificação das falas das entrevistadas no corpo da obra, optei por transcrevê-las usando a tipografia em *itálico*.

Tendo como propósito corporificar a pesquisa, realizei entrevistas semiestruturadas, por meio eletrônico (tendo em vista a pandemia), com quatro mulheres camelôs das ruas da cidade do Rio de Janeiro: Maria dos Camelôs, Aline e duas outras que denominei Natalina e Shirley. Aline é a única que não integra o MUCA, mas constrói um outro movimento organizado nesse momento de pandemia, A Garagem Delas. Vale ressaltar que Shirley e Natalina fazem parte do MUCA, embora a última não acredite muito que alguns movimentos sociais possam de fato trazer mudanças estruturais. Esse posicionamento representou uma quebra de expectativa da minha parte, que apresentarei melhor no capítulo 3, mas conversar com ela me possibilitou perceber que a categoria, como toda a classe trabalhadora, é complexa, e que o feminismo deve ser um movimento, bem como uma lente de análise, integradora, que abarque outras mulheres costumeiramente fora das discussões teóricas.

Aproveito aqui para apresentar brevemente duas de minhas sujeitas da pesquisa. Figura conhecida no cenário carioca, seja nas ruas do Centro da cidade, nos noticiários dos telejornais ou até nas propagandas políticas, Maria de Lourdes, ou Maria dos Camelôs, como se apresenta, se autodeclara negra, tem 47 anos, 4 filhos e é cofundadora e coordenadora do MUCA - Movimento Unido dos Camelôs.

Maria, natural de Minas Gerais, antes de ser camelô trabalhou como empregada doméstica em uma casa na Zona Sul do Rio de Janeiro, enquanto residia no Município de Japeri. Já com dois filhos, Maria enfrentava muitas

---

<sup>19</sup> FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes, op. cit., p. 148.

dificuldades financeiras (mas também de logística) quando foi convidada por uma vizinha a auxiliá-la em suas vendas, nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, às vésperas do Natal de 1996. A partir daí, Maria de Lourdes passou a ocupar, quase que diariamente, as ruas, e hoje se reconhece como camelô: a Maria dos Camelôs.

Durante a pandemia, Maria, à frente do MUCA, organizou a distribuição de cestas básicas; protestos em frente à Câmara dos Vereadores para solicitar o pagamento de auxílios da Prefeitura aos camelôs não cadastrados; se candidatou à vereadora e promoveu inúmeras articulações com outros movimentos e com figuras políticas. Mesmo não tendo sido eleita na sua primeira tentativa a um cargo de vereadora do Rio de Janeiro, Maria se alegra por ter feito um debate com a sociedade:

*A gente precisa conversar, a gente precisa entender a economia informal, qual o papel nosso nas cidades, ainda mais depois da pandemia que vai deixar muita gente desempregada. Já tá, e quando as pessoas voltarem de verdade, vai ter muito mais gente desempregada.*

Aline ainda não completou 30 anos, mas antes da pandemia trabalhava como "camelô de evento"<sup>20</sup> há mais de 5 anos e organizava um pagode, A Garagem Delas, com sua mãe e uma amiga, também camelôs, em um depósito no Centro do Rio de Janeiro. Ela tem 3 filhos e também se autodeclara negra. Aline precisou buscar um trabalho com carteira assinada durante a pandemia e mudar de casa para conseguir pagar o aluguel. Percebendo que não só ela passou a enfrentar dificuldades durante a pandemia, transformou A Garagem Delas em um ponto para fornecer café da manhã (e outras coisas que recebe de doação) à população mais vulnerável, de 15 em 15 dias.

Aline não integra o MUCA, mas afirmou que conhece Maria, e que disponibilizaram A Garagem para a distribuição de cestas básicas do Movimento. Notei ainda que tanto o MUCA quanto A Garagem fazem comentários positivos nas postagens do Instagram de ambos. Aline narrou também que sua mãe faz parte do MUCA e que auxilia o Movimento nas passeatas, como, por exemplo, na produção de cachorros-quentes para

---

<sup>20</sup> Nas palavras da entrevistada, é o tipo de camelô que vai aonde tem: "pagode na praça, bloco de carnaval, samba em algum lugar, porta de show, de boate."

protesto exigindo auxílio emergencial para os camelôs, realizado no mês de abril de 2021.

Maria organiza o MUCA, junto com seus companheiros, desde 2003. Aline reorganizou seu grupo e espaço em agosto de 2020. Essas duas mulheres me contaram sobre seus trabalhos produtivos e reprodutivos, suas formas de rearranjo diante de uma pandemia que exigiu delas mudanças pessoais, mas também no trabalho remunerado, exemplificando corporalmente que um não se desconecta do outro. As violências que sofrem as atingem em vários âmbitos, mas ainda são as principais articuladoras de movimentos ou grupos de resistência a essas violações.

Além de Maria e Aline, entrevistei outras duas camelôs da cidade do Rio de Janeiro. Os nomes das sujeitas utilizados neste trabalho são nomes fictícios, respeitando a regra de anonimato que vige as entrevistas semiestruturadas<sup>21</sup>, para garantir privacidade e conforto ao expressar opiniões. Sendo assim, escolho para intitulá-las os nomes de duas personagens do livro "Insubmissas Lágrimas de Mulheres", de Conceição Evaristo, como forma de homenagear esta que "não se desvencilha de um corpo-mulher-negra em vivência"<sup>22</sup>, e que em seu livro narra histórias de mulheres reais, (con)fundindo com as suas próprias histórias. Desta forma, designá-las com nomes de personagens reais, é uma forma de homenagem às trajetórias das sujeitas de quem escrevo, mulheres negras e insubmissas diante das dificuldades apresentadas no cotidiano brasileiro. Nomeio, assim, minhas entrevistadas de Shirley e Natalina.

Mantenho aqui o nome da entrevistada Maria dos Camelôs, nome que esta é conhecida por seu trabalho, luta e como figura reconhecida na política carioca. Tendo em vista que me utilizo nesta pesquisa para falar de Maria e com Maria, não apenas as entrevistas realizadas por mim, mas outras pesquisas e entrevistas que já foram publicadas, nomeio-a como forma de citar sua atuação como líder no Movimento e por esse trabalho se misturar com a técnica de entrevista de história de vida, já que a própria criação do

---

<sup>21</sup> Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses / coordenadores: Marina Feferbaum, Rafael Mafei Rabelo Queiroz. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2019, p. 293.

<sup>22</sup> EVARISTO, Conceição. Insubmissas lágrimas de mulheres. 4. ed. Rio de Janeiro: Male, 2020.

MUCA se (con)funde com a trajetória de vida de Maria dos Camelôs, em que um não existiria sem o outro.

Nomeio também Aline por ser idealizadora e cofundadora d'A Garagem Delas. Aline tem expressão no cenário carioca, utilizando suas redes sociais e do grupo para ampliar seu alcance e atrair doações para o café, mas (acredito) que também para o pagode que elas realizavam e pretendem voltar a realizar quando a pandemia passar. Espero que esse trabalho possa contribuir com a divulgação de seu trabalho em outros espaços e fazer jus a sua história. Tanto Aline quanto Maria me autorizaram a escrever esse trabalho com seus nomes reais.

Devido à pandemia, a impossibilidade de realizar um trabalho de campo, com observação das sujeitas em seus ambientes de atuação e ver as dinâmicas sociais, foi, evidentemente, um limitador à pesquisa. Mas vale ressaltar que o próprio relato das sujeitas e como elas próprias enxergam seu papel na mobilização e na construção de seus grupos e movimentos, além de suas próprias atividades, são elementos e recursos férteis para a análise que aqui me proponho. Enfatizo ainda que este trabalho tem como pressuposto retratar de forma bastante fidedigna o que elas mesmas pensam sobre suas atividades, evitando um olhar meu (possivelmente viciado) como pesquisadora/observadora.

Vale ressaltar aqui um dado que se apresentou recorrente nas interlocuções, que poderia ser mera curiosidade se essa pesquisa não tivesse como lente de análise a reprodução social: todas as entrevistas realizadas com as sujeitas que têm filhos (Maria, Aline e Shirley) foram interrompidas, ainda que brevemente, por algum de seus filhos. Aline passou boa parte do tempo da entrevista com o filho no colo. Suponho que seja porque a entrevista foi realizada no final da tarde de um sábado, período em que fica com seus filhos, já que, por atualmente necessitar trabalhar com carteira assinada, acorda às 5h da manhã e retorna apenas no período da noite nos dias de semana, deixando as crianças com sua mãe nesses dias. Assim, acredito que seu filho menor aproveite os finais de semana para ficar grudado na mãe.

Sobre a "seleção" das entrevistadas, essa ocorreu informalmente. Já havia conhecido Maria dos Camelôs em um Curso de Formação de Agentes Sociais em Políticas Públicas e Direito à Cidade realizado em 2019 pelo

IPPUR/UFRJ, ocasião em que ela foi ministrar uma aula e contou sobre o MUCA. Através dela contactei Shirley, que também integra o MUCA e são próximas. Pela página do Facebook do MUCA notei um comentário de Natalina sobre a dificuldade enfrentada pelos camelôs durante a pandemia, enviei-lhe uma mensagem por "direct" e ela prontamente me respondeu. Encontrei Aline pelas páginas do Instagram do MUCA, pois, como afirmei acima, A Garagem costuma deixar comentários de elogios na página do MUCA.

Além das entrevistas, analisei “lives” e entrevistas concedidas por Maria e pelas organizadoras d'A Garagem Delas, reportagens jornalísticas feitas com outras camelôs durante a pandemia, trazendo trechos e falas que se relacionavam a esse trabalho e pesquisas realizadas com trabalhadores informais em geral ou especificamente com camelôs. Também analisei os Instagram's do MUCA, d'A Garagem Delas e da Maria dos Camelôs, bem como o blog do MUCA, buscando manter a escrita atualizada a partir das ações por elas realizadas.

\*\*\*

Inicialmente, o capítulo I será responsável por espacializar e contextualizar a pesquisa. Apresento as teorias justificadoras da informalidade no contexto brasileiro, apontando que o fenômeno não é transitório dentro do capitalismo, mas sim constitutivo. Embora essa teoria seja defendida por inúmeros teóricos, argumenta-se que as políticas públicas são criadas e pensadas de forma diversa pelos gestores, entendendo que a informalidade pode ser "formalizada" e expandindo meios de fazê-la, como a inclusão de camelôs nos sistemas tributários através do cadastro de MEI (Microempreendedor Individual). No entanto, discute-se que as formalizações individuais têm o caráter de desconstituir laços comunitários, o que é mais um viés capitalista apontado no trabalho.

Mais à frente, no mesmo capítulo, trago a discussão sobre a cidade globalizada e capitalista, modelo de gestão adotada pelo Rio de Janeiro, competindo por investimentos privados, remodelando os espaços públicos, mas, ao mesmo tempo, restringindo o acesso de seus cidadãos ao direito à cidade e à cidadania. Partindo dessa discussão, contextualizo a discussão dos



camelôs na cidade, que constantemente são excluídos dos processos decisórios de gestão do espaço público, além de perseguidos violentamente pelos gestores municipais.

Adentrando em uma segunda parte do primeiro capítulo, analiso especificamente o contexto que chamo de Capital Pandêmico, pegando emprestada a expressão do sociólogo Ricardo Antunes. A afronta e perversidade do sistema capitalista no contexto da pandemia passa a ser demonstrada nas dificuldades de sobrevivência enfrentadas pelas camelôs do Rio de Janeiro e de outras cidades que concederam entrevistas a veículos jornalísticos.

No capítulo dois, trabalho produtivo e reprodutivo se imbricam. Buscando entender como as mulheres camelôs conduzem a separação entre suas vidas pessoais e profissionais, o enquadramento teórico aprofunda-se em uma perspectiva generificada e racializada sobre a classe trabalhadora atual, perpassando por uma análise histórica de consolidação do capitalismo e o lugar reservado às mulheres nesse processo.

O terceiro e último capítulo abordará a ocupação do espaço urbano pelas camelôs como forma de construção da cidade; o feminismo popular construído por elas em seu agir cotidiano e a solidariedade; o cuidado como chave de um feminismo inclusivo e marxista e, por último, ultrapasso um pouco as atividades das camelôs, mas partindo delas (sujeitas políticas ativas), busco apontar caminhos para se pensar a superação do sistema capitalista, partindo de um novo modo de ver e sistematizar o mundo: o agir coletivo proporcionado pela reprodução social.

Concluo, além de apresentar um resumo do que foi abordado neste trabalho, apontando perspectivas que não puderam ser desenvolvidas ao longo da dissertação, mas que podem ser objeto de análise em um futuro trabalho ou indicar caminhos para outros pesquisadores que se interessem pelos temas aqui trazidos.

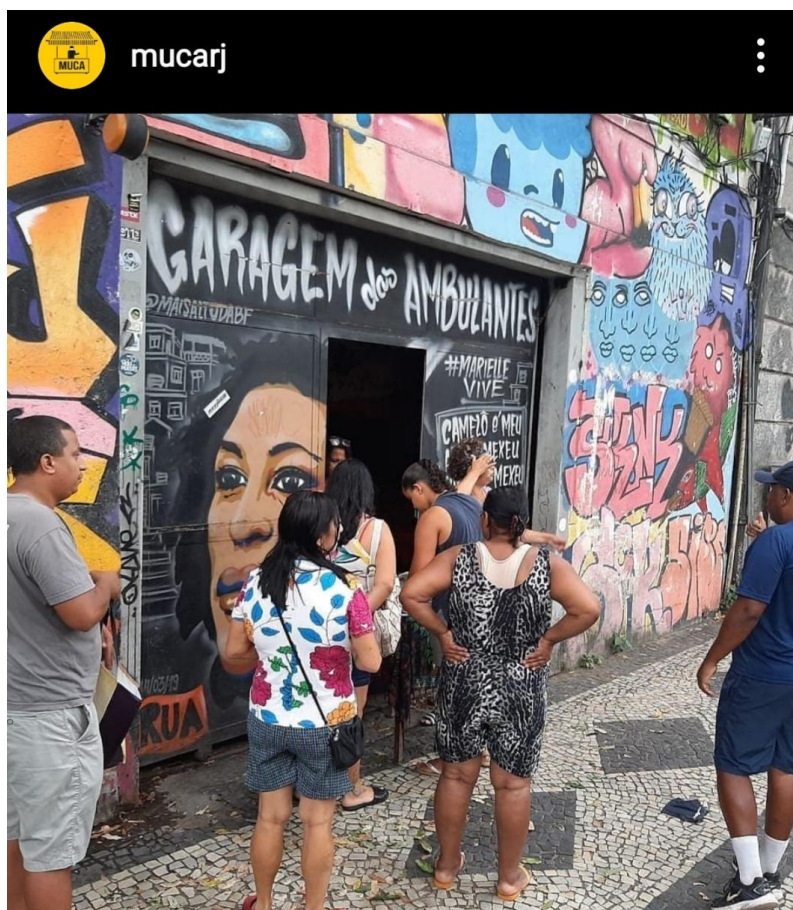


Figura 01: Entrega de cestas básicas do MUCA na Garagem Delas<sup>23</sup>

<sup>23</sup> MUCARJ. MUCA entrega mais 100 cestas básicas. Rio de Janeiro, 1 abril 2020. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B-cbY63Dnme/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/p/B-cbY63Dnme/?utm_source=ig_web_copy_link) Acesso em 29 jun 2021

## 1

***E a minha história é essa, como a de muitos brasileiros, né?! - Trabalho informal e ambulante no contexto brasileiro e pandêmico.***

*São oito horas da noite e Natalina ainda não encerrou o dia de trabalho. Ao mesmo tempo em que faz suas vendas, Natalina conversa comigo. Sem se importar com o barulho dos carros à sua volta, ela responde às minhas perguntas e não perde o bom humor.*

*Natalina tem 54 anos de idade e exerce a profissão de camelô desde 1998. Enfática, ela afirma que o trabalho na rua "vicia", pois é com ele que ela paga a sua autonomia.*

*Sem filhos por opção, Natalina deixa claro que, com sua ocupação laboral, ela paga seus impostos, se sustenta e ainda ajuda a mãe, que teve um AVC e apresenta perda de memória. Depois, relata que cuida também do irmão. Embora ele não seja totalmente dependente, vive com elas e "tem a mente de uma criança de 10 anos".*

*Perguntada sobre a raça com a qual se reconhece, diz ser descendente de negros e indígenas, acrescentando como consequência que é parda<sup>24</sup>, e que no Brasil "é tudo misturado mesmo".*

*Diz que já procurou outros tipos de serviços, mas que o que ela é mesmo é camelô. Assim como muitos, Natalina não possui licença da Prefeitura para a atividade, então trabalha "conforme dá". Diz que tem um "ponto fixo" na Tijuca, porque todos sabem que ela costuma colocar seus produtos lá há muitos anos, mas que nos finais de semana, feriados,*

---

<sup>24</sup> Devido a grandes divergências na utilização do termo "pardo" para descrição de raça/cor, sendo, por vezes, considerada uma "categoria residual ou mesmo como um não rótulo" nas palavras do cientista político Luis Augusto Campos, adotarei a classificação "negras" para me referir também àquelas que se autoidentificaram como "pardas", sem, no entanto, deixar de sinalizar-las ao leitor. Justifico ainda minha escolha através das considerações do estudioso que afirma que a categoria "negro", para os movimentos negros, possui valor político como uma "denominação positiva e identitária". CAMPOS, Luís Augusto. O Pardo como Dilema Político. In: Insight Inteligência. OUTUBRO: NOVEMBRO: DEZEMBRO 2013, p. 89. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/03/O-pardo-como-dilema-pol%C3%ADtico.pdf> Acesso em 18 dez 2020.

*Carnaval, ela vai vender é na Praia de Copacabana ou de Ipanema. Mas enfatiza que na praia deixou de ir durante a pandemia, porque não quer se "arriscar", principalmente com a mãe de 84 anos em casa, ela não quer "ficar levando doença pra dentro de casa". "Chego em casa tiro o sapato, tiro roupa, já boto no tanque, passo álcool nas maçanetas de portas, tiro tudo já."*

*Natalina narrou que trabalha aproximadamente 12 horas por dia e que leva aproximadamente 30 minutos caminhando de casa até o seu ponto de trabalho na Tijuca ou 30 minutos de ônibus até a praia, que "mora perto, é uns minutos só". Como as outras camelôs entrevistadas, ela paga um depósito particular para armazenar seus materiais de venda, para "não ficar trazendo e levando todo dia".*

*Enfática, afirmou que "a rua só tá enchendo, cada vez mais". Narra que em Copacabana e Ipanema há pessoas que tiveram acesso ao ensino e trabalho formais, por exemplo, que já trabalharam no Banco do Brasil, falam três idiomas, mas que estão na rua vendendo artesanato, "porque não têm outro meio de se sustentar". Afirma ainda que "ficou difícil, ficou muito difícil com essa pandemia. Antes da pandemia já era difícil e com a pandemia acho que ficou pior". E completa sobre a ocupação das ruas pelas mulheres: "Têm garotas bem novas também, que engravidam cedo, aí vêm pra rua, vende um cafezinho, aí bota as crianças naqueles canguru né, que chama?! e fica vendendo cafezinho, uns doces, com as crianças, sabe? é assim..."<sup>25</sup>*

*Perguntada se já foi desrespeitada na rua, ela afirma que por outros camelôs não, mas que o preconceito contra os ambulantes é muito grande, vindo dos próprios moradores da Tijuca, que, segundo ela, é um bairro nobre.*

*Eles tem aquele preconceito. Tem gente que fala até assim: ah, vai arrumar um emprego decente... aí eu me pergunto: que que é um emprego decente?! ah, vai estudar. Não é todo mundo que nasceu que quer estudar. Quem quer estudar, vai estudar, vai se formar, vai trabalhar... quem não tem condições vai o que? vai trabalhar! cada um na sua escolha, sabe? Ah, vai trabalhar, vai arrumar um emprego, vai estudar pra ser alguém, então o que*

---

<sup>25</sup> No capítulo 2, abordarei a questão, levantada por Angela Davis, das mulheres negras escravizadas que, não podendo deixar de trabalhar, envolvem seus filhos em panos amarrados em volta de seus corpos e trabalham na lavoura, sob as mesmas condições dos homens escravizados.

*que determina a gente ser alguém? um livro? um diploma? Claro que não, eu não acho que é isso! Se fosse assim, não tinha tantos assassinos com diplomas. Mostrou o cara que jogou a mulher pela janela, o cara formado, cara era isso, que era aquilo, era um psicopata. Outro dia mostrou ele na televisão falando assim como se fosse a coisa mais normal. Mostrou ele jogando ela do prédio. O cara formado, o cara tem diploma, de família rica né? e o cara, então quer dizer, o que define uma pessoa? um diploma, um livro, né? Mas, assim, é isso.*

*Após relatar suas atividades cotidianas e habituais, seu dia-a-dia de trabalho, sem deixar de afirmar que paga seus impostos, e, ao mesmo tempo, sustentar a si e a sua mãe idosa, conclui: “E a minha história é essa, como a de muitos brasileiros, né?!”*

## **1.1 Contextualizando e problematizando a pesquisa - Camelôs e a cidade do Rio de Janeiro**

Quando Natalina e Maria afirmam: "eu sou camelô", como um grito de identidade, pode-se traçar que a luta pelo reconhecimento se faz no plano público e político de enxergar a informalidade não como uma situação econômica de transitoriedade<sup>26</sup>, mas sob um fenômeno social complexo, e que deve ser analisado sob um ponto de vista amplo, merecedor de olhares atentos das políticas públicas e da sociedade, com um potencial econômico e cultural significativos.

Por que os trabalhadores informais, e ainda mais as trabalhadoras das ruas, em toda a sua pluralidade, costumeiramente são esquecidos das agendas dos planejamentos urbanos, ou mesmo das agendas de proteção, quando constituem um dos grupos mais vulneráveis, ainda mais diante da pandemia de coronavírus?

---

<sup>26</sup> O sonho de Shirley, camelô que será apresentada no capítulo 2 desta dissertação, de ser assistente social, não invalida esse olhar sobre a necessidade de uma visão macroeconômica da informalidade, já que, como dissemos, ela é um fenômeno complexo, em que alguns camelôs preferem continuar a exercer sua profissão (mas com garantia de direitos), enquanto outros a exercem por falta de opção.

Ainda que o termo "camelô" possa ser considerado pela literatura especializada<sup>27</sup>, ou mesmo pelos dicionários<sup>28</sup>, como um termo pejorativo, a utilização do vocábulo pelas entrevistadas, ou mesmo no significado do nome do MUCA, ou ainda da líder Maria dos Camelôs, parece-me um exemplo de redefinição de palavras, onde um grupo social marginalizado faz uso do termo depreciativo buscando reafirmar uma identidade, enquanto ato político.<sup>29</sup> Sendo assim, trabalharei com a não diferenciação entre os termos "trabalhadores de rua", "ambulantes" e "camelôs" nesta pesquisa, como uma única categoria que faz parte do conjunto "trabalhadores informais"<sup>30</sup>.

Luciana Itikawa, arquiteta e urbanista brasileira, em sua tese de doutoramento, faz uma importante investigação acerca das diferentes abordagens explicativas sobre a informalidade. Segundo ela, uma vertente considera a informalidade como um efeito de um "processo em curso", sendo uma falha do desenvolvimento capitalista que não deu conta de utilizar a mão-de-obra excedente, mas que pode, através desse processo adaptativo e

<sup>27</sup> ITIKAWA, Luciana Fukimoto. Trabalho informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas. 2006. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.16.2006.tde-03032010-154458, p. 5. Acesso em: 2021-03-10. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-03032010-154458/pt-br.php>.

<sup>28</sup> Segundo o dicionário Michaelis On-line, o termo significa: "Vendedor que comercia bugigangas, miudezas ou qualquer artigo vendável, expondo-os nas calçadas, ou em tabuleiros, comumente de forma clandestina, sem autorização legal, apregoando essas mercadorias em voz alta e, às vezes, de forma pitoresca: "[...] *sacolas de todos os tamanhos, fileiras de bancas de camelôs dividindo o meio-fio com carros [...]*" (EZ). CAMELÔ. In: DICIONÁRIO Michaelis UOL. Ed. Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=K4YP> Acesso em: 11 jan 2021. Ainda, o termo viria do francês camelot: "Marchand qui vend dans la rue des objets de pacotille." CAMELOT. In: DICIONÁRIO Larousse Français. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/camelot/12506#locution> Acesso em: 11 jan 2021

<sup>29</sup> CAMELÔS: panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019, p. 29. Disponível em: <https://www.observatoriodasmegacidades.net.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-o-Camel%C3%B3s-na-%C3%A1rea-central-jan-2019.pdf>. Acesso em: 13 mar 2021

O mesmo processo pode ser visto com o termo "favela", que usada pelos seus moradores e associações de favelas, foi entendida como uma afirmativa de identidade. O que é favela, afinal? / organizador: Jailson de Souza e Silva. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009, p. 24. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf> Acesso em 2 abril 2021

<sup>30</sup> Segundo a OIT, trabalho informal é aquele que “está associado à mão de obra ocupada, ao trabalho precário e à falta de acesso a algum tipo de proteção social”, definido na 17a Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho - CIET.

evolutivo do sistema, ser superado; através, por exemplo, de capacitações, microempreendedorismo, investimento em indústrias e outros<sup>31</sup>.

Outra linha teórica, segundo esta autora, considera a informalidade a partir da ideia de que esta "não pode ser formalizada", visto que faz parte da formação do Brasil como país periférico do capitalismo e sempre existirá dentro deste sistema. "A informalidade não é uma condição transitória a ser civilizada pelo capitalismo. Ao contrário, funciona justamente para reproduzi-lo precariamente nos países ditos periféricos"<sup>32</sup>. "A utilização dos termos "flexibilidade" nas relações de trabalho, "terceirização", entre outros, nada mais faz que esconder a precarização e a eliminação de direitos trabalhistas."<sup>33</sup> Quando Maria e Natalina reafirmam sua profissão, seja por escolha ou por necessidade, mas sobretudo declarando que o mercado formal não se apresentou a elas como opção, percebe-se que não há transitoriedade nessa anunciação.

Nesse mesmo sentido, o geógrafo social Milton Santos<sup>34</sup> defende que a economia urbana, nos países periféricos, é composta por dois subsistemas, o circuito superior e o circuito inferior. Os dois circuitos estariam interrelacionados, procedendo da mesma origem e conjunto de causas, mas diferenciando-se principalmente pelo uso da tecnologia existente, pelos processos de organização de cada um e pela presença estatal. O circuito inferior da economia, onde se localizam os ambulantes, seria o resultado indireto da modernização capitalista de países periféricos. O autor é assertivo ao afirmar que, ainda que exista certo grau de oposição entre eles, um circuito depende do outro, já que ligados entre si a partir de uma lógica interna e totalmente conectada ao capital.

<sup>31</sup> ITIKAWA, Luciana Fukimoto Itikawa. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., Recife, v.18, n.1, p.57-76, Jan.- abr. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5138/4716>, p. 62. Acesso: 8 mar 2021

<sup>32</sup> ITIKAWA, Luciana Fukimoto. Trabalho informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas. op. cit. p.11

<sup>33</sup> Trabalho informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas. 2006. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.16.2006.tde-03032010-154458, p. XXXIII. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-03032010-154458/pt-br.php>. Acesso em: 10 mar 2021

<sup>34</sup> SANTOS, Milton. Desenvolvimento Econômico e Urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. Boletim Paulista de Geografia, nº 53, São Paulo, 1977, p. 38.

Acerca da assistência estatal, Santos entende que o circuito superior conta, ainda que indiretamente, com benefícios e subsídios governamentais, enquanto o circuito inferior depende de créditos pessoais diretos, empréstimos e financiamentos privados para sua manutenção e tímida expansão. Citando os vendedores ambulantes, Santos afirma que, adicionado à falta de incentivo, esses trabalhadores ainda sofrem, por parte do Estado, perseguições e violências.<sup>35</sup>

Os pesquisadores e professores de economia Hildete Pereira de Melo e Jorge Luiz Teles chegaram à mesma conclusão, através de pesquisa empírica, ao analisar a economia informal nas metrópoles brasileiras na década de 1990. Perceberam que o aumento desses serviços revelou que o fenômeno não é transitório na sociedade brasileira. Mais, "pode-se concluir que o Rio de Janeiro se mantém na rota de precarização das relações de trabalho" e que o passar dos anos vêm apresentando um perfil de ambulantes cada vez mais escolarizado.<sup>36</sup>

Segundo Itikawa, ainda que o Brasil tenha alcançado transformações econômicas importantes nos anos 2000, com melhora salarial, por ser um país da periferia capitalista, os índices de flexibilização e terceirização da força de trabalho continuaram elevados, devido à pressão internacional e mesmo interna de setores privados,<sup>37</sup> revelando que a informalidade está entranhada nos processos econômicos dos países periféricos.

A penetração, truncada e parcial, das relações capitalistas de produção, a não generalização das relações salariais e a consolidação da dependência tecnológica externa são componentes da incapacidade histórica dos países da periferia do capitalismo para alterar essa racionalidade.<sup>38</sup>

<sup>35</sup> Os dois circuitos - a partir da obra de Milton Santos. YouTube Canal PERIFAU. 06 out 2014. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=lnBCsL\\_px5w](https://www.youtube.com/watch?v=lnBCsL_px5w). Acesso em 16 fev 2021.

<sup>36</sup> MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz. Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Texto para discussão no 773. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0773.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0773.pdf), p. 4 e 20. Acesso em: 10 mar 2021

<sup>37</sup> ITIKAWA, Luciana Fukimoto Itikawa. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban, op.cit. p. 61.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p.62



No entanto, importa assinalar, segundo a autora, que a teoria evolucionista da informalidade é usada para informar e ditar inúmeras políticas públicas. Porém, essas políticas apresentam um "alcance curto, residual e pontual"<sup>39</sup>, conservando discrepâncias entre formais e informais, por exemplo, nos "regimes de inclusão no sistema tributário e exclusão dos direitos sociais".<sup>40</sup>

A informalidade, como já apontado por Itikawa, é constitutiva da economia capitalista periférica brasileira, além de ser reflexo do desemprego estrutural que o neoliberalismo criou. "Nesse contexto, a informalidade se coloca como principal área de sobrevivência para esse excedente de mão-de-obra, funcionando como um *buffer* ou um 'colchão amortecedor' nos períodos de recessão econômica."<sup>41</sup>

A realidade que se apresenta aos camelôs é ainda mais dura, quando se analisa o que quer dizer ser um ambulante cadastrado pela Prefeitura (possuir o CUCA - Cadastro Único do Comércio Ambulante). Esse cadastro fornece ao trabalhador uma licença precária, temporária ou permanente, que pode ser extinta pela Administração unilateralmente e a qualquer momento.<sup>42</sup> Outro aspecto da existência de camelôs autorizados e não autorizados é o favorecimento à corrupção entre os grupos que fazem parte dessa dinâmica, que envolve gestores municipais, entes da sociedade civil e lideranças dos movimentos de trabalhadores.<sup>43</sup>

A precariedade da profissão e a temporalidade com que é entendida, pode ser verificada inclusive na própria definição da atividade enquadrada na norma jurídica que regulamentou a atividade na cidade, lei municipal nº 1.876/92:

---

<sup>39</sup> *Ibid.*

<sup>40</sup> *Ibid.*, p.62.

<sup>41</sup> MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz. Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro, op. cit, p.7.

<sup>42</sup> ITIKAWA, Luciana Fukimoto Itikawa. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban., op.cit, p. 64

<sup>43</sup> Luciana Itikawa descreve esses processos ocorridos na cidade de São Paulo, em sua tese de doutorado intitulada: Trabalho informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas. O sociólogo Daniel Hirata também narrou as redes no artigo, Comércio Ambulante no Rio de Janeiro e São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo, em estudo sobre o Mercado da Uruguaiana, no Rio de Janeiro, e no bairro do Brás, em São Paulo.

Art. 1º. Comércio Ambulante é a atividade profissional temporária, exercida por pessoa física em logradouro público na forma e condições definidas nesta Lei.

Parágrafo Único. Comerciante ambulante ou camelô é a pessoa física que exerce essa atividade profissional por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido nesta Lei, apregoando suas mercadorias. Subordinam-se os camelôs às disposições desta Lei.<sup>44</sup>  
(grifei)

Ser um camelô cadastrado possibilita ao trabalhador ser enquadrado como um microempreendedor individual (MEI), título de registro com enfoque apenas na arrecadação de impostos e na segurança social individual. Sob a lógica capitalista, fortalece-se o sistema individualizante ao manter o trabalhador preso à uma lógica de sobrevivência e competição, sem fornecer instrumentos voltados à articulação do coletivo.<sup>45</sup>

O professor e sociólogo Daniel Hirata, estudioso das relações de poder existentes entre atores que fazem parte do comércio ambulante no Mercado Popular da Uruguaiana, localizado também no Rio de Janeiro, ao estabelecer similitudes com o comércio popular no bairro do Brás, em São Paulo, chegou a conclusão de que:

Quando um camelô diz que agora é um microempreendedor, significa que suas relações com essas dimensões alteraram-se completamente: sua dependência em relação aos fiscais é mínima, e a polícia extrai seu excedente de forma mediada por uma associação ou sindicato, que faz gestão de um ambiente fechado e deve estar atento à Polícia Federal. A formalização e o empreendedorismo, como vetores da regulação do setor, aprofundam a hierarquia e a concentração dos grupos políticos e econômicos, alterando também a maneira como se apresentam os bens políticos.<sup>46</sup>

Ou seja, o pesquisador constatou que o processo de formalização dos camelôs altera relações existentes entre eles mesmos e entes estatais. Alterações essas que descaracterizam os laços comunitários e estabelecem relações de poder e hierarquia entre os trabalhadores.

<sup>44</sup> RIO DE JANEIRO. Lei Municipal 1.876 de 29 de junho de 1992. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=178221>. Acesso em: 26 jun 2021

<sup>45</sup> ITIKAWA, Luciana Fukimoto Itikawa. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban, op.cit.p.63.

<sup>46</sup> HIRATA, Daniel. Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo. In. BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, p. 119.

Tal processo, ligado ao empreendedorismo, à forma empresa, segundo o sociólogo, está relacionado a um conjunto de ações, como reformas urbanas e paisagísticas em que se localizam os mercados populares, buscando, assim, incentivar o capital e investimentos privados nas regiões centrais urbanas.<sup>47</sup> Ao longo do processo de remoção urbana forçada, promovem-se discursos de "revitalização"<sup>48</sup> dos centros das grandes cidades, com uma verdadeira marginalização cultural e social do que possa ser interpretado como carência ou pobreza aos olhos dos investidores.

Nesse curso, algumas zonas da cidade são, assim, "permitidas" aos camelôs, quando não atrapalham os planos do capital, e outras zonas passam a ser proibidas: regiões turísticas, usualmente mais movimentadas, como o Centro Histórico do Rio de Janeiro.

Sob discursos de preocupação com os trabalhadores, alguns gestores públicos vêm apresentar o que colocam como "soluções", mas que, segundo as entrevistadas, mais maquiagem uma visão higienista e homogeneizadora da cidade, o fazendo sem conhecimento da realidade dos trabalhadores ou mesmo sem diálogo prévio. Perguntada sobre o que achava da promessa do atual prefeito Eduardo Paes de criar um camelódromo no Centro, Maria é enfática:

*Eu acho que assim, é igual àquele que ele fez na Central do Brasil. O camelódromo da Central do Brasil, você conhece? Ele colocou no pé da Providência, onde não vai ninguém. Se for uma coisa daquele jeito, não adianta fazer, porque os trabalhadores não vão ficar lá dentro. Pra instalar qualquer coisa na cidade, pros camelôs, tem que conversar com a categoria, tem que dizer: o quê que vocês acham? Isso aqui é legal pra vocês? Porque se ele fizer coisas de trás da orelha dele, entrar, sentar na prefeitura com seus secretários e decidir a nossa vida, não vai ser legal, a gente não vai querer, ninguém vai ficar no espaço que não vai vender nada, que ninguém vai lá comprar nada. A gente quer tá num local que as pessoas passem e comprem. Então a gente precisa discutir né? Ele também falou: ah, a gente vai tratar diferente. Tem até um áudio aqui que ele me mandou dizendo que ia tratar os camelôs diferentes, sabe que tá no meio da pandemia. Tá bom, é todo mundo ou você vai legalizar uma*

<sup>47</sup> *Ibid.*, p.97.

<sup>48</sup> A palavra "revitalização", segundo o dicionário Michaelis on-line, significa "série de ações planejadas, a fim de dar nova vida a algo que se encontra decadente ou abandonado". Ou seja, o próprio uso do termo, para se referir a uma área que se encontra ausente de políticas e recursos públicos, informa uma perspectiva discriminatória. REVITALIZAÇÃO. In: DICIONÁRIO Michaelis UOL. Ed. Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=RQVAAo>. Acesso em 17 fev 2021

*parte e vai espantar outra parte? A gente precisa discutir isso né? Porque as pessoas não estão vindo para rua porque quer, tão vindo porque não tem emprego. E a gente precisa entender que essas pessoas têm que ser legalizadas, formalizadas e voltar pro mercado formal, porque tem gente que tá na rua de passagem, não quer ficar na rua, tem gente que quer ficar. Então você tem que identificar quem é quem, criar emprego pra quem quer emprego e organizar quem quer ficar na rua.*

De acordo com o relato de Maria dos Camelôs, é possível perceber a forma vertical com que as decisões que afetam diretamente a vida dos camelôs são tomadas pelo poder público: de forma arbitrária e sem debate popular.

### 1.1.1 Cidade como mercadoria - o não lugar dos camelôs

As crises fazem parte do sistema capitalista. O capital está sempre se remodelando e transpondo barreiras para superá-las e, de forma contraditória, as crises servem também para a formulação de discursos de justificação para ações voltadas à expansão do capital<sup>49</sup>.

Após a crise dos anos 70, o sistema capitalista assumiu uma nova roupagem, podendo ser caracterizado como um capitalismo financeirizado e globalizado<sup>50</sup>. Como efeitos desse novo modelo, houve o aumento da pobreza e do desemprego em níveis mundiais<sup>51</sup> e um deslocamento de massas de trabalhadores das zonas rurais para os centros urbanos em busca de trabalho<sup>52</sup>. Mas também sob um novo olhar passaram a ser vistas as cidades: seguindo-se como modelo de gestão (estratégias e práticas) de uma empresa, a questão urbana passou a ser pensada a partir dessa referência.<sup>53</sup>

<sup>49</sup> Ver mais no tópico 2.1.1. O discurso sobre a “crise” na dissertação de Laura Talho Ribeiro, intitulada Centro de Operações Rio: construção de narrativas sobre o espaço urbano e novas configurações de gestão de fluxos. Niterói, 2017, 136 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2017

<sup>50</sup> FRASER, Nancy. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.). Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. London: Pluto Press, 2017.

<sup>51</sup> BONAN, Anna Cecília Faro. CAMELÔS REBELDES: A DIMENSÃO SÓCIO-ESPACIAL DO DIREITO NA CIDADE EM DISPUTA. 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. p. 54

<sup>52</sup> *Ibid.* p.87.

<sup>53</sup> RIBEIRO, Laura Talho. Centro de Operações Rio: construção de narrativas sobre o espaço urbano e novas configurações de gestão de fluxos. op.cit, p.74.

O geógrafo marxista inglês David Harvey foi assertivo ao afirmar que "o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. O inverso também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir"<sup>54</sup>. Ou seja, o capital vai se valer da urbanização para ampliar a necessidade e as formas de manter o consumo. Para isso, "revitaliza" áreas que considera degeneradas e constrói centros atrativos de comercialização e entretenimento, como shopping centers, bares, casas noturnas, centros de exposições etc.<sup>55</sup>

Mais a fundo, através de exemplos clássicos de cidades ao redor do mundo que passaram por transformações para atender aos interesses privados, como Paris e Nova York<sup>56</sup>, o geógrafo reafirma a existência de cidades fragmentadas, segregadas, em que a violência se torna aliada do capital para a construção e transformação da cidade numa espécie de "destruição criativa" que não perdoa a população de baixa renda.<sup>57</sup>

A advogada e pesquisadora Anna Cecília Bonan, em sua pesquisa de Mestrado<sup>58</sup>, afirma que as crises do capital são utilizadas como justificativas pelos conglomerados econômicos para adotar medidas de caráter emergencial e excepcional<sup>59</sup>, com algum respaldo jurídico, mas eivadas de vícios de inconstitucionalidade material. A estratégia do mercado, com o aval e ajuda do Estado, é se apropriar do espaço urbano e remodelar as cidades, excluindo a pobreza, no intuito de embelezar a cidade.<sup>60</sup>

<sup>54</sup> HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 30

<sup>55</sup> HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005, p. 176. In: BONAN, Anna Cecília Faro. Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa, op.cit, p. 64

<sup>56</sup> Mas que não podemos deixar de relacionar à cidade do Rio de Janeiro em que os espaços públicos estão cada vez mais militarizados e controlados pela ação policial. Ver mais em: GRAHAM, Stephen. Cidades Sitiadas - O Novo Urbanismo Militar. Boitempo Editorial. 2017.

<sup>57</sup> HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana, op.cit, p. 49/50

<sup>58</sup> BONAN, Anna Cecília Faro. Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa, op.cit.

<sup>59</sup> Como veremos mais à frente, a crise sanitária e econômica agravada pelo coronavírus é usada como desculpa pelos donos do capital, sob a tutela do Estado, para adotar medidas de expansão do capital e embrutecimento de normas com fins de controle da população.

<sup>60</sup> BONAN, Anna Cecília Faro. Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa, op.cit, p. 72.

O Rio de Janeiro, como uma "cidade global", alinhada a um planejamento urbano moderno, mas sobretudo capaz de competir no mercado mundial, buscou estabelecer um Plano Estratégico que seguiu-se por vários mandatos municipais a partir de 1993, com o início do mandato do então prefeito à época, César Maia. O Plano foi inspirado no modelo de Barcelona (sede das Olimpíadas de 1992). Como coloca Ermínia Maricato<sup>61</sup>, “o planejamento estratégico representa o ideário neoliberal com o rótulo democrático. Na prática, esses planejamentos contaram com a participação de um setor da sociedade civil: os empresários, e não os trabalhadores.”<sup>62</sup>

Os megaeventos realizados na cidade — Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) — também foram analisados por Bonan como oportunidades do capital de reorganizar o espaço urbano carioca, através de parcerias público-privadas (PPP) com governos municipal, estadual e federal, cumprindo exigências de entes supranacionais, Federação Internacional de Futebol (FIFA), Comitê Olímpico Internacional (COI), Comitê Paralímpico Internacional (CPI).<sup>63</sup> As violações de direitos foram tão evidentes nesses processos de remodelamento da cidade que, em 2010, foi formado o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, Este Comitê, que foi constituído por entidades da sociedade civil, elaborou um dossiê<sup>64</sup> denunciando uma série de abusos estatais.

Durante esse período, com relação ao trabalho dos camelôs<sup>65</sup>, foi adotada uma postura de militarização, com a construção de duas Unidades de Ordem Pública (UOPs), quartéis da Guarda Municipal, localizados na Central e no Maracanã. No ano de 2009 foi aprovada lei que proibia camelôs de comercializar produtos em um raio de dois quilômetros dos locais onde se realizariam os eventos esportivos e das hospedagens dos competidores. A

<sup>61</sup> MARICATO, Ermínia. Cidades - Alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002. In: BONAN, Anna Cecília Faro. Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa, op.cit, p. 67.

<sup>62</sup> BONAN, Anna Cecília Faro. Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa, op.cit, p. 66/67.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p.70.

<sup>64</sup> Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Dossiê dos Camelôs do Rio de Janeiro. Relatoria do Direito à Cidade da Plataforma Dhesca Brasil, set 2014. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf> Acesso em 01 mar 2021

<sup>65</sup> O dossiê ainda revela a comercialização de TUAPs (Taxa de Uso de Área Pública) falsas, inclusive por funcionário da Seop (Secretaria Especial de Ordem Pública), e a intensa repressão e abusos, como torturas, cometidos pela Guarda Municipal no período.

proibição também previu pena de prisão e apreensão de mercadorias, àqueles que vendessem produtos com referência aos eventos e aos seus patrocinadores.<sup>66</sup>

Bonan é enfática ao afirmar que o direito (normas e práticas jurídicas) vem sendo usado como "instrumento de uma *estratégia de classe*" para institucionalizar e legitimar condutas, práticas do mercado e dos entes estatais em relação ao planejamento urbano. Remoções e despejos forçados; direito à cidade, à moradia e ao trabalho violados; violência policial são algumas das consequências desse uso estratégico do direito apontadas pela pesquisadora, que encontro correspondência em minha análise.

Com a concentração da técnica jurídica nas mãos das classes dominantes, essas não encontram obstáculos para terem suas exigências atendidas, através da flexibilização, criação e aplicação de normas jurídicas em seu benefício. O próprio poder público municipal pode promover atos legislativos — decretos — para embasar atos administrativos e realizar suas ações no espaço. Não é necessariamente, friso, contra as leis que esse planejamento urbano vai se organizar, mas tendo elas também como respaldo.<sup>67</sup>

Quando as mulheres camelôs reivindicam seu direito a trabalhar na rua, esse ato político está diretamente relacionado ao conceito de direito à cidade proposto pelo filósofo francês Henri Lefebvre, ao qual o geógrafo David Harvey, já apresentado aqui, se vincula e recontextualiza em suas análises. Esse conceito, enquanto ato de apropriação da cidade pelas pessoas que a compõem e dela fazem uso, será melhor desenvolvido no capítulo 3 desta dissertação.

Neste momento, importa perceber que Lefebvre realizou em sua obra uma denúncia, inspirado pela movimentação política parisiense de 1968, acerca das transformações urbanas e sociais tomadas por base o desenvolvimento capitalista que barram a vida plena no espaço público, fragmentando e segmentando os espaços cotidianos de vida<sup>68</sup>, principalmente expulsando os despossuídos em seus projetos de reforma urbana.

<sup>66</sup> Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Dossiê dos Camelôs do Rio de Janeiro, op. cit., p. 38.

<sup>67</sup> BONAN, Anna Cecília Faro. CAMELÔS REBELDES: A DIMENSÃO SÓCIO-ESPACIAL DO DIREITO NA CIDADE EM DISPUTA, op.cit, p. 76/77

<sup>68</sup> ALBUQUERQUE, Mariana Imbelloni Braga. De quantos caminhos se faz um direito?: mobilidade e gênero nos quadros da cidade. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 29/30.

Esses processos de expulsão dos camelôs no espaço público promovidos pelos entes estatais, seguindo os interesses do mercado, encontram correspondência com a expulsão dos moradores de ocupações das áreas centrais da cidade.

Thaís Lopes Santana Isaías, ativista e pesquisadora, em seu trabalho de conclusão de Mestrado, abordou o tema das ocupações urbanas no Izidora, em Belo Horizonte - MG, tendo as mulheres como as principais lideranças do movimento. A pesquisadora também narrou a apropriação capitalista do espaço e de como essa tendência acaba por influir em todos os atravessamentos da vida de seus cidadãos<sup>69</sup>, seja nos espaços de vida e de reprodução, como também em seus corpos. "Essa dimensão do corpo é aqui muito importante posto que ajuda na compreensão da relação entre o espaço, os sujeitos individuais e coletivos e os processos de produção de subjetividades."<sup>70</sup>

Neste processo de quem faz parte e pode ocupar a cidade, relaciono também às favelas (lugar em que residem muitas mulheres negras), os quais são tidos, por vezes, como sendo territórios que não pertencem e constituem a cidade. Tal problemática foi discutida pelo Observatório das Favelas em relatório que buscou responder à seguinte pergunta: o que é favela?<sup>71</sup>. Ter em mente o seu conceito e suas representações é importante para se pensar em políticas públicas adequadas à sua realidade concreta e evitar que sejam vistas sob uma perspectiva de transitoriedade, como "um 'trampolim' para a cidade formal como se acreditava antigamente"<sup>72</sup> (e se fez/faz com os mercados informais). Perceber a favela, enquanto parte da cidade, revela importância

<sup>69</sup> Cidadãos no sentido de indivíduos que pertencem à cidade e dela usufruem, exercentes de um direito à cidade, que permite habitar e usufruir plenamente do espaço em que ocupa.

<sup>70</sup> ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. Mulheres em luta: feminismos e direito nas ocupações da Izidora. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. p. 105

<sup>71</sup> O que é favela, afinal? / organizador: Jailson de Souza e Silva. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. 104 p. p. 82. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>, p. 82. Acesso em 2 abril 2021

<sup>72</sup> SATO, Bruna Akiko Anan. Estudo dos impactos das remoções de famílias por intervenções urbanísticas: Favela Nova Jaguaré. 2013. 67 p. Relatório Final de Iniciação Científica (Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, SÃO PAULO, 2013, pp. 4/5 Disponível em: [http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/SATO\\_IniciacaoCientifica.pdf](http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/SATO_IniciacaoCientifica.pdf). Acesso em: 2 abr. 2021



política, pois informa a necessidade de atuação e olhar do Estado, o qual, historicamente, vem se esquivando de sua responsabilidade.

Esta dissertação, valendo-se da contribuição de outras pesquisas, tem como um de seus objetivos ilustrar os processos de permanente expulsão e exclusão de corpos negros dos grandes centros urbanos do processo de reforma urbana. As mulheres negras, que fazem parte do cotidiano das cidades, que compõem o circuito superior da economia, fornecendo mão-de-obra barata, ou do circuito inferior, como as ambulantes, sofrem, não apenas com a ausência estatal (falta de políticas públicas), mas também com a repressão governamental.

No entanto, um outro olhar sobre a cidade, a partir de sua heterogeneidade e potência transformadora, será melhor analisado no capítulo 3 deste trabalho, momento em que apresentarei as narrativas políticas de luta por permanência e ocupação da cidade, demandas que são reivindicadas pelos movimentos sociais de que fazem parte muitas dessas mulheres com quem dialoguei.

### 1.1.2 Camelôs - um problema estético eugenista

A questão estética dos ambulantes no Rio de Janeiro é antiga. A primeira grande reforma urbanística na cidade, implementada pelo engenheiro Pereira Passos (1902 - 1906), aos moldes parisienses de Haussmann<sup>73</sup>, teve uma função "modernizadora"<sup>74</sup> e industrializadora da capital do país à época, que buscava atrair olhares internacionais.<sup>75</sup> À época, escravizados "libertos" e

<sup>73</sup> O planejamento urbano, executado pelo Barão de Haussmann, no governo bonapartista, teve como intuito expulsar os mais pobres das regiões centrais da cidade, criando traçados que pudessem possibilitar a construção de barricadas nas ruas e conter revoluções populares, ou seja, tratou-se de uma *estratégia de classe*, como bem colocou Anna Cecília Faro Bonan na dissertação *Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa*. op.cit., p. 47.

<sup>74</sup> Esse processo de modernização à europeia pôde ser visto em outras cidades brasileiras com a expulsão dos pobres dos Centros urbanos, sob uma visão higienista e moralizadora. A antropóloga Rosana Pinheiro-Machado identificou esse processo na cidade de Porto Alegre entre os anos de 1890 e 1924, na pesquisa *A Rua como Estilo de Práticas Cotidianas na Ocupação do Centro de Porto Alegre por Camelôs*. Revista *Iluminuras* - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - BIEV/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS E-ISSN 1984-1191 p. 9. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9156/5255>.

<sup>75</sup> LIMA, Vítor Henrique Guimarães. Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca.

imigrantes somavam-se à mão-de-obra excedente como ambulantes e se espalhavam pela cidade como leiteiros, garrafeiros, vassoureiros, vendedores de jornais, doceiros, compradores de metais, vendedores de frutas, entre outros.<sup>76</sup>

Mesmo após a reforma implementada, o "problema" dos camelôs permaneceu em cena no centro carioca. Como arguido acima, aponto que a informalidade não é uma questão transitória no sistema capitalista periférico. Além disso, a mídia teve um papel importante na consolidação de estereótipos negativos sobre os ambulantes, como constatou o historiador e pesquisador Vítor Henrique Guimarães Lima, no artigo "Do 'espetáculo constrangedor' ao 'rapa': imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca".<sup>77</sup>

A notícia intitulada "A chefia do departamento de fiscalização - confirmado no cargo o Senhor Renato Meira Lima" publicada no dia 09 de julho de 1948, foi resgatada pelo pesquisador e dizia:

(...) O Sr. Renato Meira Lima, à frente da Fiscalização, tem desenvolvido uma ação enérgica de que muito se vem beneficiando o comércio e a própria fisionomia urbanística do Rio, pois S. S. tem empreendido intensa campanha contra os abusos de 'camelots' e ambulantes, que tanto afeiam a cidade, emprestando-lhe aspectos de aldeia.<sup>78</sup>

Notícias nos tempos atuais mantêm os discursos pejorativos encontrados nas matérias jornalísticas analisadas pelo historiador. Publicada em 15 de março de 2020, a reportagem sob o título "Por falta de fiscalização e de empregos formais, ambulantes tomam avenidas do Rio"<sup>79</sup>, veiculada no O

Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 32, v. 12, n. 1 (Jan./Abr. 2020), p. 180

<sup>76</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. (1953) Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992, p. 280. In: BONAN, Anna Cecília Faro. CAMELÔS REBELDES: A DIMENSÃO SÓCIO-ESPACIAL DO DIREITO NA CIDADE EM DISPUTA, op.cit, p. 84.

<sup>77</sup> LIMA, Vítor Henrique Guimarães. Do "espetáculo constrangedor" ao "rapa": imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca., op. cit.

<sup>78</sup> *Ibid.*

<sup>79</sup> GALDO, Rafael. Por falta de fiscalização e de empregos formais, ambulantes tomam avenidas do Rio: Forma de negócio é impulsionada pela falta de fiscalização e pela escassez de empregos formais. O GLOBO, Rio de Janeiro. 15 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/por-falta-de-fiscalizacao-de-empregos-formais-ambulantes-toma-m-avenidas-do-rio-24305981>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Globo, jornal de grande circulação por todo o país, chega a falar em "caos", "desordem urbana que se alastra" com a presença dos camelôs nas ruas da cidade, que chegam a encobrir, ainda, o mosaico de pedras portuguesas tombado de Burle Marx.

Quando Natalina relata que sofre preconceito por parte dos moradores da Tijuca (um dos bairros onde trabalha) ela descreve, corporalmente, como essa questão estética ainda está entranhada no imaginário social. Afirma que as pessoas a olham "de lado" e que *"tem o preconceito também dos homens, que acha que toda mulher que trabalha na rua é de vida fácil, que dá mole né, no caso, mole pra qualquer um."* Ainda:

*Assim, o camelô é meio bagunceiro, nem todos, eu não sou! Faz uma bagunça, pega caixote, fala alto, tem isso tudo, isso tem. Então as pessoas, tem gente que não gosta disso né? que não gosta de ver essas coisas. Tem gente que só quer ver o bonito, ver o bonito, sabe? O que lhe agrada os olhos. Não uma pessoa sentada num caixote, às 11h da noite, com uma quentinha na mão, falando com a boca cheia (risos). E é assim, o mundo do camelô é esse. Ele vai te atender, você vai chegar no camelô, ele vai te atender ali, falando com a boca cheia sabe? É isso.*

O poder do mercado age de tal forma sob os agentes estatais (cite-se aqui também aqueles que devem zelar pelo cumprimento estrito das normas jurídicas, como juízes) que, em plena pandemia, o presidente do TJRJ reuniu-se presencialmente com os presidentes do Sindicato dos Meios de Hospedagem do Rio de Janeiro (Hotéis Rio) e da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado do Rio de Janeiro (ABIH-RJ) para solicitar apoio em ações de "reordenamento da capital". "Além da iniciativa privada e do poder judiciário, o programa envolve também órgãos públicos de segurança do estado do Rio de Janeiro e do município", descreve a matéria jornalística e quase propagandística. A partir do bairro de Copacabana, área de grande concentração turística, o programa pretende se expandir a outros pontos da cidade, reordenando (leia-se removendo) principalmente vendedores ambulantes, moradores de rua e flanelinhas.<sup>80</sup>

### 1.1.3 Camelôs - um problema econômico

<sup>80</sup> MENEZES, Pedro. Hotéis Rio e ABIH-RJ pedem reordenamento da capital ao presidente do TJRJ. Revista Mercado e Eventos, [S. l.], 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/hotelaria/hoteis-rio-e-abih-rj-pedem-reordenamento-da-capital-ao-presidente-do-tjrj/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

O professor e sociólogo marxista Ricardo Antunes, em seu livro, "Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado", baseando-se nos ensinamentos do filósofo húngaro István Mészáros, desenvolve a ideia de que no fim dos anos 60, o capitalismo financeirizado, regido por uma lógica de constante expansão e destruição, trabalha sob o imperativo de uma "redução crescente do tempo de vida útil dos produtos". Ou seja, a necessidade de criar sempre e mais mercadorias está diretamente relacionada à sua menor durabilidade.<sup>81</sup>

Desenvolvendo esta teoria, a partir da ideia de que a força de trabalho é também uma mercadoria para o capitalismo, o sociólogo conclui que este sistema necessita "depauperar, dilapidar, corroer e destroçar"<sup>82</sup> as formas e condições de trabalho, já que não pode extingui-las por completo. Assim, a força de trabalho, que é vista como um gasto/dispêndio para o sistema, é, a todo tempo, atacada. *Uberização*<sup>83</sup> do trabalho, informalidade, desemprego estrutural, assédios, trabalhos análogos à escravidão, terceirização, são algumas das modalidades criadas ou expandidas por esses processos.<sup>84</sup>

O direito, enquanto norma jurídica e manifestação da própria sociedade, através de seus legisladores, vem solidificar o sistema de exploração e espoliação proposto pelo capital, seja através da eliminação de direitos trabalhistas (por exemplo, a Reforma Trabalhista de 2017), seja ao revelar seu caráter conservador e elitista ao estabelecer regras que configuram um espaço público restrito ao uso de poucos. Embora a profissão de camelô na cidade do Rio de Janeiro tenha sido regulada em 1992, pela Lei 1.876/92, ela não conseguiu abarcar todos os trabalhadores naquela condição.

Natalina exerce a profissão desde 1998, mas, em 23 anos de atividade, nunca foi cadastrada pelo Poder Público. Talvez porque a referida lei, em seu artigo 5º, tenha estipulado que para o exercício da atividade estariam habilitados apenas aqueles que já a exerciam antes da promulgação da lei e aquelas pessoas que apresentem alguma deficiência física: cegos;

<sup>81</sup> ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado*. 1. ed. SÃO PAULO: Boitempo, 2020. 36 p. ISBN 978-65-5717-001-4. E-book, p.12

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 27

<sup>83</sup> Cf. ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. BOITEMPO [online]. 22 fev 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/> Acesso em 11 set 2020.

<sup>84</sup> ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado*. op. cit., p. 13/14

paraplégicos; mutilados e outros. A análise da pesquisadora Anna Cecilia Bonan parece-me certa ao indicar que a lei busca amparar (como caridade) aqueles que não tenham condições de se estabelecer no mercado formal de trabalho, voltando-se para a promoção de subsistência e não para aqueles que visam auferir lucro com a profissão.

No entanto, essa atividade não capitalista deve ter ainda alguma utilidade ao sistema, na medida em que um dos objetivos do comércio ambulante, e da informalidade no geral, é servir na circulação da produção de bens de consumo e manter à disposição uma mão de obra que pode ou não ser absorvida pelo mercado de trabalho.<sup>85</sup>

A pesquisadora indica que a citada norma (art. 27 e 28)<sup>86</sup> se preocupou em não atingir os interesses do capital ao estabelecer quais tipos de produtos poderiam ser comercializados pelos camelôs, a fim de evitar concorrência

<sup>85</sup> BONAN, Anna Cecília Faro. Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa, op.cit, p. 90.

<sup>86</sup> Art. 27 - É permitida a venda dos seguintes produtos e serviços:

I - artigos de artesanato, de toucador, de couro, de plástico, de armarinho, peças de vestuário, bijouteria, quinquilharia, “souvenir”, brinquedo, sandália, tamanco e chinelo de fabricação caseira, artigos de praia, de beleza, cigarro e ficha de telefone;

II - planta ornamental, medicinal, frutífera e flor natural e artificial;

III - serviços de funileiro, chaveiro, amolador, fotógrafo, empalhador, conserto de guarda-chuvas e engraxates;

IV - bala e doces embalados;

V - artigos de limpeza, pequenas ferragens e miudezas de copa e cozinha;

VI - artigos de papelaria, de escritório e escolar, impresso, imagem, estampa e folheto numismática e livro, revista e disco usado;

VII - bilhete de loteria e raspadinha;

VIII - artigos de alimentação, tais como: sanduíche em geral, doce, cachorro-quente, salgado, pizza, pastel, empada, sorvete, pipoca, algodão doce, guloseima, água mineral, refrigerante, leite e seus derivados embalados, pão, fruta, legume, verdura, churro, café, chocolate, miúdos de res, ovo, amendoim confeitado, ou torrado, peixe e fruto do mar, ave ou pequenos animais abatidos e seus derivados, milho verde e batata frita;

IX - obra de pintor e artista plástico.

Parágrafo Único - A subordinação da venda de produtos autorizados só será permitida mediante prévia análise e aprovação da Comissão Regional.

Art. 28 - Não será permitida a venda pelo comércio ambulante:

I - bebida alcoólica, exceto chope e cerveja;

II - arma, munição, faca e outros objetos considerados perigosos;

III - inflamável, corrosivo e explosivo;

IV - pássaro e outros animais, sendo vedada também a exploração de seus instintos e habilidades sob qualquer forma;

V - alimento preparado no local, exceto pipoca, algodão doce, amendoim, milho verde, churro, sanduíche em geral, cachorro-quente e produtos pré-fabricados para cocção em veículos apropriados;

VI - sapato, mala e roupa, exceto pequenas peças de vestuário;

VII - relógio, óculos, medicamento, artigos elétrico e eletrônico;

VIII - quaisquer outros artigos que não estejam expressamente previstos nesta Lei e que, a juízo do Poder Executivo, ofereçam perigo à saúde pública ou possam apresentar qualquer inconveniente.

Parágrafo Único - Fica proibida a venda de título patrimonial de clubes, ou quaisquer entidades particulares, e de rifas.

com o comércio formal, como também foi feito na época dos megaeventos, mencionados acima.

Sob uma outra perspectiva econômica, argumentações correntes de concorrência desleal com os comércios regularizados e a não arrecadação de impostos são, como indicou Victor Lima<sup>87</sup>, alegações simplistas para um fenômeno muito complexo, como já afirmei, que envolve o desemprego estrutural, a falta de oferta de serviços e equipamentos básicos de saúde e educação para a camada mais pobre da população.

Como qualquer cidadão, os camelôs pagam impostos de forma direta ou indireta, ao comprarem bens para consumo, e muitas vezes para a própria venda, no mercado formal. Assim, eles também contribuem com o financiamento dos serviços públicos, como escolas e hospitais. Natalina e Maria, em diálogos que tivemos para compor esta pesquisa, afirmaram, com orgulho, que pagam seus impostos, "como muitos brasileiros" enfatizou Natalina. Percepção semelhante a de minhas interlocutoras, Pitty Almeida, ambulante em Salvador, afirma:

*Os ambulantes são vistos como marginais, somos discriminados o tempo inteiro e não temos apoio, sendo que nós também geramos a renda desse país, pagamos imposto em tudo que compramos e vendemos. A riqueza do país vem do trabalhador e da trabalhadora do mercado informal também.*<sup>88</sup>

Segundo relato de outra camelô em entrevista à CAMTRA (Casa da Mulher Trabalhadora)<sup>89</sup>, os vendedores dos comércios formais reclamam que "quando os camelôs não estão por perto diminui o fluxo de pedestres", que acabam por não adentrar nos comércios. Ou seja, essa rivalidade entre lojistas e camelôs, revela-se, muitas vezes, um discurso vazio e irreal.

<sup>87</sup> LIMA, Vítor Henrique Guimarães. Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca, op.cit, p.187

<sup>88</sup> Pitty Almeida, ambulante de Salvador (BA) e diretora da União Nacional de Trabalhadoras/es Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil (UNICAB). MARTINS, FLÁVIA; FERREIRA, LOLA; SILVA, VITÓRIA RÉGIA. Fome, medo e falta de renda: A vida das ambulantes no primeiro ano da pandemia. Plural - UOL Notícias, 2021. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/fome-medo-e-falta-de-renda-a-vida-das-ambulantes-no-1-ano-de-pandemia/#page12>. Acesso em: 8 maio 2021.

<sup>89</sup> FALA, Trabalhadora! Vanessa Melo: Resistência e afetividade são marcas da vendedora ambulante. CAMTRA, Rio de Janeiro, 2 mar. 2020. Fala, Trabalhadora!. Disponível em: <https://camtra.org.br/fala-trabalhadora-vanessa-melo-vendedora-ambulante/> Acesso em: 10 abr. 2021.

Ainda, de forma contraditória ao argumento de concorrência econômica, deve-se atentar para o fato de que os trabalhadores informais são, há anos, responsáveis por compensar a perda dos empregos formais, e reduzir, assim, as taxas de desemprego no país.<sup>90</sup>

### 1.1.4 Camelôs - um problema de ordem pública

A opinião pública comumente está endereçada a ver os camelôs como um problema, e cuja única solução é a repressão brutal por parte dos agentes estatais. Muitos personagens têm responsabilidade nessa história, como a imprensa e os gestores municipais.

A notícia veiculada pelo jornal O Globo, de março de 2020, citada acima, apresenta os camelôs também como um problema de ordem e necessidade de repressão pelas autoridades municipais:

— A impressão é de um problema sem solução. Por um lado, quase toda semana o prefeito (Marcelo Crivella) faz uma solenidade para entrega de licenças a ambulantes — afirma Horácio Magalhães, presidente da Sociedade Amigos de Copacabana, acrescentando, no entanto, que não se pode falar que a Guarda Municipal (GM) não faz nada. — Há operações rotineiras. Quando os ambulantes avistam o comboio, no entanto, recolhem as mercadorias rapidamente e, minutos depois, estão de volta.<sup>91</sup>

Sob a mesma ótica de repressão aparentemente está a ação dos prefeitos. O mandato de César Maia (1993-1997) foi marcado por sucessivos enfrentamentos entre os camelôs e a Guarda Municipal<sup>92</sup>, criada pelo prefeito através do Decreto 12.000/1993, e fortalecida durante o governo de Eduardo Paes, chegou a contar com 7500 guardas<sup>93</sup>. "A partir daí caberia à essa guarda

<sup>90</sup> GARCIA, Diego; CAGLIARI, Arthur. Oferta de vagas informais entra em colapso e mercado de trabalho perde seu maior pilar: Do total de 4,9 milhões de postos cortados, 3,7 milhões vieram da informalidade. FOLHA DE SÃO PAULO, SANTOS E SÃO PAULO, p. 0-01, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/oferta-de-vagas-informais-entra-em-colapso-e-mercado-de-trabalho-perde-seu-maior-pilar.shtml>. Acesso em: 7 mar. 2021.

<sup>91</sup> GALDO, Rafael. Por falta de fiscalização e de empregos formais, ambulantes tomam avenidas do Rio: Forma de negócio é impulsionada pela falta de fiscalização e pela escassez de empregos formais. op. cit.

<sup>92</sup> HIRATA, Daniel. Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo, op. cit, p. 107

<sup>93</sup> Plataforma DHESCA BRASIL; Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Dossiê Violações ao Direito ao Trabalho e à Cidade dos Camelôs no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 0-30, set. 2014., p. 13. Disponível em: [https://comitepopulario.files.wordpress.com/2015/03/dossiecamelos\\_set2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2015/03/dossiecamelos_set2014_web.pdf). Acesso em: 4 mar. 2021.

a repressão sob uso da força. Seria essa uma das maiores inimigas dos camelôs no que diz respeito à ordem urbana e à segurança dos direitos de trabalho."<sup>94</sup>

Foi a partir da violência praticada pelo Estado que surgiu o Movimento Unido dos Camelôs - MUCA há cerca de 17 anos, na cidade do Rio de Janeiro. A líder do movimento, Maria de Lourdes, mais conhecida como Maria dos Camelôs, sofreu dura repressão da Guarda Municipal quinze dias após ter dado à luz a um de seus filhos. Ainda com os pontos da cesariana, aproximadamente doze guardas municipais bateram em Maria, quebrando-lhe o nariz e deixando-lhe outras marcas profundas: “Eu me recuperei, mas sempre fica a sequela. Fora as mágoas. Você apanhar porque está trabalhando é muito dolorido”<sup>95</sup>.

A partir desse episódio, junto a outros companheiros que também sofreram repressão, Maria procurou o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual lhes indicou a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Assim surgiu o MUCA, em julho de 2003, um movimento organizado que contava, à época, com 1800 trabalhadores informais inscritos. Atualmente, este número se perdeu de vista.

Com uma retórica um pouco diferente de seu antecessor, Eduardo Paes assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012), fazendo promessas aos ambulantes de regularizá-los<sup>96</sup>. No entanto, em seu primeiro dia no cargo de prefeito, Paes criou a Secretaria Especial de Ordem Pública (Seop), por meio do Decreto nº 30.339/2009, que foi implementado sem consulta legislativa ou à população. O decreto buscou reorganizar:

boa parte da arquitetura institucional do poder administrativo municipal, graças ao seu pretenso caráter "excepcional". Constituem a secretaria órgãos já existentes na estrutura municipal, mas que tradicionalmente atuavam com autonomia e

<sup>94</sup> LIMA, Vítor Henrique Guimarães. Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca, op.cit., p 193/194

<sup>95</sup> O orgulho entre as dores de Maria dos Camelôs. INSTITUTO PACS, MEDIUM, Rio de Janeiro, 4 jul. 2016. Disponível em: <https://pacsinstituto.medium.com/o-orgulho-entre-as-dores-de-maria-dos-camel%C3%B4s-10c2dc359e8>. Acesso em: 13 set. 2020.

<sup>96</sup> LIMA, Vítor Henrique Guimarães. Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca, op. cit, p. 197



isolamento: as subsecretarias de fiscalização (incorporação da Companhia de Licenciamento e Fiscalização - CFL - e Companhia de Fiscalização de Estacionamento e Reboque - CFER), de Controle Urbano (incorporação do órgão Companhia de Controle Urbano CCU) e de Operações (Guarda Municipal). A criação da Seop e seus programas subsequentes diferenciam-se do "ordenamento a varejo" na gestão de César Maia - atuações pontuais por instituições isoladas - na direção de um "ordenamento no atacado" na gestão Eduardo Paes, com planos e coordenação até então inéditos.<sup>97</sup>

Embora tenha iniciado o cadastramento dos trabalhadores, através do Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA), Decreto Municipal nº 30.587/2009 instituiu a revisão de todas as autorizações já concedidas por governos anteriores<sup>98</sup> e estipulou vagas em número inferior à real demanda<sup>99</sup>.

Tendo realizado uma chamada pública, a SEOP, fez um convite, através de jornais, para aqueles que queriam se cadastrar. Assim, muitas pessoas que não trabalhavam como ambulantes realizaram o cadastro, e passaram a alugar as Taxas de Uso da Área Pública (TUAPs) para aqueles que, de fato, atuavam como camelôs, apenas registrando-os como seus auxiliares. Criou-se, assim, uma nova rede de exploração<sup>100</sup>, além dos já existentes "arregos"<sup>101</sup>. "De acordo com os entrevistados, as TUAPs são alugadas por R\$ 150 ou R\$ 200 semanais em média, mas podem chegar a R\$ 500 por semana em lugares mais movimentados."<sup>102</sup>

Em setembro de 2009, a Prefeitura de Paes criou a operação Choque de Ordem<sup>103</sup>:

<sup>97</sup> HIRATA, Daniel. Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo, op. cit, p.111.

<sup>98</sup> BONAN, Anna Cecília Faro. CAMELÔS REBELDES: A DIMENSÃO SÓCIO-ESPACIAL DO DIREITO NA CIDADE EM DISPUTA, op.cit, p. 100

<sup>99</sup> OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Violações do Direito ao Trabalho dos Camelôs no Rio. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, Rio de Janeiro, 09 abr. 2015. Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/violacoes-do-direito-ao-trabalho-dos-camelos-no-rio-2/>. Acesso em: 6 mar. 2021

<sup>100</sup> Posteriormente, os responsáveis pelo CUCA foram alvos de inúmeras denúncias de irregularidades nos cadastros e de uso abusivo da força policial. Plataforma DHESCA BRASIL; Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Dossiê Violações ao Direito ao Trabalho e à Cidade dos Camelôs no Rio de Janeiro, op.cit., p. 16

<sup>101</sup> Prática de pagamento de suborno aos agentes de fiscalização (policiais civis e agentes da SEOP). OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Violações do Direito ao Trabalho dos Camelôs no Rio. op. cit.

<sup>102</sup> OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Violações do Direito ao Trabalho dos Camelôs no Rio. op.cit., p.17.

<sup>103</sup> Apesar de ter sido criada somente em 2009, segundo o Dossiê Camelôs, as práticas instituídas pelo Choque de Ordem já vigoravam antes da data, seja no governo Paes até mesmo no de César Maia. Plataforma DHESCA BRASIL; Comitê Popular da Copa e

anunciando-a como o fim da desordem urbana, o “grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crime”. O objetivo declarado era realizar a limpeza urbana do centro e de outras regiões da cidade. Na época, o secretário da SEOP, Rodrigo Bethlem, declarou que as medidas tinham o caráter de devolver aos cidadãos os espaços públicos ocupados ilegalmente.

Para tanto, viam-se como providências prioritárias a retirada das ruas de crianças abandonadas e moradores de rua, assim como a repressão ao mercado informal e irregular como também às ocupações urbanas. Nesse sentido, o recente cadastramento havia permitido a pronta identificação dos ambulantes autorizados, o que contribuía para uma ação imediata sobre aqueles que não possuíam autorização.<sup>104</sup>

Perguntada sobre a maior dificuldade de ser camelô, Maria afirma rapidamente:

*Ah, enfrentar essa guarda mesmo né, desânimo disso, de enfrentar o poder público, a falta de respeito de não ter respeito com a gente como trabalhador. Você tá ali na rua, tô fazendo nada de errado. Deveria ser aplaudido, pelo seu jeito brasileiro, vai lá coloca uma mercadoria, comprada com seu dinheiro na rua para vender. E aí você vai lá com a mercadoria, tenta trabalhar e você é desrespeitado. Pra mim a pior coisa que tem é você correr da guarda municipal com a sua mercadoria nas costas, é humilhação muito grande. E deixa a gente muito mal com isso, sabe? é bem ruim para gente, mas como a gente é resistente a gente continua levando e correndo, e é isso.*

O governo de Marcelo Crivella não foi diferente de seus antecessores. Em relatório do Observatório das Metrópoles, foi identificado que o Programa Ambulante Legal, criado na gestão do ex-prefeito, repetiu erros dos antigos prefeitos ao não criar canais de conversa com os trabalhadores e estabelecer uma atualização dos cadastros por via eletrônica. Assim, as constantes reclamações dos camelôs acerca dos aluguéis de TUAPs por parte daqueles que não fazem parte do trabalho ambulante, permaneceram.<sup>105</sup>

Ainda, a má condução por Crivella durante a pandemia de coronavírus, manifestada na ausência de políticas públicas atentas aos mais vulneráveis, bem como a falta de diálogo com os camelôs para lidar com a

---

Olimpíadas do Rio de Janeiro. Dossiê Violações ao Direito ao Trabalho e à Cidade dos Camelôs no Rio de Janeiro, op.cit., p. 10.

<sup>104</sup> OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Violações do Direito ao Trabalho dos Camelôs no Rio. op. cit.

<sup>105</sup> OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Novo cadastro de Crivella põe em risco o direito ao trabalho dos camelôs. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [s. l.], 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/camelos-do-centro-do-rio-podem-viver-novo-c-hoque-de-ordem/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

situação enfrentada, será evidenciada mais à frente quando abordarei especificamente esse período.

Acerca da nova gestão de Paes, iniciada em 2021, na opinião dos camelôs, será apenas uma extensão de seu antigo mandato. Perguntada sobre a volta de Eduardo Paes à Prefeitura do Rio de Janeiro, Natalina é assertiva ao afirmar que as condições de trabalho dos camelôs não vão melhorar:

*Vai ficar ruim pra gente, porque ele não gosta de camelô, ele não gosta de pobre, ele é uma farsa e todo camelô sabe disso. E vai ficar ruim, porque ele vai tirar todos os camelôs da rua, como ele tirou em 2010, acho que foi em 2010 que ele veio como prefeito e fez uma limpeza na rua junto com seu... Rodrigo Bethlem, que era o chefe da Ordem Pública, da fiscalização da Ordem Pública, que deram o apelido dele de Xerife, porque ele ia na frente, tomando a mercadoria de todo mundo, nas praias, nas calçadas, onde tinha um camelô sem cadastro, eles iam pegando. E na verdade eles roubavam a nossa mercadoria. Porque na verdade quem trabalha com nota fiscal tem o direito de pegar a mercadoria no depósito, e a gente ia lá, como eu também, e não tinha mercadoria, nada, era tudo desviado, tudo vendido pra outros camelôs de outros bairros, ou eles roubavam para uso deles próprios. E é isso.*

Ainda acrescenta:

*O pessoal da Ordem Pública, porque quando eles vêm, vem mesmo pra pegar as mercadorias, então a gente tem que tirar mesmo, sabe? tem que pegar a mercadoria e correr, e sair correndo, tem que correr mesmo. Pegar, botar na bolsa, ir correndo, porque eles levam mesmo.*

No mesmo sentido, Maria complementa:

*Ter agora o mesmo Prefeito que teve em 2009, o choque de ordem né, de novo reeleito e a gente sabe que a política dele não vai ser uma política de organização, a gente conhece muito bem qual é a política né do DEM que é o partido que ele faz parte, e do Eduardo Paes, o próprio, então a gente tá aí, na luta pra enfrentar isso.*

Importante ressaltar que ainda no tocante à manutenção da ordem pública, foram instituídas pela prefeitura medidas voltadas a este controle.

O Estatuto do Desarmamento, lei federal 10.826/2003<sup>106</sup>, em seu art. 6º, inciso III, prevê a possibilidade de que os guardas municipais das capitais

<sup>106</sup> BRASIL. LEI nº 10826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. [S. l.], p. 0-01, 22 ago. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm). Acesso em: 7 mar. 2021.

dos Estados e das cidades com mais de 500 mil habitantes possam portar armas de fogo, desde que tal esteja também previsto na Lei Orgânica do Município.

Atualmente, uma das principais bandeiras levantadas pelo MUCA é impedir a aprovação de projeto de emenda à lei municipal nº 23/20018<sup>107</sup>, que alteraria o artigo 30 da Lei Orgânica, visando "instituir, conforme a lei dispuser, guardas municipais especializadas, de caráter civil, uniformizadas e que façam uso de armas de fogo no patrulhamento preventivo urbano".

Segundo Maria dos Camelôs, os embates entre ambulantes e a guarda municipal são antigos e brutais: *"Foram muitas situações de violência. Se só com o cacetete eles nos violentam durante apreensão de mercadoria, tenho medo do que possa acontecer caso estejam armados com arma de fogo"*<sup>108</sup>.

A polícia do Estado do Rio de Janeiro é a que mais mata no Brasil. Em 2018, a cada 4 mortes cometidas pela polícia, 1 ocorreu no Estado. Lá também é onde são registrados os maiores índices de mortes de policiais.<sup>109</sup> Maria também se preocupa com estes dados: *"assim como acontece com a Polícia Militar carioca, que é a que mais morre no Brasil, a guarda também será alvo mais frequente da violência urbana na cidade."*<sup>110</sup>

A ONG Meu Rio, em campanha de pressão pública nas redes sociais pela não aprovação do projeto de lei, também apresentou suas preocupações: "a redação do projeto não previa aumentar a proteção dos guardas, apenas oferecer um treinamento insuficiente diante do poder letal de uma arma. E

<sup>107</sup> CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de emenda à Lei Orgânica nº 23, de 27 de novembro de 2018. Altera a redação do inciso VII do Art. 30 da Lei Orgânica Municipal e acrescenta o § 2º E 3º, renumerando o atual parágrafo único. [S. l.], 11 dez. 2018. Disponível em:

<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/ebc4b264d830a77c032577590051dd75/08de27b4a63d0978832583360069533c?OpenDocument>. Acesso em: 7 mar. 2021.

<sup>108</sup> Entrevista concedida à Fabiana Batista intitulada: A camelô que quer impedir que guarda municipal do Rio possa andar armada. UNIVERSA UOL, Rio de Janeiro, 27 ago. 2020. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/27/a-camelos-que-luta-para-impedir-que-guardas-no-rio-andem-armados.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 7 mar. 2021.

<sup>109</sup> MAZZA, Luigi; ROSSI, Amanda; BUONO, Renata. A polícia que mais mata. REVISTA PIAUÍ, [S. l.], 26 ago. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/policia-que-mais-mata/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

<sup>110</sup> A camelô que quer impedir que guarda municipal do Rio possa andar armada. UNIVERSA UOL, Rio de Janeiro, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/27/a-camelos-que-luta-para-impedir-que-guardas-no-rio-andem-armados.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 7 mar. 2021.

nem tinham nenhum embasamento teórico sobre os riscos que isso pode trazer tanto para a população quanto para a própria Guarda."<sup>111</sup>

Kátia Mello, antropóloga e estudiosa das relações entre guardas municipais e camelôs, em entrevista à Agência Lupa, afirmou que o tema sobre armamento da guarda municipal é comum durante o período eleitoral. No entanto, ela entende que “hierarquias perversas” seriam estimuladas se a política de armar a Guarda Municipal fosse implementada: “O município, ao invés de ficar pensando em armar as Guardas Municipais deveria potencializar o seu poder de prevenção e de políticas penais”.<sup>112</sup> Como exemplo, Mello cita a necessidade de ações voltadas aos egressos do sistema penitenciário.<sup>113</sup>

Embora tenha realizado treinamento<sup>114</sup> dos agentes da Guarda com armas não-letais<sup>115</sup>, Marcelo Crivella, pretendia, inclusive como promessa de campanha no ano de 2020, instituir o uso de armas de fogo<sup>116</sup>. A legislatura do ex-prefeito, não obteve sucesso na aprovação, embora tenham sido realizadas votações na Câmara de Vereadores sobre o tema. Mas Eduardo Paes não perdeu tempo, assim que empossado como prefeito, em fevereiro de 2021, apresentou um projeto para o armamento da Guarda Municipal.<sup>117</sup>

No entanto, o MUCA faz um questionamento sobre qual a urgência de aprovação desse projeto, enquanto o coronavírus não pára de se espalhar pela cidade. Ao invés de propor alternativas para os trabalhadores informais que

<sup>111</sup> #GuardaArmadaNão! MeuRio.org. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.guardaarmadanao.meurio.org.br/#block-34716> Acesso em 07 mar 2021

<sup>112</sup> AFONSO, NATHÁLIA. Rio: um terço dos candidatos quer liberar armas de fogo para a Guarda Municipal Rio. AGÊNCIA LUPA - PIAUÍ, [S. l.], 22 out. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/10/22/programas-rio-guarda-arma/>. Acesso em: 7 mar. 2021

<sup>113</sup> *Ibid.*

<sup>114</sup> G1 RIO. Prefeitura diz que guardas municipais do Rio começam a usar armas não-letais nas ruas ainda este ano. G1, Rio de Janeiro, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/05/prefeitura-diz-que-guardas-municipais-do-rio-comecam-a-usar-armas-nao-letais-nas-ruas-ainda-este-ano.ghtml>. Acesso em: 7 mar. 2021

<sup>115</sup> Armas de balas de borracha, spray de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral.

<sup>116</sup> AFONSO, Nathália. Rio: um terço dos candidatos quer liberar armas de fogo para a Guarda Municipal Rio. op.cit.

<sup>117</sup> MAGALHÃES, Luiz Ernesto; SCHMIDT, Selma. Projeto que libera o armamento da Guarda Municipal do Rio está em pacote apresentado pela prefeitura: Proposta, porém, já enfrenta resistência até de vereadores da base do prefeito Eduardo Paes. O GLOBO, Rio de Janeiro, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/projeto-que-libera-armamento-da-guarda-municipal-do-rio-esta-em-pacote-apresentado-pela-prefeitura-24901184>. Acesso em: 7 mar. 2021.

vêm sofrendo durante a pandemia, o atual prefeito tem se preocupado em continuar sua política de perseguição aos camelôs e militarização da cidade. Proposta pelo MUCA, iniciou-se, assim, a campanha Vacina Sim, Armas Não!<sup>118</sup>



Figura 02: Card de convocação a protesto organizado pelo MUCA <sup>119</sup>

## 1.2 Capital Pandêmico<sup>120</sup>

Segundo Maria dos Camelôs, muitas são as mulheres que buscam o seu sustento e de sua família trabalhando como camelôs. Ainda, segundo ela, a maioria das mulheres ambulantes no Rio de Janeiro são mulheres negras. Sua fala apenas exemplifica as análises estatísticas acerca dos trabalhadores informais e precarizados já realizadas.

Pesquisa realizada pela CAMTRA (Casa da Mulher Trabalhadora) no Rio de Janeiro, em 2009, denominada “A informalidade é formal”, revelou que das 201 trabalhadoras ambulantes entrevistadas 65% são negras (sendo

<sup>118</sup> MUCA. VACINA SIM/ARMAS NÃO! Rio de Janeiro, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://movimentounidoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

<sup>119</sup> Extraído do blog do MUCA. Disponível em: <https://movimentounidoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em 7 mar 2021.

<sup>120</sup> Tomo aqui emprestada a expressão utilizada por Ricardo Antunes, que indica a convergência temporal entre "sistema de metabolismo antissocial, crise e explosão do coronavírus". ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado, op. cit. p. 18

38% que se autodeclararam pardas e 27% pretas), com baixa escolaridade (37% tem apenas o Ensino Fundamental Incompleto).<sup>121</sup>

A conclusão da pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, realizada pelo IBGE 2018, através da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2012 a 2017 indica que “o recorte adicional por sexo nas atividades econômicas revela que a participação das mulheres no trabalho informal é superior a dos homens para a maior parte dos grupos de atividade econômica”.<sup>122</sup>

Em pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) junto ao Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), com relatório de 2019, foram identificadas, no centro da cidade do Rio de Janeiro, 108 mulheres trabalhando como ambulantes, enquanto o número de homens constatado foi de 281. Embora estes estejam em maior número, os pesquisadores alertam que tal disparidade de representação não reflete o grau de informalidade experienciado pelas mulheres trabalhadoras brasileiras, explicado por características já relatadas acima e que serão melhor detalhadas no decorrer desse trabalho. A título de exemplo, o DIEESE identificou que o "comércio ambulante e feiras" era a segunda em um rol das 20 principais atividades das mulheres ocupadas no país até o final de 2016<sup>123</sup>. Seguindo esta tendência, os números devem crescer pós-pandemia.

Dizer que a pandemia escancarou as desigualdades sociais não parece ser uma afirmação muito honesta. Como bem enunciou a urbanista e escritora negra Joice Berth, elas já estavam bem "visíveis para quem

<sup>121</sup> Silva, Alaiane de Fátima dos Santos. Trabalhadoras ambulantes : vida, trabalho e direitos / Alaiane de Fátima dos Santos Silva, Iara Amora dos Santos, Eleutéria Amora da Silva. - Rio de Janeiro : CAMTRA, 2011. 30p. : il. p.5. Disponível em: <https://camtra.org.br/wp-content/uploads/2018/10/livro-trabalhadoras-ambulantes-vida-trabalho-e-direitos.pdf> Acesso em: 10 abril 2021

<sup>122</sup> IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>

<sup>123</sup> DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016: Mercado de Trabalho: livro 1./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2017, p. 62. Disponível em: [https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro1\\_MercadoTrabalho/index.html?page=4](https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro1_MercadoTrabalho/index.html?page=4) Acesso em 28 jun 2021

quisesse ver".<sup>124</sup> A violência e a desigualdade a que estão impostas as mulheres negras, remontam ao nosso passado colonial, como discorri no capítulo 2 desta dissertação. Importa aqui, apontar o quanto a pandemia pode intensificar, e vem intensificando, o abismo socioeconômico entre elas e "os outros".

“Temos quase 25 milhões de pessoas que trabalham por conta própria. Uma porcentagem alta das mulheres negras não contribui com o INSS. Elas vão sofrer com o vírus e com a condição de não ter renda”, declarou a economista e pesquisadora Marilane Teixeira, para a Revista Gênero e Número.<sup>125</sup>

O sociólogo Ricardo Antunes concluiu em sua análise sobre os efeitos da pandemia conjugada ao sistema capitalista:

O capital pandêmico é intensamente *diferenciado* quando se trata de atingir e penalizar as classes sociais. Com uma *aparência* inicial *policlassista*, a pandemia do capital é *de fato* muito mais funesta ao atingir o *corpo da classe trabalhadora e, sucessiva e progressivamente, o corpo-classe das mulheres trabalhadoras brancas*, e mais intensamente o *corpo-classe das trabalhadoras negras, indígenas, imigrantes, refugiadas, LGBTs etc.* Sob a impulsão das *necessidades mais elementares que lhe são vedadas*, dirigem-se ao trabalho e à aglomeração social, aproximando-se potencialmente da contaminação e da morte.<sup>126</sup>

Mas o "mundo às vésperas da pandemia", como denominou o sociólogo o capítulo que explica essa "tragédia anunciada", em seu livro "Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado", já revelava uma classe trabalhadora marcada por elevados índices de empobrecimento, com grande destaque para o Brasil.

A implementação de uma política de gestão austera de ajuste fiscal executada em 2015 e a flexibilização dos contratos de trabalho proporcionada pela reforma trabalhista de 2017 já haviam aprofundado a

<sup>124</sup> BERTH, Joice. O OUTRO DO OUTRO: A violência contra a mulher negra não começou na pandemia. PIAUÍ, SÃO PAULO, n. 167, ago. 2020. tempos da peste. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-outro-do-outro/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

<sup>125</sup> BERTHO, Helena; MARTINS, Flavia Bozza. Trabalhadoras informais temem não ter como alimentar os filhos em crise de coronavírus. REVISTA GÊNERO E NÚMERO [online], 24 mar 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/trabalhadoras-informais-temem-nao-ter-como-alimentar-os-filhos-em-crise-do-coronavirus/> Acesso em: 15 ago 2020

<sup>126</sup> ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado. 1. ed. SÃO PAULO: Boitempo, 2020. 36 p. ISBN 978-65-5717-001-4. E-book. p.31/32



velha precarização estrutural do trabalho no país, levando inúmeros novos ambulantes a disputar os espaços dos centros urbanos.

Dados do IBGE de 2018 apontam que o trabalho informal representava 40,8% da população brasileira ocupada em 2017, significando um aumento de 1,2 milhão de pessoas se comparado ao ano de 2014.<sup>127</sup>

Na realidade, a crise econômica brasileira tem possibilitado um deslocamento do trabalho formal (com carteira de trabalho) para o informal e, de forma perversa: 82% desses novos postos de trabalho foram ocupados por mulheres negras, grande parte delas no emprego doméstico, sendo 71,2% desses postos de trabalho informais, e as demais são trabalhadoras por conta própria (ambulantes e cuidadoras). Uma das consequências da crise econômica foi o crescimento do empreendedorismo e as mulheres são a maioria das microempreendedoras individuais e, provavelmente, são as “informais” que migraram diante do desemprego para essas novas formas de trabalho. Outro aspecto que devemos chamar atenção é que cerca de 45% dessas mulheres são responsáveis pela família, e a perda de rendimentos afeta seus filhos e dependentes, tornando toda sua família um batalhão de miseráveis.<sup>128</sup>

A taxa de desemprego e a consequente necessidade de busca pela informalidade entre as mulheres já eram altas antes da crise sanitária, conforme os dados apresentados. Segundo Marilane Teixeira:

No 1o trimestre de 2020, o desemprego já registrava níveis elevados: 17,3% entre as mulheres negras e 11,3% entre as mulheres brancas. A taxa de desemprego das mulheres negras representava mais do que o dobro da dos homens brancos (8,4%).

Por outro lado, entre aquelas que se inserem no mundo do trabalho, as condições são bastante desfavoráveis. No 1o trimestre de 2020, 52,1% das mulheres negras e 43,8% das mulheres brancas entraram no mercado de trabalho por meio da informalidade, condição que se refere às pessoas que estão no emprego sem carteira, no emprego doméstico sem carteira e no trabalho por conta própria. Esta condição, na maior parte das vezes, se perpetua durante toda a trajetória laboral.<sup>129</sup>

<sup>127</sup> Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf> Acesso em 20 set 2020.

<sup>128</sup> MELO, Hildete Pereira de. A VIDA DAS MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA!. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, SÃO PAULO, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.fes.de/detalhe/a-vida-das-mulheres-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>129</sup> TEIXEIRA, Marilane. A pandemia do coronavírus e os seus efeitos sobre as mulheres trabalhadoras. Disponível em: <http://mulheresnapanemia.sof.org.br/efeitos-pandemia-mulheres-trabalhadoras/> Acesso em 25 out 2020

Aliadas às políticas neoliberais implementadas pelos atuais governos, a crescente necessidade de alternativas à baixa oferta de empregos, dada a informatização e *uberização* do trabalho, revela-se um cenário desolador para os trabalhadores, que soma-se agora à crise sanitária que impõe a todos o isolamento social, necessário para evitar o colapso dos sistemas de saúde público e privado. No entanto, para aqueles que têm o seu ganha-pão nas ruas da cidade e sem reserva financeira, o que fazer sem uma rede de proteção e sem poder garantir a sobrevivência?

Segundo o Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho: Reformas, do CESIT/IE/Unicamp, em artigo publicado em abril de 2020, para que a crise econômica aprofundada pela pandemia não recaia sobre os mais vulneráveis, é importante e vital haver uma ação coordenada do Estado para manter o isolamento social necessário e a preservação da renda:

É nesse cenário que o Estado, como indutor do desenvolvimento econômico e das políticas públicas urgentes ao enfrentamento da pandemia, apareça como ator fundante. Cabe-lhe o dever/poder de financiar e coordenar esforços para manter e expandir os serviços básicos essenciais e de implementar as indispensáveis medidas emergenciais via ampliação do gasto público, sem se preocupar com as restrições fiscais. Na mesma perspectiva, deve-se rever a incidência de impostos sobre a renda e o consumo dos trabalhadores, visto que as distorções tributárias oriundas de nosso sistema altamente regressivo penalizam de forma desproporcional e injusta justamente os mais pobres.<sup>130</sup>

O Grupo informa que o auxílio financeiro emergencial do governo federal, que tratarei adiante, é “insuficiente na perspectiva de garantir emprego, renda e dinâmica econômica” e que este ainda encontrou entraves do Executivo para sua implementação, que se revelou lenta e “desorientada”.

O professor Fernando Perobelli opina no mesmo sentido, afirmando a necessidade de uma atuação direta do Estado para que os efeitos da atual crise sejam minimizados. Mais, o professor defende que políticas de transferência de renda e créditos diferenciados sejam aplicados de forma permanente pelo governo brasileiro.

---

<sup>130</sup> Emprego, Trabalho e Renda para garantir o direito à vida. CESIT/IE/Unicamp. São Paulo, 8 abril 2020. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/covid19/emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-a-vida>. Acesso em: 3 ago 2020

Assim sendo, o Estado, nesse caso, tem o papel de ‘aliviar’ a crise e não de impor ainda mais restrição de renda aos indivíduos, uma vez que isso deprime o consumo, que gera menor produção de bens, diminuindo os empregos, e levando a uma menor arrecadação de impostos. Portanto, políticas compensatórias por parte do Estado são essenciais em nosso modelo econômico.<sup>131</sup>

No entanto, o Estado brasileiro, durante a pandemia, adotou medidas pensadas sobretudo para salvaguardar grandes empresas e bancos, enquanto para micro e pequenos empresários, ambulantes e outras categorias, adotou medidas tímidas ou até mesmo atrasadas<sup>132</sup>, segundo especialistas.

O ministro da economia Paulo Guedes, chegou a dizer, em reunião interministerial, posteriormente divulgada ao público, que salvar as grandes empresas em detrimento das pequenas era a melhor decisão: "Nós vamos botar dinheiro, e vai dar certo e nós vamos ganhar dinheiro. Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas".<sup>133</sup>

O discurso do ministro aparentemente não foi apenas um blefe de sua estratégia. Isso fica claro ao nos depararmos com a pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) a qual indicou que 10,1 milhões de pequenas empresas no país, 58,9%, tiveram que interromper as atividades durante a pandemia.<sup>134</sup> O discurso de enaltecimento ao microempreendedorismo nunca pareceu tanto como uma farsa.

A historiadora e professora Virgínia Fontes informa que a crise é evidentemente econômica, tendo o vírus funcionado apenas como um

<sup>131</sup> Vulnerabilidade de informais, mulheres e negros é acentuada na pandemia. UFJF Notícias, Juiz de Fora, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/02/vulnerabilidade-de-informais-mulheres-e-negros-e-acentuada-na-pandemia/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

<sup>132</sup> Socorro na pandemia: uma ajuda desigual. VALOR ECONÔMICO [online], 10 jun 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/socorro-na-pandemia-uma-ajuda-desigual.ghtml> Acesso em 10 set 2020.

<sup>133</sup> MAZIEIRO, Guilherme. Guedes: vamos usar recurso público com grandes empresas e ganhar dinheiro. UOL, Brasília, 22 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/guedes-vamos-usar-recurso-publico-com-grandes-empresas-e-ganhar-dinheiro.htm>. Acesso em: 4 mar. 2020.

<sup>134</sup> O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios: Pesquisa do Sebrae mostra que 31% das empresas mudaram o funcionamento e precisaram se adaptar para manter a saúde financeira.. SEBRAE: MERCADO E VENDAS | AMBIENTE DE VENDA, [s. l.], 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 14 mar. 2021.

"disparador", pois que ela já estava anunciada desde a década de 90<sup>135</sup>. Assim, os Estados, mais uma vez, "salvam" o capital, e "goteja" ajuda aos trabalhadores, que será cobrada mais tarde. É o que se pode depreender da aprovação da PEC emergencial que adotou o auxílio emergencial em 2021, mas para isso previu a proibição de aumento salarial de servidores públicos e a realização de concursos públicos.<sup>136</sup>

Em abril de 2020, após muita pressão da sociedade civil e dos partidos da oposição ao presidente Jair Bolsonaro, foi aprovado o auxílio financeiro emergencial, por meio da Lei nº. 13.982, no valor de seiscentos reais, a ser pago entre os meses de abril a agosto, e mil e duzentos reais para as mães-solo. No entanto, esses valores foram reduzidos pela metade entre os meses de setembro a dezembro de 2020 e muitos dos que receberam no primeiro momento não foram contemplados no segundo.<sup>137</sup>

No ano de 2021, embora os índices de contágio e de morte causados pelo coronavírus tenham aumentado de forma exponencial no Brasil<sup>138</sup>, o governo federal demorou mais uma vez a apresentar soluções para os mais vulneráveis. Somente no final de março houve a aprovação de uma nova PEC Emergencial, citado acima, com início do pagamento das quatro parcelas de auxílio apenas no mês de abril, mas com saque liberado somente a partir de maio. Novos cadastrados não foram contemplados, ou seja, só puderam receber aqueles que já haviam recebido no ano de 2020. Ainda, os valores pagos reduziram-se para cento e cinquenta reais (para famílias com apenas um membro), duzentos e cinquenta reais (para famílias com dois membros ou

<sup>135</sup> FONTES, Virgínia. Crise do coronavírus ou crise do capitalismo? YOUTUBE Canal TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YvwS9oAyhUU> Acesso em 15 abril 2021

<sup>136</sup> VENTURA, Manoel. Entenda a PEC que libera o auxílio emergencial e permite congelar salário de servidores: Proposta, aprovada no Senado, prevê gatilhos para controle de despesas. Funcionários públicos ficarão sem reajuste se decretado estado de calamidade. O GLOBO, [S. l.], 4 mar. 2021. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/entenda-pec-que-libera-auxilio-emergencial-permite-congelar-salario-de-servidores-1-24907683>. Acesso em: 15 abr. 2021

<sup>137</sup> DALL'AGNOL, Laís. Parcela média do auxílio emergencial deve ser de R\$ 250, confirma governo: Valores devem ficar entre R\$ 175 e R\$ 375; Ministério da Cidadania diz que detalhes da nova rodada estão sendo finalizados após aprovação de PEC. FOLHA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 11 mar. 2021. Agora São Paulo. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2021/03/governo-confirma-parcela-do-auxilio-emergencial-em-r-250.shtml#:~:text=Ao%20todo%2C%20foram%20pagas%3A,valor%20chegava%20a%20R%24%201.800>. Acesso em: 13 mar. 2021

<sup>138</sup> Covid-19: Brasil tem seu pior momento na pandemia enquanto doença recua no resto mundo. BBC News Brasil, [s. l.], 27 fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56218084>. Acesso em: 14 mar. 2021.

mais) ou trezentos e setenta e cinco reais (para mães-solo), limitando-se a um beneficiário por família.<sup>139</sup>

Marilei é uma das ambulantes entrevistadas para a reportagem "Camelôs enfrentam fiscalização e risco de contaminação para levar comida para casa", publicada em 12 de abril de 2021, pelo jornal Folha de São Paulo. Mesmo as entrevistas tendo sido realizadas na cidade de São Paulo, pode-se perceber que a realidade de condições enfrentadas pelos camelôs é bastante dura em diversas cidades do país. Marilei, que trabalha nas ruas da cidade há 18 anos, afirmou não ter recebido o auxílio emergencial. Informou que continua a trabalhar durante a pandemia porque não existe "respaldo financeiro suficiente" do poder público: *"Se tivesse um auxílio com dinheiro para todos que precisam, imagino que isso ajudaria as pessoas a permanecerem em casa, respeitando o isolamento social"*.<sup>140</sup>

Outra ambulante citada na reportagem é uma jovem de 21 anos, de origem haitiana, que preferiu não se identificar. A jovem, que vive no Brasil há 3 anos, viu suas vendas diárias de alho reduzirem de duzentos reais para sessenta, durante a pandemia.

Nas entrevistas que realizei, perguntei a todas as interlocutoras se durante a quarentena elas haviam notado algum aumento dos preços dos itens alimentares a que elas estão mais acostumadas a consumir. Unânime e enfaticamente, afirmaram que sim. Contou-me Maria:

*Ah, aumentou muito. Eu vou no mercado, eu fico apavorada. A gente não compra mais carne né?! O negócio é tá comprando ovo, frango. Mesmo assim o frango tá caro. Agora a carne?! Está impossível você comer carne, muito caro mesmo, é bem difícil mesmo. E detalhe, a mercadoria que a gente comprava, eu fui para São Paulo domingo, eu acabei fazendo compra de mercadoria para trazer para o Rio, tá tudo muito caro, tudo que você comprava a 10 (reais) tá tudo 15, 18 (reais). E aí você tem que chegar aqui e você tem que aumentar, e o cliente não tem dinheiro para pagar né?!*

<sup>139</sup> Liberado novo pagamento do auxílio: veja se tem direito a ganhar até R\$ 375. UOL, SÃO PAULO, 13 abr. 2021. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/13/caixa-auxilio-emergencial-paga-calendario.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 15 abr. 2021.

<sup>140</sup> CAMELÔS enfrentam fiscalização e risco de contaminação para levar comida para casa. Agora São Paulo, SÃO PAULO, 12 abr. 2021. Economia. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/04/camelos-enfrentam-fiscalizacao-e-risco-de-contaminacao-para-levar-comida-para-casa.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Todas também narraram o aumento na conta de luz, seja por estarem mais em casa, seja pela reativação de bandeiras tarifárias pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em dezembro de 2020, que estava suspenso desde o mês de maio.<sup>141</sup> No mês de março de 2021, houve novo reajuste, com aumento de 4,67% nas contas dos consumidores residenciais cariocas e o Rio de Janeiro tornou-se a terceira cidade do país com a conta de luz mais cara.<sup>142</sup>

Todos esses aumentos, somados à pandemia, não justificam os baixos valores dos auxílios pagos. Para piorar, segundo Maria, muitos dos trabalhadores ambulantes ficaram sem conseguir receber os auxílios por não terem smartphones ou internet para realizar o cadastro necessário. Como este começou a ser feito quase um mês após o início da quarentena e a maioria dos trabalhadores possuíam telefones pré-pagos, eles ficaram sem ter como pagar o acesso à internet na pandemia.

No que diz respeito ao governo municipal, no mandato de Marcelo Crivella, segundo Maria, em entrevista concedida no dia 03 de agosto de 2020, ao assessor parlamentar do deputado federal Glauber Braga, Luciano Frigeri, durante quatro meses de quarentena, a prefeitura do Rio forneceu apenas uma cesta básica para cada um dos ambulantes licenciados pela municipalidade. No entanto, ciente de que cada um destes trabalhadores, segundo a norma da própria Prefeitura, possui o direito de trabalhar junto a um ambulante auxiliar, ela mesma os “esqueceu” na concessão do benefício. Essa medida deixou de lado 50 mil trabalhadores ambulantes que não são cadastrados e que aguardam suas licenças.

---

<sup>141</sup> CONTA de luz voltará a ter cobrança de taxa extra em dezembro, decide Aneel. UOL, SÃO PAULO, 30 nov. 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/11/30/conta-de-luz-voltara-a-ter-cobranca-de-taxa-extra-em-dezembro-decide-aneel.htm>. Acesso em: 14 mar. 2021.

<sup>142</sup> ALVES, Gláucia. Conta de luz terá reajuste no RJ e vai tornar cidade a 3ª mais cara do país. Fdr, [S. l.], 15 mar. 2021. Finanças. Disponível em: <https://fdr.com.br/2021/03/15/conta-de-luz-tera-reajuste-no-rj-e-vai-tornar-cidade-3a-mais-cara-do-pais/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Embora a lei municipal da Renda Básica Carioca<sup>143</sup> (que complementaria a transferência de renda do auxílio emergencial nacional) tenha sido aprovada em junho de 2020, mesmo tendo sido anteriormente vetada pelo então prefeito Marcelo Crivella, ela não foi posta em prática pelo seu sucessor, Eduardo Paes, pelo menos até o mês de abril de 2021. Este, justificou-se através da existência de outro programa, o Cartão Família Carioca, e que "os problemas na condução do programa estariam sendo sanados."<sup>144</sup> No entanto, este programa, como apontado pelo pesquisador e professor em políticas públicas, Jimmy Medeiros, apresenta problemas de ordem estrutural, pautado em uma lógica de meritocracia, com inúmeras restrições e condicionalidades.<sup>145</sup> Por ser complementar ao auxílio de caráter nacional, teria sua existência enquanto perdurasse este. Mas, por não ter sido regulamentada, tem-se aqui uma lei sem efeitos práticos, que poderia, momentaneamente, auxiliar os informais.

Pesquisa realizada pela UFRJ em parceria com o Instituto Francês de Pesquisa e Desenvolvimento (IRD), observou que as cidades brasileiras com maior número de trabalhadores informais possuem, proporcionalmente, maior taxa de contágio do coronavírus e de morte. Os pesquisadores creditam tais características à falta de proteção social e à grande circulação dos trabalhadores, necessária para a realização desse tipo de trabalho.<sup>146</sup>

Ficar em casa, durante a pandemia, parece não ser uma opção para a maioria dos trabalhadores. Maria dos Camelôs notou o aumento dos número de ambulantes, narrando:

<sup>143</sup> Longe de ser uma renda básica universal, como proposto por Eduardo Suplicy e Van Parijs e Vanderborght, teve caráter focalizado e condicional, como sugeriu Jimmy Medeiros, em: Quem quer dinheiro?: Do Cartão Família Carioca para a Renda Básica Carioca. Crítica e Sociedade: Revista de cultura política, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 126-143, 2020. p. 139. DOI <https://doi.org/10.14393/RCS-v10n2-2020-58275>. Quem quer dinheiro?: Do Cartão Família Carioca para a Renda Básica Carioca. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/58275/30583>. Acesso em: 28 mar. 2021.

<sup>144</sup> O Drama da Renda Básica Carioca. Lula Lacerda, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://lulacerda.ig.com.br/o-drama-da-renda-basica-carioca/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

<sup>145</sup> MEDEIROS, Jimmy. Quem quer dinheiro?: Do Cartão Família Carioca para a Renda Básica Carioca., op.cit.

<sup>146</sup> GARCIA, Diego. Pesquisa mostra que trabalho informal eleva contágio e morte por Covid-19 no Brasil: Estudo que avaliou dados de todos os municípios vê relação entre vínculo de emprego e avanço da pandemia. FOLHA DE SÃO PAULO, Rio de Janeiro, 12 out. 2020. Mercado de Trabalho. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/trabalho-informal-eleva-risco-de-contagio-e-morte-por-covid-19.shtml>. Acesso em: 13 out. 2020.

*Dobrou, triplicou. É muita gente na rua, muita. É gente trabalhando na rua como camelô, é pessoas vendendo, andando. Você vê umas meninas muito novas agora fazendo trufa, vendendo salada de fruta, bolo de pote então, assim, tá muito grande esse comércio. O povo tá tentando se virar né? Se virar! E tá difícil, porque a população não tem dinheiro mais para comprar né? Então assim, as pessoas estão vindo pra informalidade, mas não tem ninguém para comprar da gente. Então tá difícil porque a gente não tá conseguindo vender nada né?! Então, tudo que a gente tinha há um tempo atrás, a gente teve que retroceder tudo. Não tem mais dinheiro! Então a gente só faz o para comer e vamos empurrando o resto para frente.*

Como trazido no início deste capítulo, um olhar atento à informalidade se faz necessário. Ver as condições de trabalho a que estão submetidos esses trabalhadores, que se assemelham a tantos outros brasileiros, seja através da indefinição de seus locais de trabalho; das inseguranças trabalhistas ou previdenciárias; das inseguranças físicas; da falta de acesso à tecnologia, à informação e, sobretudo, no momento de pandemia, em que o desespero e a falta esperança tornam o futuro indefinido: "*ou você põe comida na mesa ou você paga as contas*", foi o que me disse Shirley. Maria ainda acrescentou que está com o nome "sujo", mas que depois pensará nisso.



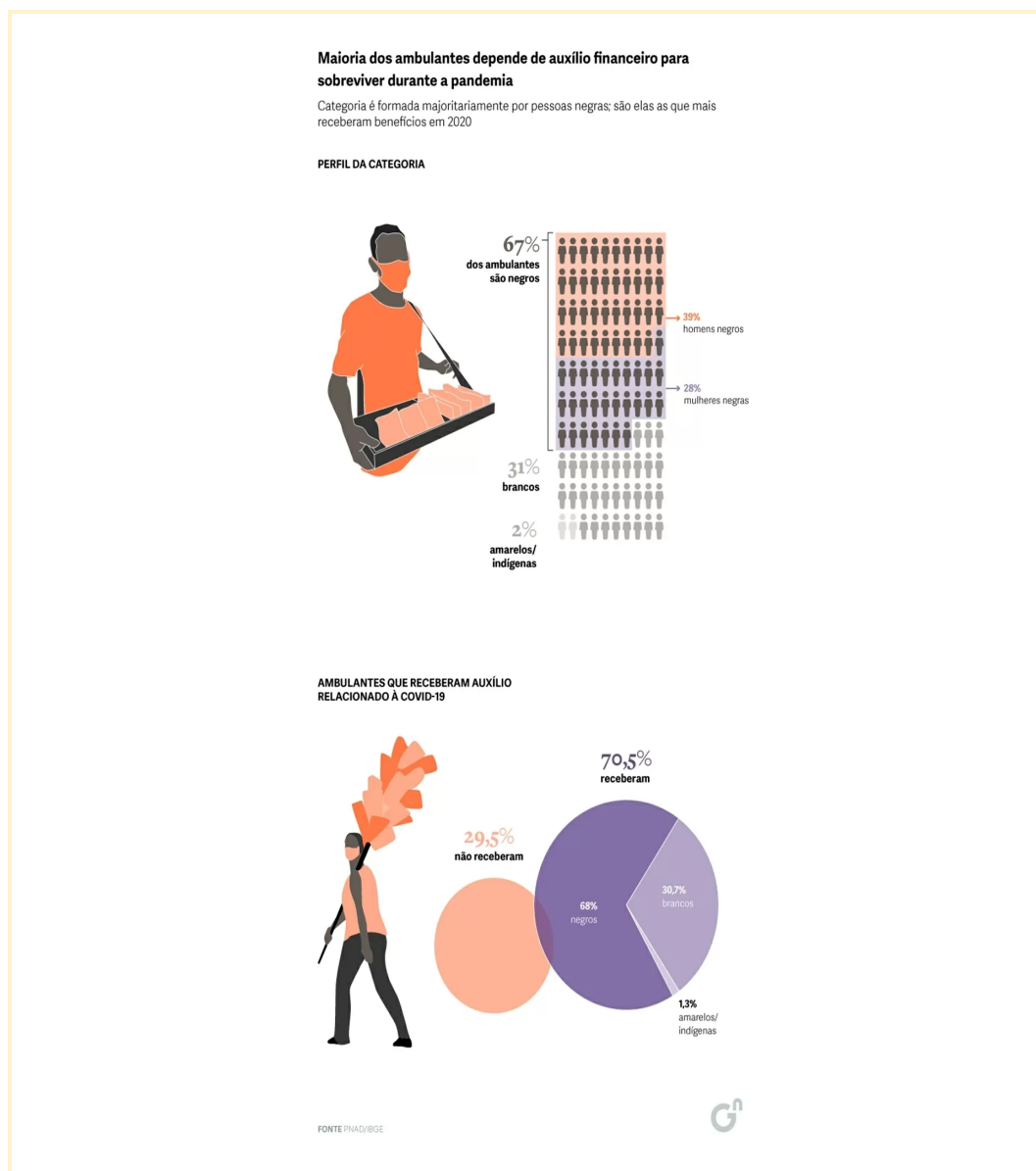


Figura 03: Infográfico Perfil de ambulantes no país e daqueles que receberam auxílio emergencial federal<sup>147</sup>

<sup>147</sup> A figura demonstra o percentual dos trabalhadores ambulantes que receberam auxílio emergencial federal, sendo este um quantitativo pequeno se comparado ao número total dos que necessitam do valor concedido. Dados extraídos do PNAD/IBGE. MARTINS, Flávia; FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia. Fome, medo e falta de renda: A vida das ambulantes no primeiro ano da pandemia. Plural - UOL Notícias, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/fome-medo-e-falta-de-renda-a-vida-das-ambulantes-no-1-ano-de-pandemia/#page12>. Acesso em: 8 maio 2021.

## **"Pra não ter que ficar dependendo de homem, a gente acaba indo pra rua trabalhar" - Mulheres e Reprodução Social. Uma perspectiva feminista marxista**

*Shirley tem 34 anos e dois filhos, uma filha de 6 anos e um filho de 14. Shirley é uma mulher negra, mãe solo, que começou a trabalhar como camelô aos 18 anos para ajudar o homem que na época era seu companheiro (e pai de seus filhos), mas hoje trabalha na rua sozinha. Suas jornadas de trabalho na rua têm cerca de 8 horas diárias. Todos os dias, seu trajeto para o ponto de trabalho dura 40 minutos. Quando alguma doença acomete um dos filhos, é ela quem fica com eles, perdendo o dia de venda. Se a escola está em recesso, Shirley também fica em casa ou paga uma vizinha para olhá-los ou conta com a boa vontade de uma tia. Diz que sente medo de levar os filhos para o trabalho, pois além de estarem sujeitos ao calor e à chuva, tem receio de se distrair "atendendo algum cliente e acontecer alguma coisa". No entanto, assim como as outras entrevistadas, contou que muitas são as mulheres que levam seus filhos para os pontos de venda.*

*Embora tenha recebido o auxílio emergencial federal, conta que teve que parar de pagar a escola particular e de período integral, da filha mais nova, que estava em época de alfabetização. Cada um dos filhos estuda em um colégio diferente, com distâncias que variam de quarenta minutos a uma hora de sua casa. O deslocamento dos filhos é feito por transporte escolar, que ela mesmo paga. Contou que a criação de creches e próximas aos locais de maior concentração de ambulantes (uma das reivindicações do MUCA) seria benéfica a ela, já que tentou e não conseguiu matricular seus filhos em escolas públicas no Centro.*

*Mas não apenas o pagamento da escola da filha foi afetado durante a pandemia. Narrou que ela e seus filhos só sobreviveram graças ao trabalho de distribuição das cestas básicas organizado pelo MUCA nos três primeiros meses de isolamento social, já que teve problemas no cadastro para recebimento do auxílio, demorando assim para começar a receber seu devido pagamento. Ainda, contou que no início da pandemia não tinha ninguém*

*para quem os camelôs pudessem vender, e nem loja aberta para reporem a mercadoria. Além disso, segundo ela, durante o período aumentou o número de trabalhadores na rua:*

*(...) porque todo mundo começou a ir pra rua tentar vender outras coisas. Todo mundo batendo cabeça, e acabava ninguém vendendo nada, era um banco aberto pra 5, 6 camelôs vendendo algo, a máscara, então não dava. Difícil! E o medo também de você se infectar e trazer pra casa também né?*

*Diferentemente das outras mulheres que entrevistei, ao ser perguntada se no futuro quer continuar sendo camelô ou se gostaria de exercer outra profissão, Shirley revela o desejo de seguir por outro caminho. Seu sonho é ser assistente social, ter um salário melhor e "ajudar o próximo". Mas, como muitas dessas mulheres, Shirley afirma que agora é hora de pensar nos filhos e se ela parar de trabalhar, vai faltar pra eles. Perguntada se o pai das crianças a ajuda, ela apenas responde: "Não, não ajuda."*

Neste capítulo, dou início à apresentação teórica da relação intrínseca entre trabalho produtivo e reprodutivo através da Teoria da Reprodução Social (TRS) e da reprodução social na análise da feminista-marxista<sup>148</sup> Angela Davis. Ainda que este entrelaçamento já pudesse ser observado nos relatos das entrevistadas apresentados no capítulo anterior, este capítulo terá o condão de discuti-lo e aprofundá-lo.

A TRS compreende a reprodução social como um papel histórico e culturalmente atribuído às mulheres, mas também como um meio de resistência, onde o capital não consegue mecanizar totalmente as relações sociais (pois as pessoas retêm algum controle sobre a sua reprodução social e biofísica). Embora a reprodução social individualizada e atribuída às mulheres seja importante para a manutenção do capitalismo, ela pode conter a

<sup>148</sup> Não faço aqui diferenciação entre os termos feminismo-marxista, feminismo-socialista ou feminismo-materialista. Adoto aqui a explicação de Cinzia Arruzza de que: "essas designações são usadas de formas diversas, algumas vezes de maneira intercambiável, uma vez que as fronteiras entre elas são, com frequência, embaralhadas". Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos, Cadernos Cemarx, Campinas, n. 10, 2017. Disponível em: [https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300341/mod\\_resource/content/1/ARRUZZA%2C%20Cinzia.%20Funcionalista%2C%20determinista%20e%20reducionista.pdf](https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300341/mod_resource/content/1/ARRUZZA%2C%20Cinzia.%20Funcionalista%2C%20determinista%20e%20reducionista.pdf) Acesso em 10 fev 2021, p. 42.

chave de luta contra o sistema capitalista, com as lutas pelo acesso ao aborto, creches e cuidado às crianças, reivindicação por melhores salários, água potável, trabalho digno, dentre outras demandas. Essas lutas podem desafiar o capital ou, se capturadas por ele, podem inclusive fortificá-lo, como argumenta a teórica Susan Ferguson<sup>149</sup>.

Além da TRS, trago à discussão os apontamentos da feminista negra marxista Angela Davis, que também abordou a questão da reprodução social no sistema capitalista, no início da década de 80, com o lançamento de um de seus livros mais conhecidos, *Mulheres, Raça e Classe*, em 1981. A autora faz em sua obra uma análise histórica (da sociedade escravagista ao sistema capitalista monopolista) do lugar imposto às mulheres na consolidação do capitalismo, da distinção entre mulheres brancas e negras dentro do sistema e da importância da reprodução social nestes contextos, também com caráter revolucionário. Trazê-la aqui enriquece o debate acerca das teorias da reprodução social, e não a contrapõe à TRS<sup>150</sup>.

## 2.1 Teoria da Reprodução Social

Ao falar de Shirley, mulher negra, mãe-solo, trabalhadora informal, algumas perguntas se colocam: quem é a classe trabalhadora atual? Quem são os trabalhadores/trabalhadoras que constituem o proletariado? Essas perguntas são objeto de questionamento e análise da Teoria da Reprodução Social (TRS).

Esta teoria, segundo a pesquisadora Rhaysa Ruas<sup>151</sup>, é proveniente de discussões realizadas entre intelectuais e ativistas feministas e marxistas sobre

<sup>149</sup> FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, n. 10, p. 13–38, 2018. DOI: 10.20396/cemarx.v0i10.10919. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919>. Acesso em: 15 jun. 2021

<sup>150</sup> Davis faz, em seu livro citado acima, uma crítica às feministas-marxistas da campanha Salários Para o Trabalho Doméstico (1972), como Mariarosa Dalla Costa e Silvia Federici. CURCIO, Anna; Tradução Ana Flávia Bádue *Feminismo marxista de ruptura. Marxismo Feminista*, [S. l.], 20 jun. 2020. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/2020/06/30/feminismo-marxista-de-ruptura/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

<sup>151</sup> FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, p. 7.

a necessidade de um aprofundamento e ressignificação da definição de classe trabalhadora pelo marxismo, dadas as características impostas pelo capitalismo neoliberal. Mais, principalmente, após a crise financeira de 2007-2008, que marcou o aprofundamento de uma crise estrutural, com consequências nefastas para a classe trabalhadora.

A TRS vai se valer das discussões já iniciadas pela marxista norte-americana Lise Vogel<sup>152</sup>, na década de 80, propondo uma teoria unitária acerca das opressões a que as mulheres estão submetidas, reconstruindo-a ou atualizando-a, integrando-a, além do gênero, com as opressões também de raça, sexualidade, nacionalidade e outras.<sup>153</sup>

Em discussões e debates mais recentes, a professora feminista-marxista indiana, Tithi Bhattacharya organizou e publicou, no ano de 2017, o livro *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression* [Teoria da Reprodução Social: Remapeando Classe, Recentrando Opressão], compilando artigos de autores que se debruçaram sobre uma teoria da reprodução social contemporânea.

A TRS, segundo Bhattacharya<sup>154</sup>, oferece uma metodologia para entender os conceitos de trabalho e força de trabalho sob o capitalismo, além de apresentar o capital como uma relação social, valendo-se de noções já preconizadas pelo teórico-social Karl Marx.

Para Rhaysa Fonseca, Marx vê as noções de trabalho e força de trabalho como centrais para o desenvolvimento do sistema de produção capitalista, sendo a força de trabalho o suporte para a produção da mais-valia<sup>155</sup>. No entanto, para os autores da TRS (e outras autoras feministas-marxistas), Marx não teria se debruçado sobre como a força de trabalho no capitalismo é regenerada<sup>156</sup>. Assim, a TRS vai, então, desenvolver

<sup>152</sup> A autora propôs-se a identificar "a *base material* do sistema doméstico baseado na opressão às mulheres e identificar a dinâmica sócio-material do sistema capitalista que *tende* a reproduzir formas de família patriarcais". FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes, op.cit., p. 89.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 181.

<sup>154</sup> BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2017. Introdução, p. 01-20., p. 4.

<sup>155</sup> FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes, op.cit., p. 64.

<sup>156</sup> BHATTACHARYA, Tithi. How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. In: BHATTACHARYA, Tithi. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. op.cit., p. 72.

essas relações que ficaram "silenciadas" para o autor: a conexão entre a produção de bens e serviços com a produção da vida.<sup>157</sup>

O trabalho deve ser entendido, para marxistas e feministas da TRS, como um conceito amplo<sup>158</sup>, diferentemente daquele que costumeiramente entendemos sob o capitalismo e sob a superfície, como trabalho-assalariado:

Isto engloba toda atividade necessária à manutenção da vida social (e, inclusive, da própria força de trabalho), concretamente constituída nas relações de raça, gênero, sexualidade e nacionalidade. Ou seja, as tarefas de cuidado inerentes à conservação e reprodução dos trabalhadores, aquelas que não são realizadas inteiramente nas fábricas, não têm outro nome senão... trabalho.<sup>159</sup>

Nessa perspectiva, a TRS vai entender as relações entre as opressões presentes na sociedade (referentes a raça, gênero, sexualidade, etc) e o sistema capitalista de maneira não-funcionalista, determinista ou reducionista<sup>160</sup>.

<sup>157</sup> BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. op.cit., p. 2. Importante ressaltar que, embora a força de trabalho seja o que sustenta o sistema capitalista, através da produção de mais-valia, a regeneração da força de trabalho (reprodução social) não produz mais-valia, mas apenas valor de uso. FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes., op. cit. p. 65.

<sup>158</sup> "(...) concepção de trabalho como amplamente produtivo – criador não apenas de valores econômicos, mas da sociedade (e, portanto, da vida) mesma. (...) É, na verdade, a “atividade humana prática” que cria todas as coisas, práticas, pessoas, relações e ideias que constituem a totalidade social mais ampla – aquilo que Marx e Engels identificaram como “a primeira premissa de toda a história humana” FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. Cadernos cemarx, nº 10 – 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/download/10919/6196>.

Acesso em 24 jan 2021, p. 24.

<sup>159</sup> COELHO, Bruna da Penha de Mendonça; AZEVEDO, Fatima Gabriela Soares; RUAS, Rhaysa. A crise da vida sob o capitalismo: a reprodução social como chave para a transformação. In: LEICC/Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, junho de 2020 Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada | ISBN: 978-65-00-04236-8 p. 105 Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Guilherme\\_Goncalves2/publication/342178551\\_Covid-19\\_Capitalismo\\_e\\_Crise\\_bibliografia\\_comentada/links/5ee77d2192851ce9e7e3d8e8/Covid-19-Capitalismo-e-Crise-bibliografia-comentada.pdf#page=102](https://www.researchgate.net/profile/Guilherme_Goncalves2/publication/342178551_Covid-19_Capitalismo_e_Crise_bibliografia_comentada/links/5ee77d2192851ce9e7e3d8e8/Covid-19-Capitalismo-e-Crise-bibliografia-comentada.pdf#page=102). Acesso em 16 jan 2021

<sup>160</sup> Cinzia Arruzza, nos artigos intitulados "Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos" e "Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo", faz detalhadas críticas às teorias dos sistemas duplos ou triplos, a que fazem parte a Teoria da Interseccionalidade e da Consustancialidade, por enxergarem as variadas opressões presentes na sociedade sem uma "unidade intrínseca", da qual opressões de gênero e raça são moldadas pelas "formas de vida" ditadas pela sociedade capitalista, e não como sistemas autônomos. ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos, op.cit; ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro Revista, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em:

Não-reducionista porque, assim como se observa em outros autores marxistas<sup>161</sup>, a TRS entende que o capitalismo é um sistema que a tudo regula, não sendo apenas um sistema de leis econômicas<sup>162</sup>, mas um conjunto de relações imbricadas que moldam o social. Como um sistema integrado, Tithi Bhattacharya<sup>163</sup> afirma categoricamente que a classe trabalhadora não trabalha apenas no seu local de trabalho, mas que o ato de uma trabalhadora brincar com seu filho em um parque ou de solicitar à sua mãe aposentada que lhe auxilie no almoço, são atividades de reprodução da classe trabalhadora e que se dão fora do local de trabalho entendido como produtivo pelo capitalismo.

Não-determinista porque ainda que a teoria da reprodução social atente-se para a importância da reprodução biológica, entende que o capitalismo molda os papéis diferenciais de sexo nesse processo para atender a seus interesses, organizando e delimitando esses papéis<sup>164</sup>, pré-estabelecendo suas funções e tarefas.

não é biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que induz o

[http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015\\_1\\_04\\_Cinzia-Arruza.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf)

Acesso em 10 fev 2021.

<sup>161</sup> Para Pierre Dardot e Christian Laval *In*: Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. Echalar, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2017. p. 17, “o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.”

<sup>162</sup> Ou melhor seria dizer que o conceito de economia foi ampliado, sendo lido como um sistema. Em: Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos, op.cit., p. 55. Nesse mesmo sentido, Tithi Bhattacharya traz os ensinamentos de Marx do "econômico como uma relação social" e afirma que "o que comumente entendemos por 'economia' é então apenas superfície." ou seja, o capital esconde de nós a força motriz do capitalismo é o trabalho humano e não as mercadorias. "Assim que nós, seguindo Marx, restauramos o trabalho como fonte de valor sob o capitalismo e como expressão da própria vida social da humanidade, nós devolvemos ao processo "econômico" seu componente confuso, sexual, generificado, racial e indisciplinado: seres humanos vivos capazes de seguir ordens -bem como desprezá-las. BHATTACHARYA, Tithi. How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. *In*: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. op.cit., p. 70. Tradução minha.

<sup>163</sup> BHATTACHARYA, Tithi. What is Social Reproduction Theory?. SocialistWorker.org, [S. l.], 10 set. 2013. Disponível em: <http://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory>. Acesso em: 2 nov. 2020.

<sup>164</sup> ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos, op.cit, p. 53

capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista.<sup>165</sup>

Não-funcionalista porque, ainda que o capital e o Estado necessitem

regular a capacidade biológica de produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração, (...) o argumento aqui não é que o capitalismo criou a família nuclear heterossexual para este propósito. O argumento é que as formas de família que preexistiam ao capitalismo foram defendidas pelas pessoas da classe trabalhadora ansiosas por preservar os laços de parentesco e que elas também foram reforçadas e modificadas por políticas sociais intencionais por parte dos Estados capitalistas.<sup>166</sup>

Ainda que reconheçam sistemas de opressão de gênero em sociedades pré-capitalistas, os teóricos da reprodução social argumentam que a sociedade patriarcal dos sistemas capitalistas apresenta características próprias, diversas das encontradas em sociedades pré-capitalistas. O capitalismo teria o condão de se aproveitar das antigas hierarquias, rompendo com algumas delas, reestruturando e preservando outras, a depender do momento histórico, unificando diferentes relações sociais em uma totalidade complexa.<sup>167</sup>

A família e a casa são entendidos nesse processo como locais historicamente destinados à reprodução da força de trabalho, em que a reprodução biológica e geracional é suportada pelas mulheres. A reprodução do trabalhador (e dos futuros trabalhadores<sup>168</sup>) se dá nesse espaço através do

<sup>165</sup> FERGUSON; MCNALLY, Tradução de Máira Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Artigo originalmente publicado em 2013 como introdução à reedição do livro *Marxism and the Oppression of Women*, de Lise Vogel. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Revista Outubro, n. 29, novembro de 2017. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02\\_McNally-e-Ferguson\\_2017.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf), p. 40.

<sup>166</sup> FERGUSON; MCNALLY, Tradução de Máira Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. Capital, força de trabalho e relações de gênero, op. cit., pp. 35 e 36.

<sup>167</sup> RUAS. Raysa. Curso Feminismo e Marxismo - Aula 1. YOUTUBE Canal Esquerda Online.. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=evTWy-w6gd8&list=PLJCjTsoxOhd\\_EUtxW0YxN-ovSYkAyVoN&index=2](https://www.youtube.com/watch?v=evTWy-w6gd8&list=PLJCjTsoxOhd_EUtxW0YxN-ovSYkAyVoN&index=2). Acesso em 15 fev 2021. Nesse mesmo sentido, FERGUSON; MCNALLY, Tradução de Máira Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. Capital, força de trabalho e relações de gênero. op.cit., p. 36.

<sup>168</sup> Sem que isso signifique uma visão funcionalista entre capital e crianças como pré-trabalhadores. Ver mais em: FERGUSON, Susan. Children, Childhood and Capitalism: A Social Reproduction Perspective. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. op.cit., p. 112-131



alimento, da moradia, do cuidado, mas também do suporte psíquico para o trabalho ao longo do dia, e são as mulheres que, no capitalismo, realizam e sustentam (de forma desigual) tais funções.<sup>169</sup>

No entanto, outros locais (e também relações) participam desse trabalho de reprodução social, como as instituições sociais, de saúde e educação, hospitais, escolas, orfanatos, abrigos para idosos, instalações de lazer, além dos benefícios assistenciais e pensões, formando uma "miríade de capilares das relações sociais que se estendem entre o local de trabalho" e esses locais<sup>170</sup>.

No entanto, tais serviços, muitas vezes subsidiados pelo Estado, vêm sofrendo cortes e desinvestimentos públicos na era neoliberal, repassando totalmente às famílias, mas principalmente às mulheres, a carga desse trabalho. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, diminuem suas possibilidades de fazê-lo, ao reduzir "os salários reais, aumentando assim o número de horas de trabalho remunerado por família necessárias para sustentar uma família e levando a uma luta desesperada para transferir trabalho de cuidado para outras pessoas."<sup>171</sup> Shirley informou que para realizar seu "trabalho remunerado" conta com o apoio da tia ou paga à vizinha para tomar conta de sua filha de 6 anos, quando ela está no trabalho.

As teorias da reprodução social argumentam que a produção capitalista é sustentada pelo trabalho invisibilizado e não remunerado ou mal remunerado das mulheres. Importa que, como afirmei, a classe trabalhadora é diferenciada em: raça, classe, gênero, etc. Assim, muitas mulheres, com o crescente desmonte de políticas públicas estatais, além do trabalho realizado fora de casa, chamado de trabalho produtivo, realizam também o trabalho reprodutivo, exercendo uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Dada a falta de oferta no mercado de trabalho formal, muitas mulheres têm que recorrer ao trabalho informal, principalmente após o início da pandemia, com a perda de muitos empregos de carteira assinada.

<sup>169</sup> BHATTACHARYA, Tithi. How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. op.cit., p.73

<sup>170</sup> *Ibid*, p. 74.

<sup>171</sup> Tradução minha. FRASER, Nancy, CRISIS of Care?: On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. op.cit, p.34.

Mas, sabendo-se que o trabalho reprodutivo é histórica e culturalmente destinado às mulheres, como ficam os trabalhos de cuidado quando as mulheres precisam desenvolver trabalhos produtivos? Esse “papel social” pode ser visto no MUCA que, não apartado da realidade social, apresentou uma lista de 14 propostas ao candidato eleito à prefeitura do Rio no pleito de 2020, sendo que uma delas reivindica a necessidade de criação de:

Creches nos bairros próximos aos centros comerciais de grande concentração de ambulantes  
Criação de um centro de referência dos trabalhadores informais, no Centro do Rio de Janeiro, que ofereça diversos atendimentos socioculturais, assistência social, saúde e educacional, além de orientação sobre os procedimentos para receber autorizações, para colocar seus filhos nas creches e nas escolas, além de atendimento básico de saúde.<sup>172</sup>

Ou seja, a reprodução e produção se imbricam, inevitavelmente. E a reprodução é condição necessária para o modo de produção capitalista, que se apoia no trabalho das mulheres. O que representa outra contradição inerente ao sistema capitalista, já que o lucro precisa precarizar o trabalho reprodutivo da força de trabalho, ao mesmo tempo que precisa dele para se sustentar, mantendo os trabalhadores vivos. "A despeito do trabalho social reprodutivo ser (em diferentes graus) parcialmente autônomo frente à dominação do capital, não há trabalho na sociedade moderna inteiramente fora do capital, e não há capital fora do trabalho (socialmente diferenciado [re]produtivo)".<sup>173</sup>

Shirley precisa planejar seu dia de trabalho na rua de acordo com seu trabalho reprodutivo: se terá alguém para cuidar de seus filhos enquanto ela está realizando suas vendas; Aline, durante a pandemia, precisou arranjar um trabalho assalariado, que não gosta, para dar conta de pagar as contas e garantir a reprodução de sua família. Tânia é uma das ambulantes entrevistadas em reportagem da Gênero e Número. Ela tem 62 anos e vendia

<sup>172</sup> MUCA. PROPOSTAS AO PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. BLOG MUCA, Rio de Janeiro, 2 nov. 2020. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

<sup>173</sup> FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. cadernos cemarx, nº 10 – 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/download/10919/6196> Acesso em: 24 jan 2021 p. 31

drinks nas ruas da Lapa, mas com o início da pandemia, não conseguiu mais sustentar a casa e seu marido, parceiro de trabalho, teve depressão profunda:

*Nessa nova fase [de restrição] estamos piores. Não tivemos tempo de recuperação. O tempo de trabalho foi muito curto: depois de oito meses parados e com um horário ruim. A nossa barraca leva duas horas para armar, mais duas para desarmar. Como eu vou vender tendo só duas horas de trabalho? A nossa venda é à noite. Os bares fecham e podem vender delivery a noite toda, mas a gente não tem como.*<sup>174</sup>

Ainda que histórica e culturalmente se perceba produção e reprodução como espacialmente separadas, estão organicamente associadas. Essa percepção é apenas "aparência"<sup>175</sup>, em que o espaço privado (reprodução) e espaço público (produção) seriam esferas superficialmente divididas.<sup>176</sup>



<sup>174</sup> MARTINS, FLÁVIA; FERREIRA, LOLA; SILVA, VITÓRIA RÉGIA. Fome, medo e falta de renda: A vida das ambulantes no primeiro ano da pandemia. Plural - UOL Notícias, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/fome-medo-e-falta-de-renda-a-vida-das-ambulantes-no-1-ano-de-pandemia/#page12>. Acesso em: 8 maio 2021.

<sup>175</sup> BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. op.cit, p. 15

<sup>176</sup> *Ibid.*, p. 9

Imagem 04: Manifestação organizada pelo MUCA contra o decreto municipal nº 48806 com a participação da Unicab e a vereadora Thaís Ferreira<sup>177</sup>

Quando Shirley e Maria têm que ficar um dia sem ir para rua vender ou precisam pagar para que algum vizinho tome conta dos filhos enquanto estão vendendo, ou mesmo quando dependem de uma rede de apoio familiar para que possam buscar seus sustentos, percebe-se que o sistema empurra para as famílias e para a comunidade, a tarefa de cuidado. Parar de trabalhar na pandemia, não foi uma alternativa para Natalina. Shirley e os filhos se sustentaram graças ao apoio da comunidade.

Tem sido devastador para a categoria, especialmente para os perde-ganha e para as mulheres. Porque são grupos que, por conta da pandemia, não têm de onde tirar seu sustento. Elas se veem em casa, com os filhos que não estão na escola e sem rede de apoio. Elas tiveram que se reinventar nesse espaço já precarizado, mudar de área e acumular o ônus do sustento da casa.<sup>178</sup>

Outras fontes de reprodução dos trabalhadores, características do desenvolvimento capitalista, são através da escravidão e da imigração<sup>179</sup>. Marca do capitalismo neoliberal globalizado, a transferência de mulheres, vindas principalmente das periferias ou zonas rurais pobres do países do Norte Global, mas sobretudo provenientes do Sul Global, mulheres racializadas<sup>180</sup>. Políticas promovidas por seus países, em busca de moeda estrangeira, levam as mulheres a submeterem-se a trabalhos precários, muitas vezes deixando as próprias famílias em seus países de origens sob os cuidados de outras mulheres<sup>181</sup>, em busca de oportunidades de sobrevivência

<sup>177</sup> Extraída do Instagram da vereadora Thaís Ferreira, publicada no dia 03 de maio de 2021. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/COamK-qJs8d/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/p/COamK-qJs8d/?utm_source=ig_web_copy_link) Acesso em 10 mai 2021

<sup>178</sup> Vanuzia Drummond, camêlo e mestrandia da UFF In: MARTINS, FLÁVIA; FERREIRA, LOLA; SILVA, VITÓRIA RÉGIA. Fome, medo e falta de renda: A vida das ambulantes no primeiro ano da pandemia. Plural - UOL Notícias, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/fome-medo-e-falta-de-renda-a-vida-das-ambulantes-no-1-ano-de-pandemia/#page12>. Acesso em: 8 maio 2021.

<sup>179</sup> BHATTACHARYA, Tithi. How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. op.cit.,p. 73

<sup>180</sup> "Racializadas" aqui adquire uma compreensão histórica e cultural, já que em nosso sistema racista, o branco tende a não se reconhecer dentro das categorias de raça.

<sup>181</sup> Tradução minha. FRASER, Nancy, CRISIS of Care?: On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. op.cit,p. 34

e remessa de dinheiro a suas famílias<sup>182</sup>, formando cadeias globais de cuidado<sup>183</sup>.

Assim como narrado por Maria dos Camelôs, a CAMTRA também notou a forte presença das mulheres migrantes nas ruas do Rio de Janeiro trabalhando como ambulantes:

Da Central do Brasil ao Largo da Carioca, da Zona Sul à Oeste, a cada dia é mais comum encontrarmos os traços indígenas e latino-americanos nas mulheres trabalhadoras que estendem suas mercadorias e um pouco de sua terra, vida e história nas calçadas da cidade do Rio de Janeiro.<sup>184</sup>

Uma das preocupações da Instituição, bem como do MUCA, é a desproteção a que estão sujeitas essas mulheres, que, sem domínio da língua portuguesa ou, muitas vezes, indocumentadas, e temendo a repressão policial, fogem, sem o conhecimento do território em que estão e acabam por ficar em situação de maior vulnerabilidade, sem poder contar com uma rede de apoio.

Estamos diante de uma crise mundial de cuidado, ou, melhor dizendo, em uma grande crise da reprodução social constitutiva desse sistema, como afirma a filósofa norte-americana Nancy Fraser<sup>185</sup>. Mas algumas mulheres são mais atingidas do que outras, e sempre foram, desde os princípios do capitalismo. Mulheres como Shirley, Maria, Aline e Natalina, mulheres racializadas, mulheres negras.

## 2.2 Mulheres, Raça e Classe

<sup>182</sup> Maria dos Camelôs narrou em sua entrevista que atualmente muitos estrangeiros estão ocupando também as ruas como camelôs, principalmente mulheres com seus filhos nos braços: "Muitas camelôs. Agora a gente tá na onda dos estrangeiros, equatorianos, peruanos; a cidade tá ocupada, então essas pessoas ficam diretamente com as crianças na rua, fica sem creche".

<sup>183</sup> GRECCO, Fabiana. Trabalhos Domésticos E De Cuidados Sob A Ótica Da Teoria Da Reprodução Social. Dossiê - Gênero, cuidado e famílias. MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 23 N. 3, P.70-102 SET.-DEZ. 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018.3v23n3p70.

<sup>184</sup> #GuardaArmadaNão: A luta das mulheres trabalhadoras imigrantes. CAMTRA, Rio de Janeiro, 5 mar. 2021. Disponível em: <https://camtra.org.br/guardaarmadanao-a-luta-das-mulheres-trabalhadoras-imigrantes/>. Acesso em: 10 abr. 2021

<sup>185</sup> Tradução minha. FRASER, Nancy, CRISIS of Care?: On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. op.cit, p. 21

Vanuzia Drummond é camelô na cidade de Niterói (RJ) e também mestranda na UFF, em Justiça e Segurança. Vanuzia, que conjuga as duas identidades, ambulante e acadêmica, afirma:

Eu transito nos dois mundos. Trouxe para a universidade uma discussão já latente nesse espaço, mas sobre a perspectiva das ambulantes. As mulheres são atravessadas por questões de gênero, raça e segurança pública. Apesar de ainda não serem maioria da categoria, o que não é incluído é que, por exemplo, em barracas de ambulantes em que o ambulante licenciado é homem, a mulher trabalha como auxiliar, está na frente da barraca vendendo. A mulher ainda fica muito subordinada e sobrecarregada.

Partindo dessa breve fala de Vanuzia, recorro à ativista e filósofa negra marxista estadunidense Angela Davis que ajuda a perceber que, ao adotar uma perspectiva de gênero, deve-se compreender que as existências são plurais.<sup>186</sup> "Proporcionalmente, mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas"<sup>187</sup> e tal é devido ao sistema escravocrata imposto nas colônias, o qual mantém fortes características na sociedade atual.

Lançado originalmente em 1981, o clássico livro "Mulheres, Raça e Classe", de Angela Davis, foi republicado diversas vezes por conta de sua importância política e social, explicativa da realidade histórica a que

<sup>186</sup> Crítica às feministas brancas que descreviam "mulher" como uma categoria universal, ao mesmo tempo que realiza crítica ao entendimento apartado das opressões que sofrem as mulheres, Davis escreveu: "Tem sido demasiado comum – tanto ao longo da história quanto na atualidade – que as líderes brancas do movimento de mulheres julguem que, quando nós mulheres negras elevamos nossa voz para falar sobre a tripla opressão que sofremos, nossa mensagem tem uma relevância, quando muito, marginal para suas experiências. Elas presumiram erroneamente que as causas das mulheres podem ser articuladas de modo isolado das questões associadas aos movimentos negro e de trabalhadores. Suas teorias e práticas frequentemente insinuaram que a contestação mais pura e direta ao sexismo é aquela desprovida de elementos ligados à opressão racial e econômica – como se existisse um fenômeno como a feminilidade abstrata que sofre o sexismo de maneira abstrata e que luta contra ele em um contexto histórico abstrato. Em última análise, esse estado de abstração acaba se revelando um conjunto bastante específico de condições: mulheres brancas de classe média sendo vítimas de e reagindo a atitudes e condutas sexistas de homens brancos de classe média e clamando por igualdade em relação a esses homens em particular. Tal abordagem mantém incontestados o atual sistema socioeconômico e seu vínculo fundamental com o racismo e os preconceitos de classe." DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 26-27. Ou ainda, "As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas." DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981], tradução Heci Regina Candiani, p. 37.

<sup>187</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981], tradução Heci Regina Candiani, p. 17.

foram/estão submetidas mulheres negras, conjugando inseparavelmente ao componente de classe. Segundo a autora, "raça é o modo pelo qual a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida".<sup>188</sup>

Faço aqui um pequeno adendo para explicações, ainda que Davis tenha escrito o livro para elucidações ao contexto norte-americano, valho-me da relação apontada por Raquel Barreto, estudiosa da autora norte-americana. Barreto buscou apresentar correlações entre as obras de Davis e as da brasileira Lélia Gonzalez, sem apagar as diferenças e peculiaridades que cabiam a cada uma e a seus contextos. Nesse sentido, Barreto trabalha com o conceito de diáspora, trazido na obra da intelectual brasileira Luiza Bairros para poder fazer tais comparações:

Um constitui a nós negros como grupo em que dimensão de raça extrapola qualquer outra condição. Ou seja, um negro é antes de tudo um negro, com todas as conotações de subordinação que isto implica, em qualquer parte do chamado Novo Mundo (...). O outro tem a ver com o fato de que o racismo antinegro, estabelecido globalmente, nos permite incorporar experiências que dizem respeito não apenas à nossa realidade mais imediata, mas também a de outros negros, mesmo que nunca as tenhamos vivenciado diretamente. Há elementos na nossa identidade negra que são, por assim dizer, globais. E isso ocorre mesmo considerando que ela é mediada por diferenças nacionais, de gênero e classe social.<sup>189</sup>

Embora Davis não faça parte dos autores que pensam a TRS, trago-a aqui por suas contribuições ao pensamento feminista marxista e à reprodução social, e, sobretudo, por apresentar uma perspectiva histórica a respeito da diferenciação entre o papel das mulheres brancas e o das mulheres negras para a sociedade capitalista e para pensarmos como as colocações da autora são, ainda atualmente, pertinentes à realidade das mulheres negras camelôs do Rio de Janeiro. Como ativista e acadêmica "ela procurou integrar a crítica feminista sobre a tradição do pensamento radical negro e a crítica negra sobre

<sup>188</sup> Para a autora, as opressões estão imbricadas: "ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre a outra." DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe* [recurso eletrônico]; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. recurso digital, p. 20.

<sup>189</sup> BAIRROS, Luiza. *Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil*. In: *Afro - Ásia*, nº. 17, 1996, Salvador: EdUFBA, p. 173 In: *Dissertação "Enegrecendo o feminismo" ou "Feminizando a raça": narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles / Raquel de Andrade Barreto ; orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. - Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de História, 2005, p. 11*

a tradição feminista, elaboradas pelas militantes no interior dos movimentos de mulheres e de libertação negra."<sup>190</sup>

Nessa perspectiva histórica que dita os traços estruturais da sociedade capitalista atual e a colocação da mulher negra na sociedade, Davis afirma que as mulheres negras escravizadas não fugiam a regra imposta pelo sistema escravagista que considerava o negro como uma propriedade. Na visão desta autora, as mulheres negras eram consideradas "unidades de trabalho lucrativas"<sup>191</sup> pertencentes aos seus senhores, assim como os homens e crianças negras. A diferenciação de gênero não se dava na forma de trabalho, mas na repressão e punição, quando "elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea", sofrendo castigos e violências de caráter sexual.<sup>192</sup>

Se eram tratadas com igualdade com relação aos negros escravizados no trabalho forçado, a autora relata que tal igualdade também existia no âmbito doméstico frente a seus companheiros. Os trabalhos domésticos não apresentavam caráter hierárquico entre si e não eram exclusivos das mulheres, sendo assim repartidos com os homens.<sup>193</sup> Interessante notar ainda que as mulheres também participavam, inclusive como líderes, de conspirações e rebeliões contra o sistema escravagista<sup>194</sup>. Ou seja, não eram coadjuvantes no processo que mais tarde viria a culminar na abolição desse sistema, graças à luta dos povos escravizados.

Nessa dimensão de autonomia e luta, as mulheres líderes do MUCA, protagonizam também um enfrentamento diário (contra os poderes estatais, representados pela Guarda Municipal, contra o capital, contra os preconceitos sociais<sup>195</sup>) pelos seus direitos ao trabalho digno e à própria sobrevivência e de suas famílias.

---

<sup>190</sup> FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes, op.cit., p. 149

<sup>191</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. op.cit. p. 17

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 19

<sup>193</sup> *Ibid.*, p. 30

<sup>194</sup> *Ibid.*, p. 32

<sup>195</sup> Perguntada sobre as dificuldades no exercício da profissão, Natalina relatou que uma senhora, moradora de um prédio no bairro de Copacabana, onde costumava deixar seus materiais de trabalho, incomodada com sua presença no prédio, pois passava com seu carrinho "assobiando pelos corredores", fez uma denúncia falsa à Polícia Civil alegando que ela vendia bens contrabandeados e drogas ilícitas.



Representativo do sistema capitalista da época (e ainda hoje)<sup>196</sup> em diversos tipos de trabalho (industriais ou até mesmo como substitutas de animais para puxar vagões de carga), as mulheres e crianças eram as preferidas como trabalhadoras, tanto livres como escravas, por apresentarem menor custo "de exploração e manutenção".<sup>197</sup>

Enquanto a feminilidade e a maternidade das mulheres brancas eram exaltadas no século XIX, a reprodução biológica das mulheres escravizadas serviria apenas à expansão da força de trabalho escravo.<sup>198</sup> A condição de mulher grávida não as isentava da realização dos trabalhos pesados. Tampouco dispensava aquelas com crianças de colo que se recusavam a deixar os filhos com outras crianças pequenas ou com outras pessoas escravizadas impossibilitadas de trabalhar.<sup>199</sup>

O capitalismo industrial, no século XIX, deu origem à figura da "dona de casa" como representante de um modelo feminino<sup>200</sup>. A transformação de ideais femininos se deu a partir da necessidade de atender à busca crescente por lucros pelos capitalistas fabris. Itens, como vestuário, alimentos, medicamentos, que antes eram produzidos pelas mulheres, em casa<sup>201</sup>, caracterizado como importante espaço econômico, passaram a ser produzidos nas grandes fábricas, originando uma separação entre a economia familiar do lar e a economia pública.

Enquanto os bens produzidos em casa tinham valor principalmente porque satisfaziam as necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca - em seu poder de satisfazer as demandas por lucro dos empregadores. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação estrutural entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como

<sup>196</sup> Segundo o Índice Global de Escravidão 2018, 71% das vítimas de escravidão moderna no mundo são mulheres, sendo empregadas sobretudo no setor têxtil e de tecnologia. Mulheres representam 71% das vítimas de escravidão moderna no mundo. UNIVERSA, UOL, [S. l.]. 26 jul 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/07/26/mulheres-representam-71-das-vitimas-da-escravidao-moderna-no-mundo.htm> Acesso em 29 jan 2021.

<sup>197</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. op.cit. p. 23

<sup>198</sup> *Ibid.*, p.19

<sup>199</sup> *Ibid.* p.21

<sup>200</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; op.cit., p. 218

<sup>201</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. op.cit., p. 230

uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista.<sup>202</sup>

No entanto, este fenômeno não aconteceu da mesma forma para a comunidade negra, pois o sistema escravagista nunca permitiu qualquer mudança na estrutura social vigente.<sup>203</sup> As mulheres negras continuavam a trabalhar sob esse regime escravocrata, mulheres pobres realizavam o trabalho duro das fábricas, enquanto uma pequena parcela de mulheres brancas eram as autênticas "donas de casa" representando uma ideologia da ascensão social da classe média.<sup>204</sup>

Segundo a autora, nesse processo surge o ideário de mulher como "mãe" e "dona de casa", figuras justificadoras para o mau pagamento e para o trabalho em condições precárias das mulheres fora de um lugar considerado como "natural", o lar. "Não é nem preciso dizer que o sexismo emergiu como uma fonte de sobrelucro exorbitante para os capitalistas."<sup>205</sup>

A ideologia que nunca alcançou as mulheres negras, acarretou outros efeitos que impuseram a elas, mulheres negras, grandes cargas:

As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver. A prova das forças acumulada que as mulheres negras forjaram por meio de trabalho, trabalho e mais trabalho.

(...)

As mulheres negras, entretanto, pagaram um preço alto pelas forças que adquiriram e pela relativa independência de que gozavam. Embora raramente tenham sido "apenas donas de casa", elas sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas – um fardo duplo que sempre exige que as trabalhadoras possuam a capacidade de perseverança de Sísifo.<sup>206</sup>

Essas mulheres, assim como as mulheres brancas que não puderam contar com a assistência econômica da figura masculina, realizavam os trabalhos domésticos, mas também atividades fora do lar. Atualmente, essas mulheres, em sua grande maioria mal remuneradas ou em situação de informalidade, continuam impostos trabalhos de cuidado e de assistência aos

<sup>202</sup> *Ibid.*

<sup>203</sup> *Ibid.*, p. 24/25

<sup>204</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; op.cit., p. 218/219

<sup>205</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. op.cit. p.231

<sup>206</sup> *Ibid.*, p. 219

maridos, filhos e aos idosos. Carregam também o peso das atividades de sustento do lar. Situação semelhante está presente nas falas da mãe-solo Shirley e de Natalina que, como camelô, ajuda na complementação da renda de sua mãe que recebe pensão de seu falecido esposo e ainda ajuda nos cuidados com o irmão, considerado incapaz para o trabalho.

Feministas marxistas da década de 70 (Movimento pela Remuneração das Tarefas Domésticas) chegaram a defender o pagamento pelo Estado de salários às donas de casa como uma chave para a emancipação, libertação da opressão que atinge as mulheres. No entanto, Davis argumenta, de forma lógica e exemplificativa, que, na verdade, as tarefas domésticas são uma precondição ao sistema capitalista e não um elemento que o constitui.<sup>207</sup>

O empregador não está minimamente preocupado com o modo como a força de trabalho é produzida e mantida, ele só se preocupa com sua disponibilidade e capacidade de gerar lucro. Em outras palavras, o processo de produção capitalista pressupõe a existência de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores exploráveis.<sup>208</sup>

Ou seja, segundo a autora, utilizando-se do exemplo sul-africano do sistema segregacionista de *apartheid*, que tinha como uma de suas características impedir a vida familiar dos negros para que se dedicassem exclusivamente ao trabalho remunerado aos brancos, ela sustenta seu argumento da dependência capitalista pelo trabalho doméstico, mas rejeita a ideia de que ele o constitui.<sup>209</sup>

Se a remuneração pelo trabalho doméstico fosse a solução para a opressão feminina, as mulheres racializadas, que são a massa constituinte de trabalhadoras em casas de família, não seriam tão oprimidas pelo sistema<sup>210</sup>. É o caso de Maria dos Camelôs, que antes de ser camelô, atuava como trabalhadora doméstica: "*Quando eu trabalhava em casa de família, eu pagava o meu aluguel e, se eu pagasse alguém para ficar com meus filhos, eu*

<sup>207</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. recurso digital, p.222.

<sup>208</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; op.cit., p. 223

<sup>209</sup> *Ibid.*, p. 223/224

<sup>210</sup> Como afirma Davis: "O Movimento pela Remuneração das Tarefas Domésticas parte do princípio de que, se as mulheres forem pagas para ser donas de casa, elas consequentemente gozarão de uma condição social mais elevada. Uma história bem diferente é contada pelas antigas lutas das trabalhadoras domésticas remuneradas, cuja condição é mais miserável do que a de qualquer outro grupo profissional no capitalismo". DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; op.cit., p. 226.

*ficava com fome. Foi aí que optei em trabalhar na rua e fazer meu salário”.*<sup>211</sup>

Davis se contrapõe à ideia de salários para as donas de casa: ainda que remuneradas, essas mulheres deveriam querer realizar tarefas "debilitantes e intermináveis em troca de um salário?". Da mesma forma, a autora defende que a mera transferência do trabalho doméstico das mulheres aos homens não retiraria do próprio trabalho sua inerente característica opressiva<sup>212</sup>, nas palavras que ela traz de Lenin "uma lida brutalmente improdutiva, insignificante, exasperante, embrutecedora e esmagadora"<sup>213</sup>.

A força da argumentação de Angela Davis sobre a imposição dos trabalhos domésticos a essas mulheres encontra seu ápice na identificação de que tais tarefas devem ser socializadas, desprendendo-se da completa ideologia individualizante do capitalismo.

Hoje, para as mulheres negras e para todas as suas irmãs da classe trabalhadora, a noção de que o fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças pode ser tirado de seus ombros e dividido com a sociedade contém um dos segredos radicais da libertação feminina. O cuidado das crianças deve ser socializado, a preparação das refeições deve ser socializada, as tarefas domésticas devem ser industrializadas – e todos esses serviços devem estar prontamente acessíveis à classe trabalhadora.<sup>214</sup>

A criação de creches para as mulheres subsidiadas pelo poder público, é umas das mais urgentes reivindicações das mulheres do MUCA. Estas mulheres compartilham, no seu agir cotidiano, ainda que não as reivindiquem teoricamente, ideias feministas marxistas que aliam ativismo e teoria e se revelam uma possível chave de solidariedade universal e internacional para a luta e emancipação femininas, ideias que apontarei adiante.

<sup>211</sup> INSTITUTO PACS. O orgulho entre as dores de Maria dos Camelôs. MEDIUM, Rio de Janeiro, 4 jul. 2016. Disponível em: <https://pacsinstituto.medium.com/o-orgulho-entre-as-dores-de-maria-dos-camel%C3%B4s-10c2dc359e8>. Acesso em: 15 mai 2021.

<sup>212</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. op.cit. p.226

<sup>213</sup> LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. A Great Beginning. In Collected Works, v. 29 (Moscou, Progress, 1966), p. 429. Panfleto originalmente publicado em julho de 1919 In: DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; op.cit., p.224

<sup>214</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; op.cit., p. 221

## 3

## "Então a gente vai se organizando desse jeito" - Feminismo, luta coletiva e Direito à Cidade

- *Maria, têm muitas mulheres no Movimento (MUCA)?*
- *Muitas mulheres! Agora então a rua tá mais cheia de mulheres, mais [do] que era. 2003 a rua não tinha tantas mulheres igual tem agora. Agora tem muita né?! E agora nesse momento de pandemia, que a gente ainda não acabou a pandemia, a rua tá muito cheia de mulheres. Agora, cadastrados com a gente, são mais homens. Como é um cadastro antigo, de 2003, são mais homens. Mas interessante que a gente fez uma pesquisa agora, nessa pandemia, não sei se você ficou sabendo, que a gente conseguiu uma parceria com o Instituto Unibanco<sup>215</sup>, aí distribuíram 12 mil cestas básicas, então foi feito uma pesquisa né? E nessa pesquisa, a gente pode até passar pra você, a maioria são mulheres, mães solos, não tem marido, então a maioria são mulheres. Então a cara da rua, de 2003 pra cá, é que ela muda, tendeu?*
- *E você acha que é por quê? Por que mudou de 2003 pra cá?*
- *É porque as mulheres começam a se descobrir né?! A sua liberdade... Acho que o movimento feminista faz as mulheres enxergar muito isso. Antigamente quando eu fui me separar do pai dos meus filhos, que era um homem muito agressivo, minha mãe falou pra mim: mulher que separa de homem vira piranha. Eu falei: ah, eu vou virar, porque eu não vou continuar no casamento apanhando né?! Então eu me separei. Então eu acho que o movimento feminista vem mostrando né?! Tirando esse tabu de dizer que as mulheres [não] têm liberdade, que [não] podem viver sozinhas, sem marido. Então acho que mulheres entraram nesse caminho... e aí começa vir pra cidade,*

<sup>215</sup> Observatório das Metrópoles; MUCA. Pesquisa – Perfil dos Beneficiários das Cestas Básicas (Ação Solidária). Blog MUCA, Rio de Janeiro, 11 set. 2020. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.files.wordpress.com/2020/09/pesquisa-perfil-beneficiacc81rios-cestas-bacc81sicas.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021

*ocupar as calçadas, levando sustento para sua casa, e aí dá tchau pros homens e [vai] vivendo a sua vida, tendeu?*

- *E qual que você acha que é o papel das mulheres no Movimento?*
- *Acho que as mulheres são mais organizadas. A gente chama pra uma reunião e aí todas as mulheres confirmam, os homens são os últimos a confirmar, todas as mulheres chegam no horário, os homens demoram a chegar, as mulheres impõem mais a discussão, são mais pras mulheres, elas falam mais em reunião, decidem mais. Então eu acho que o nosso papel no movimento é muito importante.*

Neste breve trecho da minha entrevista com Maria dos Camelôs, a líder do MUCA apresenta como resposta às perguntas pontos que se interconectam e que serão abordados neste capítulo: a ocupação do espaço público pelas mulheres como expressão de liberdade e autonomia, o feminismo e a organização coletiva.

### **3.1 Ocupação coletiva e popular do espaço público**

No capítulo um deste trabalho, apresentei o contexto em que o termo "direito à cidade" foi cunhado pelo filósofo Henri Lefebvre, a partir das ebulições sociais ocorridas na cidade de Paris, em 1968. No entanto, o conceito ganhou amplitude com o passar dos anos e também inúmeras interpretações, que culminaram em críticas, chegando-se a dizer que se tratava de um "significante vazio" ou "um conceito vago e sem especificidade", dentre outras denominações do tipo<sup>216</sup>. Contudo, considero importante compreender o conceito de "direito à cidade" à partir de sua relevância para os movimentos sociais, quando estes fazem uso do termo e

<sup>216</sup> Para maiores informações sobre o conceito de direito à cidade, consultar: TAVOLARI, Bianca. *Direito à Cidade: Uma Trajetória Conceitual*. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 93-109, Mar. 2016, p. 40. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002016000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 Mai 2021. <https://doi.org/10.25091/s0101-3300201600010005>; SILVA, Roberta Pereira da. *Urbanização de favelas e o direito à cidade: referências de análise pela experiência da Vila DNOCS, no Distrito Federal* / Roberta Pereira da Silva. - 2014. 141 p. 297mm. (UnB - PPG/FAU, Mestre, Arquitetura e Urbanismo, 2014). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33549075.pdf>. Acesso em: 05 mai 2021.

reivindicam<sup>217</sup> sua aplicação, não como um direito posto, institucionalizado, mas como um direito cotidiano, que engloba outros direitos, como direito à moradia, à terra, ao transporte, ao trabalho, como argumenta Bianca Tavolari.<sup>218</sup>

Entendo que essa visão do conceito utilizada pelos movimentos sociais relaciona-se com a forma com que David Harvey o desenvolve a partir de Lefebvre. O geógrafo infere que cabe aos despossuídos tomarem o processo de urbanização da cidade, construindo-a conforme seus interesses, e não do capital. O direito à cidade deve assim ser entendido como um "lema operacional", mas também como "ideal político", através da democratização desse direito por um movimento amplo e mobilizado. Embora Harvey considere difícil essa organização, principalmente de forma global, argumenta que as possibilidades são muitas e a cidade apresenta-se como o local ideal para a revolução.<sup>219</sup>

Adiante, falarei mais sobre a importância desse movimento global/internacionalista revolucionário. Importa aqui considerar que a busca pela construção democrática do espaço público urbano, presente na luta das e dos camelôs do Rio de Janeiro, que ocupam as ruas como afirmação de seus direitos de estar no espaço público e também de compor a paisagem urbana, tanto quanto o capital representado pelos estabelecimentos comerciais na região central da cidade, pode-se revelar, do mesmo modo, como a busca pela concretização do direito à cidade, defendido por Harvey.

Mas além disso, como narrado por Maria, Natalina, Aline, é possível uma reflexão sobre como ocupar as ruas é também manifestação de liberdade e autonomia, em um sentido que relaciono ao que o sociólogo Pedro Jacobi<sup>220</sup>

<sup>217</sup> ALCÂNTARA, André et all. *Ambulantes e Direito à Cidade: trajetórias de vida, organização e políticas públicas* / André Alcântara; Francisco Comaru; Geilson Sampaio; Luciana Itikawa; Luiz Kohara; Maria Carolina Ferro. – Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013. 152 p. ISBN: 978-85-99908-04-4 Disponível em: <http://gaspargarcia.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Publicacao%20Trabalho%20Informal%20e%20Direito%20a%20Cidade.pdf> Acesso em 23 mai 2021

<sup>218</sup> TAVOLARI, Bianca. *Direito à Cidade: Uma Trajetória Conceitual*, op.cit.

<sup>219</sup> HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*, SÃO PAULO, n. 29, p. 73-89, jul-dez 2012. DOI <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497>. Acesso em: 6 maio 2021.

<sup>220</sup> JACOBI, Pedro. *A cidade e os cidadãos*. Lua Nova, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 22-26, Mar. 1986 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451986000100004&lng=e](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000100004&lng=e)

defende como sendo o direito à cidade: um direito à cidadania. "O direito à cidade representa acima de tudo a possibilidade de transformar o nosso cotidiano, de forma que cada habitante possa de fato habitar e participar plenamente do espaço onde vive." Relaciono assim, Jacobi a Harvey e às camelôs pela defesa de um direito à cidade através da afirmação do uso e da construção democrática do espaço urbano como manifestação da cidadania.

O reinventar a cidade, diferente da lógica e dos moldes do capital, faz parte dessa construção democrática do espaço urbano que dá sentido ao direito à cidade, e que está presente na luta do MUCA e das camelôs que cotidianamente resistem às mudanças impostas pelo mercado e pelo Estado, que utilizam-se de termos como "revitalizar" ou "reviver"<sup>221</sup> para realizar reformas urbanas, enquanto a vida já se encontra presente nas ruas e nas lutas dessa população. Nesse sentido, a interlocutora Aline afirma:

*(...) eu já vivi várias coisas, então pobre, preta, mulher, pobre, preta, conseguir essa independência, sem nenhuma garantia, então eu acho que a importância é essa. [de ser mulher camelô]*  
 - *Mas você fala de uma independência dos homens ou de uma independência da sociedade?*  
 - *Ah, de tudo! No meu caso, eu sempre trabalhei, antes de ser camelô eu já trabalhava. No meu caso acho que entra mais na sociedade, porque eu não tinha que acordar todo dia 5h da manhã e enfrentar patrão emburrado, enfrentar ônibus lotado, acho que é isso. Fora você fazer uma coisa que você gosta, que você ama. Eu não gostava, eu me descobri ali, eu amo fazer aquilo ali. Eu já não achava que eu ia achar uma coisa que eu amava fazer. Eu achei! Mas é isso, independência é isso.*  
 - *Você acha que ser camelô te dá uma autonomia?*  
 - *Com certeza! A minha mãe deu uma entrevista esses dias, ela falou, a gente que era camelô, a gente era livre e não sabia. Eu não troco a rua. [Hoje] Eu trabalho numa loja, mas eu prefiro mil vezes vender minha cerveja na rua, encher meu carrinho, passar a noite acordada, sem dormir, mas eu prefiro do que trabalhar de carteira assinada no comércio, sem ser valorizada.*

n&nrm=iso>. Acesso em 7 maio 2021.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-64451986000100004>.

<sup>221</sup> VENTURA, Larissa. Reviver Centro lança terceira pesquisa sobre a região central do Rio: Terceira enquete sobre o plano urbano permite que a população opine sobre projeto de lei que será analisado na Câmara dos Vereadores. Diário do Rio.com, Rio de Janeiro, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/reviver-centro-lanca-terceira-pesquisa-sobre-a-regiao-central-do-rio/>. Acesso em: 9 maio 2021.



Como pode-se inferir, autonomia e independência são princípios-chaves nesse agir das mulheres camelôs como expressão de cidadania e de afirmação de valor que se mistura a quem são e com o que trabalham. Feminismo e trabalho se relacionam nessa prática cotidiana, bem como liberdade e ocupação dos espaços públicos.

### 3.2 Feminismo Vivo

Maria dos Camelôs denomina a sua prática como feminista e se reivindica como tal. Aline, perguntada se se considera feminista, afirmou: *"Com certeza, com certeza! Eu falo no meu trabalho brincando, mas eu sou mesmo!"*

Associar Angela Davis e Maria dos Camelôs (mas também as mulheres que entrevistei e outras tantas camelôs) neste trabalho, não me soa despropositado. Com suas práticas, resistências de luta e afirmação de espaço, tanto físico como político, essas mulheres vão construindo um movimento feminista vivo e popular.

Tanto Angela Davis quanto as estudiosas da TRS partilham das identidades ativistas e acadêmicas. Davis integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos, tendo sido candidata à vice-presidência do país na década de 80. Simpatizante do grupo Panteras Negras, ficou presa por quase dois anos na década de 70, tendo mobilizado inúmeros artistas e intelectuais na campanha: "Libertem Angela Davis"<sup>222</sup>. Cinzia Arruzza é uma das organizadoras da Marcha Internacional das Mulheres nos Estados Unidos<sup>223</sup> e Tithi Bhattacharya, em seu próprio site, se define como ativista<sup>224</sup>. Compreender suas escritas a partir do lugar de onde elas falam, importa muito neste trabalho. E importa perceber que o feminismo (inclusive teórico) não deve estar em oposição à luta diária e cotidiana.

Dessa forma, busco, a partir do levantamento da literatura pertinente ao tema, traçar a importância de pensarmos em um feminismo inclusivo, que

<sup>222</sup> ANGELA Davis. Portal Geledés, [S. l.], 3 maio 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/angela-davis-2/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

<sup>223</sup> CINZIA Arruzza. Wook, [S. l.]. Disponível em: <https://www.wook.pt/autor/cinzia-arruzza/1920642>. Acesso em: 5 jun. 2021

<sup>224</sup> TITHI Bhattacharya. Blog Tithi Bhattacharya, Oak Park, IL. Disponível em: <http://www.tithibhattacharya.net/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

alcance as mulheres da classe trabalhadora, ainda que nem todas se reivindicuem como tal. Um feminismo que as enxergue se faz mais do que necessário para superarmos o feminismo liberal que reverbera por muitos espaços, principalmente do Norte Global, e que enfrente o aumento das desigualdades que já podemos vislumbrar com a pandemia de coronavírus.

A ideia de um feminismo inclusivo, ou um feminismo para os 99%, como denominaram as autoras da TRS em livro homônimo, ou um feminismo da reprodução social<sup>225</sup>, como chamou Cinzia Arruzza, me parece uma resposta adequada ao capitalismo racial, citado por Angela Davis.<sup>226</sup>

Este capitalismo racial torna-se ainda mais evidente em tempos de pandemia, visto que pessoas asiáticas têm sofrido ataques verbais e físicos, como se fossem responsáveis pelo vírus, mas também se expressa na falta de kits de testes para hospitais e clínicas em bairros negros norte-americanos<sup>227</sup>. Trazendo para a realidade do Brasil, a lógica é a mesma, onde a mortalidade de pessoas negras é maior do que a do resto da população, o que se explica por uma precariedade de vida a que sempre estiveram e estão sujeitos.<sup>228</sup>

Talíria Petrone anuncia: "O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil."<sup>229</sup> A representante política alerta, no prefácio do livro em referência, sobre a importância de um feminismo em que caiba a maioria das mulheres, os 99%, um feminismo vivo, popular, palpável e real a todas.<sup>230</sup>

Sueli Carneiro, inspirada, como ela definiu, na "intelectual orgânica" Lélia Gonzalez, aponta a necessidade de um feminismo antirracista e popular,

<sup>225</sup> ARRUZZA, Cinzia. From Social Reproduction Feminism to the Women's Strike. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. op.cit., p. 195

<sup>226</sup> Construindo movimentos [recurso eletrônico] : uma conversa em tempos de pandemia / Angela Davis, Naomi Klein ; tradução Leonardo Marins. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.recurso digital (Pandemia capital) p. 16 pdf (E-PUB)

<sup>227</sup> Ibid., p. 17.

<sup>228</sup> PECHIM, Lethicia. Negros morrem mais pela covid-19: Pretos e pardos também têm mais chance de ser infectados e correm maior risco de hospitalização. Faculdade de medicina UFMG, Belo Horizonte, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/>. Acesso em: 17 fev. 2021

<sup>229</sup> PETRONE, Talíria. A Urgência do feminismo para os 99%. In: Introdução ao pensamento feminista negro [recurso eletrônico] : por um feminismo para os 99% / Aleksandra Kollontai ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021. recurso digital, p. 99. p. 11. Disponível em: [https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2021/03/por-um-feminismo-para-os-99\\_introducao-ao-pensamento-feminista-negro\\_textos-de-apoio.pdf](https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2021/03/por-um-feminismo-para-os-99_introducao-ao-pensamento-feminista-negro_textos-de-apoio.pdf) Acesso em: 4 abril 2021

<sup>230</sup> Ibid., p.14.

com articulação entre diversas lideranças e vozes, e a conjugação de movimentos feministas, negros, dos quais formam e constituem politicamente e intelectualmente o feminismo negro<sup>231</sup>, que aqui traço interrelação com o feminismo para os 99%.

Um feminismo conectado às práticas de luta que desafiem o sistema capitalista, é necessário, pois, como lembrou Davis:

O racismo é uma questão feminista. A falta de moradia é uma questão feminista. A abolição das prisões é uma questão feminista. Devemos levar em consideração também o fato de que muitas pessoas no centro desta crise, na linha de frente, são mulheres. Mulheres de todas as origens raciais e étnicas, mulheres pobres, mulheres trans – especialmente nos países do sul do mundo. Portanto, acho que devemos aproveitar para construir um tipo de organização que aprimore a noção de **solidariedade internacional**.<sup>232</sup>  
(grifei)

Silvia Federici também foi bastante clara com relação à necessidade de um feminismo que transforme as estruturas:

Acho que há diferentes tipos de feminismos, por isso falamos no plural. Tem o pró-capitalismo, aquele que quer igualdade com homens mas sem mudança social. É o da Hillary Clinton, o da ONU (Organização das Nações Unidas). Mas não é o meu. Para mim, feminismo é um movimento de transformação social e luta contra todos os tipos de desigualdade, como racismo, etarismo. Não é para ficar igual aos homens porque eles também são explorados. A ideia é viver em um mundo em que colaboremos uns com os outros em vez de competir.<sup>233</sup>

A educadora popular Lana de Holanda endossa:

Feminismo é político. Feminismo não é ficar falando de forma genérica que "mulheres são iguais aos homens", mas sim pautar políticas públicas, denunciar retrocessos, construir coletivamente outras perspectivas. Portanto, não existe feminismo "imparcial" ou feminismo de "centro".<sup>234</sup>

<sup>231</sup> CARNEIRO, Sueli. Trajetória intelectual e formação política: entrevista à revista da Boitempo. In: Introdução ao pensamento feminista negro [recurso eletrônico] : por um feminismo para os 99% / Aleksandra Kollontai ... [et al.] op. cit. p. 78.

<sup>232</sup> Abordarei a questão da solidariedade mais adiante. Construindo movimentos [recurso eletrônico] : uma conversa em tempos de pandemia / Angela Davis, Naomi Klein ; tradução Leonardo Marins, op. cit., p. 17.

<sup>233</sup> BRANDALISE, Camila. Feminista italiana pede salário para quem cuida do lar: "Estamos exaustas". UOL: Universa, [s. l.], 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/20/silvia-federicci-trabalho-domestico.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 abr. 2021.

<sup>234</sup> HOLANDA, Lana de. 4 jun 2021. Twitter: @lanadeholanda. Disponível em: <https://twitter.com/lanadeholanda/status/1400805644987424769?s=19> . Acesso em: 5 jun 2021



Imagem 05: Angela Davis button<sup>235</sup>



Imagem 06: Tithi Bhattacharya discursando em um encontro de boas-vindas para refugiados em Lafayette, Indiana, 2015 (tradução minha)<sup>236</sup>

Grande parte das mulheres no Brasil precisa trabalhar para sobreviver, isso é um fato. Importa perceber que as demandas atuais das mulheres vão muito além das pautas de igualdade de gênero, pois grande parte dessas mulheres estão em serviços precarizados e realizando outros trabalhos fora da esfera produtiva. A luta por salários equivalentes aos dos homens não parece fazer muito sentido quando estamos diante de uma economia de baixos salários. E quando falamos em mulheres que são trabalhadoras informais? A

<sup>235</sup> Oakland Museum. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/rocor/40341719945> Acesso em 10 jun 2021

<sup>236</sup> Disponível em <http://www.tithibhattacharya.net/about-me> Acesso em 10 jun 2021

opressão que as atinge não é mais claramente percebida como consequência de um sistema capitalista do que de uma opressão de gênero?

Talvez por isso, perguntada sobre qual é o papel das mulheres dentro do MUCA, Natalina, que parece ter entendido que eu estava perguntando sobre o feminismo e sobre política na luta do Movimento, respondeu:

*Olha, eu não gosto muito dessas coisas não, porque eu não acredito nessas lutas não sabe, de camelô, ah, vamos mudar o sistema. Acho que não vai ter essas mudanças. Acho que daqui um dia eu vou sair da rua, vai vir outros camelôs, vai continuar a mesma história. Porque, sei lá, esses governantes não tão nem aí pro povo, não querem saber do povo, principalmente dos camelôs. Então, eu, Natalina, eu acho que não vai ter mudança nenhuma. As pessoas vão pra rua, vão gritar, não sei o que, mas acho que não vai ter mudança não. E pelo que eu tô vendo, os políticos, sabe? vai mudar não, as coisas vão só piorar: é muita corrupção. O Brasil é um país rico, ele só não é melhor por causa da corrupção dos governantes, que é desde o faxineiro lá do Congresso até o presidente da República. O Brasil é um país que tem tudo pra dar certo, mas não tem por causa da corrupção, porque é muito grande. Só pensam neles, não querem saber se o pobre tá com filho doente, esperando uma vaga num hospital, não quer saber: Ele quer saber é do filho dele, o filho dele tem que estudar fora, tem que ter os melhores hospitais, sabe?! Ele tem que roubar porque ele quer comprar uma casa em Miami, porque o filho dele quer andar de carro blindado. Não quer saber do povo, principalmente do camelô. Eu penso assim, eles não querem saber do povo, sabe? A não ser que o povo tem alguma coisa pra eles tirar, né? Não, eles tão preocupados só com eles, ninguém tá preocupado com o povo.*

Pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles identificou que cento e vinte e dois camelôs da cidade do Rio de Janeiro entrevistados, ou 77,7% do total (sendo 82,4% entre os homens e 67,3% entre as mulheres), revelaram considerar válida a participação em manifestações de camelôs. No entanto, apenas 11,4% do total de entrevistados/as afirmaram estar vinculados a organizações ou associações de defesa de direitos, movimentos ou sindicatos, "o que talvez expresse uma baixa cultura associativa entre este grupo social", concluiu a pesquisa.<sup>237</sup>

Ressalto, no entanto, que Natalina, em outra pergunta, destacou a importância da coletividade, informando que a mobilização pelas cestas básicas distribuídas pelo MUCA junto ao Instituto Unibanco foram importantes para ela durante a pandemia e que:

<sup>237</sup> OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES; MUCA. CAMELÔS. Panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no Centro do Rio de Janeiro, 2019. op. cit. p. 31.

*(...) a gente fica assim, como se fosse uma segunda família, a gente briga, a gente discute, e tal, mas é todo mundo, no mesmo dia tá todo mundo junto, e é como se fosse uma segunda família nossa. Eu tô aqui desde 98, olha só o tempo, todo mundo me conhece, então quer dizer, as vezes é mais do que a tua família de casa.*

Reconhecer que mesmo dentro do Movimento existem divergências e que a realidade social pode despolitizar e alienar a classe trabalhadora (pois o capitalismo neoliberal é totalizante) também é necessário. Recorro aos ensinamentos da escritora negra norte-americana bell hooks, crítica do feminismo *mainstream*<sup>238</sup>, que afirma que o feminismo nos EUA não surgiu através das mulheres mais vitimizadas pelo machismo, pois "uma marca de sua condição de vítimas é o fato de aceitarem sua sina na vida sem questionamento visível, sem protesto organizado, sem fúria ou raiva coletivas"<sup>239</sup>. Ou seja, quando Natalina não vê razão em apoiar o feminismo é porque este frequentemente não a alcança.

bell hooks sinaliza: "Minha consciência da luta feminista foi estimulada pela circunstância social". Mais:

Frequentemente, as feministas brancas agem como se as mulheres negras não soubessem que a opressão machista existia até elas expressarem a visão feminista. Elas acreditam estar proporcionando às mulheres negras "a" análise e "o" programa de libertação. Não entendem, não conseguem sequer imaginar, que as negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situações de opressão, muitas vezes adquirem uma consciência sobre a política patriarcal a partir de sua experiência de vida, da mesma forma com que desenvolvem estratégias de resistência (mesmo que não consigam resistir de forma sustentada e organizada).<sup>240</sup>

Importa, a mim, como feminista branca, buscar ações que nos diferenciem das "mulheres brancas, opressoras de segunda linha" como

<sup>238</sup> BREDA, Tadeu. Quem é bell hooks?: Um rápido olhar sobre a vida e a obra da feminista negra norte-americana que terá três livros publicados pela Elefante no primeiro semestre de 2019, começando por Olhares negros: raça e representação, com lançamento em fevereiro. Editora Elefante, [S. l.], 5 fev. 2019. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/quem-e-bell-hooks/>. Acesso em: 9 maio 2021.

<sup>239</sup> hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 16, p. 193-210, abril, 2015. Disponível em: Acesso em: 04 Abril <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso)> 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

<sup>240</sup> hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Rev. Bras. Ciênc. Polít., op.cit.

chamou Sueli Carneiro, resgatando Heleieth Saffioti,<sup>241</sup> e refletir acerca das palavras de hooks, que narra, como experiência própria, como as mulheres negras vivem em estado de partilha, amor e proteção, "eu nem conhecera uma vida em que as mulheres não estivessem juntas, em que as mulheres não tivessem se ajudado, protegido e amado profundamente"<sup>242</sup>, e essa é uma das maiores expressões de viver em coletividade, que deve ser compreendida na luta feminista e de toda a classe trabalhadora.

As teóricas da TRS apontam a urgência da reconstrução de solidariedade e da ação coletiva como forma de defesa às investidas e ataques neoliberais aos trabalhadores<sup>243</sup>. O próprio conceito de "classe trabalhadora" é estendido pela TRS, conforme identificado no segundo capítulo, englobando todos os que, de alguma forma, participam ou participaram em algum momento da reprodução da sociedade, tendo sido pagos ou não pelo capital:

Essa visão integradora de classe reúne a trabalhadora temporária do hotel Latinx de Los Angeles, a mãe trabalhadora em horário flexível de Indiana que precisa ficar em casa devido aos altos custos com creches, a professora afro-americana em tempo integral de Chicago e os brancos, homem, desempregado, antigo trabalhador do United Automobile Workers (UAW) de Detroit. Mas eles vêm juntos não em competição, uma visão da classe trabalhadora ainda em termos de mercado, mas em **solidariedade**. A organização estratégica com base nessa visão pode reintroduzir a ideia de que um ferimento ao professor em Chicago é na verdade um ferimento a todos os outros. Quando restauramos um senso de totalidade social para a classe, imediatamente começamos a reformular a arena da luta de classes.<sup>244</sup>  
(grifei)

hooks critica as feministas privilegiadas por não terem considerado as relações existentes entre as opressões de sexo, raça e classe em suas teorias. Nesse mesmo sentido, as teóricas da TRS, conforme tratado no capítulo dois,

<sup>241</sup> CARNEIRO, Sueli. Trajetória intelectual e formação política: entrevista à revista da Boitempo. In: Introdução ao pensamento feminista negro [recurso eletrônico] : por um feminismo para os 99% / Aleksandra Kollontai ... [et al.]. op.cit., p.79.

<sup>242</sup> hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Rev. Bras. Ciênc. Polít., op.cit.

<sup>243</sup> ARRUIZZA, Cinzia. From Social Reproduction Feminism to the Women's Strike. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. op.cit., p. 195

<sup>244</sup> Tradução minha. BHATTACHARYA, Tithi. How not to skip class In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. op.cit., p.89

reafirmam essa urgente necessidade. Aruzza, em um chamado à solidariedade, vem esclarecer que a rivalidade entre "luta de classes" e "luta de identidades" é ilusória, e que qualquer oposição que exista deve ser vista como resultado de um discurso individualizante e liberal:

Se pensarmos na classe como um agente político, gênero, raça e sexualidade devem ser reconhecidos como componentes intrínsecos da maneira como as pessoas concretizam seu senso de identidade e sua relação com o mundo e, portanto, fazem parte da maneira como as pessoas se politizam e se envolvem na luta.<sup>245</sup>

Busco refletir se algumas práticas de auto-organização realizadas pelas camelôs que entrevistei são práticas feministas<sup>246</sup>, pautadas na coletividade e na solidariedade, baseadas no agir comunitário, abarcando outras lutas e outros sujeitos. Como o apoio do MUCA à greve dos entregadores de aplicativos de comida em julho de 2020 e também a distribuição de 12 mil cestas básicas durante a pandemia para trabalhadores informais (além de camelôs).

Aline, junto a outras duas camelôs, montaram um café da manhã em um ponto no Centro do Rio de Janeiro para ajudar as pessoas que se encontram em situação de necessidade no momento de pandemia, em que muitos perderam seu sustento. Segundo Aline, a iniciativa partiu da observação de sua parceira que notou a presença de muitas pessoas em uma praça específica do Centro, esperando a única refeição do dia a que tinham acesso: quentinhas doadas por pessoas físicas e organizações durante o horário de almoço. Inconformada, a ambulante se mobilizou para arrecadar doações e criar um café da manhã solidário que acontece desde o mês de agosto de 2020 uma vez a cada quinze dias e conta também com a distribuição de roupas usadas. Segundo Aline, infelizmente, o café não acontece mais vezes no mês, pois dependem exclusivamente de doações de pessoas físicas, não contando com a ajuda de nenhum patrocinador. Aline conta que existe uma brincadeira entre elas de que homens não gostam de fazer doações, pois são as mulheres as que mais doam, refletindo-se na maior quantidade de roupas femininas disponíveis para distribuição. Ou seja,

<sup>245</sup> Tradução minha. ARRUZZA, Cinzia. From Social Reproduction Feminism to the Women's Strike. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. op.cit., p. 195.

<sup>246</sup> Mesmo que nem todas reivindicuem para si esta identidade.



pode-se perceber aqui que as mulheres, além de serem aquelas que organizam os movimentos de solidariedade, são também aquelas que mais contribuem para sua permanência.

Outro dado importante, narrado por Aline, é que não apenas pessoas em situação de rua procuram o café solidário, mas também aqueles que vivem em hospedarias e ocupações próximas, que perderam a fonte de renda nesse período, como alguns camelôs.

### 3. 3 Sujeitas Políticas

Esta seção se dirige a ressaltar as redes de apoio e articulação do qual o MUCA faz parte. As pesquisas produzidas entre o Movimento e a Universidade Pública, como é o caso de algumas trazidas nesta dissertação, dentre elas a realizada pelo IPPUR; a pesquisa da pesquisadora Anna Cecília Bonan, realizada na UFF e, ainda, este mesmo trabalho, em que as sujeitas da pesquisa narraram, além da rotina de seus trabalhos produtivos cotidianos, informações sobre as suas vidas reprodutivas para que eu pudesse apresentá-las à comunidade acadêmica, constituem uma rede de trocas e também de denúncia social. Ainda, ressalta-se as articulações entre o MUCA e outros movimentos camelôs, como a UNICAB, com partidos políticos (Maria é filiada ao PSOL) e com outras organizações da sociedade civil (como a CAMTRA).

Como concluiu Luciana Itikawa em sua pesquisa com ambulantes da cidade de São Paulo<sup>247</sup>, ainda que muitas vezes esses movimentos possam parecer desarticulados ou desorganizados, são exemplos de insubordinação e resistência coletivas, enquanto processos excludentes do mercado formal de trabalho e do poder público buscam tornar os trabalhadores cada vez mais subordinados e individualizados. A presença do MUCA nos espaços públicos (mesmo durante a pandemia) com protestos e manifestações, e a articulação com vários setores da sociedade são exemplos dessa rebeldia, como definiu Anna Cecília Bonan: "sujeitos políticos ativos".<sup>248</sup>

<sup>247</sup> ITIKAWA, Luciana Fukimoto Itikawa. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. op.cit.

<sup>248</sup> BONAN, Anna Cecília Faro. Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa. op.cit., p. 143.

Aline também me contou que participa de todas as manifestações de rua, inclusive produzindo cartazes e postando publicações políticas na rede social Instagram.

A busca por maior representação ou até mesmo participação política pelos camelôs também pode ser vista como um processo político ativo. E neste processo, destaca-se Maria dos Camelôs, que concorreu à vereança do Rio de Janeiro nas eleições de 2020, estabelecendo vínculos com outros políticos com atuação no território, como os vereadores<sup>249</sup> Thais Ferreira, Monica Benício, Tainá de Paula, Lindbergh Farias, mas também com a co-deputada estadual de Pernambuco, Jô Cavalcanti,<sup>250</sup> vendedora ambulante e que também integra a União Nacional dos Ambulantes (Unicab).

Perguntada como os seus companheiros viam a sua candidatura para vereadora do Rio de Janeiro, Maria respondeu:

*Olha, tá muito legal isso, eu nunca imaginei que isso ia acontecer. Isso aconteceu esse ano, aconteceu isso de eu ser candidata, e eles tão gostando muito disso. E eles não têm muita noção de quando é que vai chegar o nº, como é que a gente pode usar bandeira, eles ficam pedindo: cadê o nº? Vamos gravar a música, cadê a bandeira? Tão falando, cantando a música na rua, tão numa ansiedade que isso comece muito rápido, porque acham que é legal, que eu tenho que ser candidata, que eu tenho que ganhar eleição, mas eu tô sempre falando pra eles: a gente tá na disputa, se a gente não ganha a eleição, pelo menos a gente faz um debate grande com a sociedade e a gente precisa fazer esse debate. A gente precisa conversar, a gente precisa entender a economia informal, qual o papel nosso nas cidades, ainda mais depois da pandemia que vai deixar muita gente desempregada. já tá, e quando as pessoas voltarem de verdade, vai ter muita gente mais desempregada.*

*- Você decidiu ser vereadora e levou pra eles ou houve alguma deliberação dentro do Movimento?*

*Olha, em 2018, quando acabou a eleição do Bolsonaro, a primeira reunião do movimento, o pessoal veio e falou: Maria, esse ano que vem você vai ter que ser candidata nossa à*

<sup>249</sup> MUCARJ. Rio de Janeiro. 6 mai 2021. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/COimHmvJ4Jr/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/COimHmvJ4Jr/?utm_medium=copy_link). Acesso em 7 mai 2021

<sup>250</sup> OHANA, Victor. Jô Cavalcanti: “A gente nunca viu democracia dentro das comunidades”: m entrevista a CartaCapital, deputada de mandato coletivo em Pernambuco comenta genocídio contra pobres: ‘O Estado nos vê como alvo’. Carta Capital, [S. l.], 3 out. 2019. Política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/jo-cavalcanti-a-gente-nunca-viu-democracia-dentro-das-comunidades/>. Acesso em: 5 maio 2021

vereadora. E aí eu sempre na resistência, nunca tive muita paciência, não tenho muita paciência pra isso, sempre na resistência. Mas aí quando você vê muita coisa que aconteceu, reforma da Previdência, reforma Trabalhista, muito desemprego, as pessoas indo pra rua. Aí a Jô Cavalcanti (Juntas de Pernambuco) deputada, ela é do UNICAB, camelô, moradora de uma ocupação do MTST de pernambuco, e ela foi eleita a deputada. Foram 5 mulheres, mandato coletivo, mas a cabeça de chapa é a Jô. Então ela foi eleita e a mudança que teve dos trabalhadores informais depois que ela ganhou a eleição foi muito grande, o respeito que a prefeitura passou a ter pra eles, então isso foi me despertando, porque eu gosto muito de fazer parte do movimento. Eu não me vejo vereadora e largando o MUCA. E aí começou a despertar na minha cabeça, as pessoas falando: Maria acho que o momento do Movimento que você fez parte tá passando, acho que você tem que ocupar outros espaços, e aí foi me despertando isso, e aí eu concordei, mas foi uma reunião coletiva decidida entre várias pessoas.



Imagem 07: Reunião realizada no dia 5 mai 2021 na Câmara dos Vereadores <sup>251</sup>

<sup>251</sup> Instagram MUCA. Disponível em [https://www.instagram.com/p/COimHmvJ4Jr/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/p/COimHmvJ4Jr/?utm_source=ig_web_copy_link) Acesso em 10 mai 2021.

As articulações impulsionadas pelo MUCA deram resultados, após duas manifestações ocorrida nas escadarias da Câmara de Vereadores, nos dias 15 e 26 de abril<sup>252</sup>. O Movimento entendeu como vitoriosa a abertura de negociações com vereadores acerca da suspensão da cobrança da TUAP (Taxa de Uso de Área Pública) atrasadas<sup>253</sup> pelo menos até o final do ano de 2021 e o compromisso de encaminhamento ao prefeito Eduardo Paes as seguintes demandas: 1) revisão nos cálculos para incluir no orçamento o pagamento do auxílio-carioca a todos os camelôs auxiliares e os ambulantes que atuam nos estádios; 2) realização de novo censo dos ambulantes e transparência na concessão de licenças; 3) agilização do pagamento do Auxílio Carioca, bem como a inclusão de ambulantes que, por dependerem do turismo na cidade, encontram-se inviabilizados de se sustentarem, por exemplo, os ambulantes da Feira Noturna de Copacabana e da Lapa<sup>254</sup>.

As ações articuladas pelo MUCA exemplificam iniciativas coletivas de resistência, de auto-organização e de formação horizontal, ainda que nem todas as ações resultem em conquistas para o movimento. A necessidade e urgência de articulação pelos líderes fez e faz o Movimento crescer, se articular e ganhar mais espaço político para solucionar demandas que não impactam apenas a vida dos camelôs do MUCA, mas a de inúmeros outros trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro.

*- [Maria] você sabe qual o número de trabalhadores que fazem parte do MUCA atualmente?*

*A gente não tem, assim, pessoas filiadas, a gente tenta atender a cidade inteira, mas lá do começozinho que a gente tem de filiação, são 1800 pessoas, mas não significa que a gente vai fazer política só pra essas 1800.*

*- O que que precisa pra ser filiado?*

*Precisa trabalhar na rua, precisa tá na rua, trabalhando na rua, se quiser uma ficha de filiação, vai lá e se filia. Só que pra gente não interessa se você tá no MUCA ou não, se você tiver passando por dificuldade e precisar de ajuda, de advogado, a*

<sup>252</sup> MARTINS, FLÁVIA; FERREIRA, LOLA; SILVA, VITÓRIA RÉGIA. Fome, medo e falta de renda: A vida das ambulantes no primeiro ano da pandemia. Plural - UOL Notícias, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/fome-medo-e-falta-de-renda-a-vida-das-ambulantes-no-1-ano-de-pandemia/#page12>. Acesso em: 8 maio 2021.

<sup>253</sup> Referente ao período que ficaram sem trabalhar por conta da pandemia.

<sup>254</sup> MUCA. Vitória: Manifestação do MUCA abre as negociações sobre ampliação do Auxílio Carioca. Blog MUCA, Rio de Janeiro, 17 abr. 2021. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

*gente vai tá ajudando, entendeu? É uma coisa mais que a gente fez lá no início do movimento e depois a gente nem levou isso mais pra frente, porque como o MUCA não tem registro, a gente não é registrado, eu costumo dizer, as pessoas muito cobram isso da gente: “ah mas o movimento não é registrado”, mas tem muito movimento aí que tem registro e não tem luta. A gente não tem registro, mas tem luta, então a gente não ... essa coisa do registro, a gente tem uma legitimidade grande, mas registro mesmo... porque tem muita burocracia né?!*

Quando escrevo aqui sobre as ações de articulação, resistência e as micropolíticas realizadas pelas camelôs, não objetivo invisibilizar a violência sofrida por elas no espaço urbano ou mesmo durante a pandemia. Violência esta que fez a camelô Tânia, entrevistada pela revista Gênero e Número, afirmar sobre o primeiro ano de pandemia: *"eu perdi tudo, até minha dignidade"*.<sup>255</sup> Mas trata-se de perceber que as mulheres camelôs reafirmam seu lugar no espaço público, nas cidades, enquanto sujeitas políticas que merecem ser vistas, ouvidas e incluídas nas agendas de políticas públicas de reformas urbanas e também de sobrevivência perante a crise sanitária/econômica.

A ativista social e urbana Jane Jacobs, crítica da urbanização empresarial, na conclusão de seu livro "Morte e Vida de Grandes Cidades", afirma:

O ser humano é, em si, difícil, e, portanto, todos os tipos de coletividade (exceto as cidades imaginárias) têm problemas. As grandes cidades têm dificuldades em abundância, porque têm pessoas em abundância. Mas as cidades cheias de vida não são impotentes para combater mesmo os problemas mais difíceis. Não são vítimas passivas de uma sucessão de circunstâncias, assim como não são a contrapartida maléfica da natureza.<sup>256</sup>

Assim, busco refletir sobre o lugar das camelôs do Rio de Janeiro na constituição da história, da paisagem e da economia da cidade. Como colocado por Anna Cecília Bonan, sujeitas políticas ativas que lutam pela sobrevivência, mas também pela liberdade de serem quem são e de

<sup>255</sup> MARTINS, FLÁVIA; FERREIRA, LOLA; SILVA, VITÓRIA RÉGIA. Fome, medo e falta de renda: A vida das ambulantes no primeiro ano da pandemia. Plural - UOL Notícias, op.cit.

<sup>256</sup> JACOBS, Jane Morte e vida de grandes cidades / Jane Jacobs ; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro ; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. — 3 ed. — São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. — (Coleção cidades). Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/923498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades%20%281%29.pdf> Acesso 8 maio 2021. p. 295

construírem uma vida que se pareça com elas e não com o capital. Além de agentes de transformação, onde o campo de disputas é também campo político.

### **3. 4 Perspectiva revolucionária das teorias da reprodução social**

Além de ser uma lente analítica da realidade, as teorias feministas-marxistas da reprodução social possuem ainda uma perspectiva revolucionária. Bhattacharya argumenta que a TRS indica que as relações sociais, ainda que transformadas pelo capitalismo, possuem potencial disruptivo. A autora exemplifica: as disputas por moradia, acesso à saúde pública, água limpa, carregam o potencial e a semente para tomarem a forma de uma luta antissistêmica mais ampla.<sup>257</sup>

A autora argumenta que duas das grandes revoluções modernas do mundo, francesa e russa, surgiram a partir da iniciativa de mulheres nos motins por pão, ou seja, ações ligadas à esfera da reprodução social. No entanto, a autora afirma que somente no campo de disputas da esfera da produção é que é possível "vencer o sistema", pois é onde o capital de fato vai sentir os efeitos. E a TRS tem o condão de proporcionar a ligação analítica entre as esferas de produção e reprodução.<sup>258</sup>

Nesse mesmo sentido, Angela Davis afirma:

(...) no capitalismo, as campanhas por empregos em base de igualdade com os homens, combinadas com movimentos pela criação de instituições como creches subsidiadas pelo poder público, contêm um potencial revolucionário explosivo. Essa estratégia coloca em dúvida a validade do capitalismo monopolista e deve, em última análise, apontar na direção do socialismo.<sup>259</sup>

<sup>257</sup> BHATTACHARYA, Tithi. VIDEO: What is Social Reproduction Theory? Pluto Press. Londres, 2017. 1 vídeo (6 min 49 s). Disponível em: <https://www.plutobooks.com/blog/video-what-is-social-reproduction-theory/> Acesso 5 jun 2021

<sup>258</sup> BHATTACHARYA, Tithi. What is Social Reproduction Theory?. SocialistWorker.org, [S. l.], 10 set. 2013, op.cit.

<sup>259</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; tradução Heci Regina Candiani., op. cit., p. 229.

Partindo de uma ideia de solidariedade aponto aqui pensamentos de superação do sistema capitalista. Não afirmo que a luta das camelôs seja uma luta antissistêmica, mas que a classe trabalhadora, partilhando a ideia de solidariedade, é capaz de construir movimentos antissistêmicos, com potenciais verdadeiramente revolucionários.

E é nesse contexto que o projeto feminista apresenta sua importância, pois é necessária uma forma de organização da vida em que se valorize o cuidado e a produção da vida, ao invés da produção do lucro e do capital. "A lente capitalista é exatamente o oposto da criação de vida"<sup>260</sup>, sentencia Bhattacharya.

A TRS não busca romantizar a luta dessas mulheres, mas sim compreender esses movimentos através de uma perspectiva diversa do que o capital nos condiciona enquanto sociedade, ou mesmo de perceber uma potencialidade nesses micromovimentos de informar novos modos de viver. Trabalhar com o materialismo histórico-dialético possibilita perceber que para mudarmos o mundo de amanhã, precisamos começar hoje, através de uma construção onde as relações concretas alteram a realidade concreta.

A pesquisadora e professora Sabrina Fernandes no livro "Se quiser mudar o mundo: Um guia político para quem se importa", utiliza-se de uma metodologia materialista histórica dialética, como proposta por Marx e Engels, para orientar ações políticas de superação do capitalismo. Valendo-se da "tese onze"<sup>261</sup> de Marx, de que não basta interpretar o mundo, é preciso transformá-lo, a autora explica que o marxismo não apenas vai se valer da teoria, mas também da práxis para "ser vivo e existir nos espaços de trabalho, nos debates dos movimentos sociais, nas leituras autônomas, nas manifestações e em todo aspecto da vida (...)".<sup>262</sup>

Ricardo Antunes propõe um novo mundo, um novo modo de vida que ele chama de "novo empreendedorismo social" de superação do capitalismo, como resultado de um movimento integrado

<sup>260</sup> BHATTACHARYA, Tithi; FERNANDES, Sabrina. Socialismo, feminismo e os impactos da pandemia. YouTube Canal Tese Onze, 2021. 1 vídeo (36 min 09s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ys2YCJ8jPkE>. Acesso 01 mai 2021

<sup>261</sup> MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach, 1845. In Marxists.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 9 maio 2021.

<sup>262</sup> FERNANDES, Sabrina. Se quiser mudar o mundo: Um guia político para quem se importa. 3. ed. SÃO PAULO: Planeta, 2020. 192 p. ISBN 978-65-5535-174-3, p. 60.

das lutas da classe trabalhadora, dos movimentos sociais das periferias, das comunidades indígenas, do movimento negro, da juventude, da revolução feminista global em curso, articulando as lutas contra a opressão masculina e também contra as múltiplas formas da dominação e de exploração do capital. Recuperando o espírito comunal presente na autenticidade das comunidades indígenas, na vida em busca da felicidade social presente no Quilombo dos Palmares, e assim avançar no desenho de uma nova forma de propriedade social (distinta inclusive da propriedade estatal).<sup>263</sup>

A construção do mundo que queremos (longe de um idealismo ou de uma busca por perfeição) deve ser constante, e "a possibilidade para esse depois é construída hoje".<sup>264</sup>

A ideia de que o socialismo acabou é uma ficção que, infelizmente, encontra muitos adeptos. Se o capitalismo levou pelo menos três séculos para se constituir (se pensarmos desde a acumulação primitiva até a revolução industrial), por que o socialismo teria que ter se constituído e acertado, em sua plenitude, em um único século? A pandemia do capital tornou a invenção de um novo modo de vida o imperativo maior de nosso tempo.<sup>265</sup>

bell hooks, no artigo "O amor como prática de liberdade" faz um chamado a um agir pautado no amor, em uma ética que foge às necessidades individuais e que busca o fim apenas das próprias opressões. O reconhecimento de que o sistema de dominação nos interconecta, é necessário para nos desligarmos do *status quo*. Somente a libertação coletiva transformará as opressões de fato, pois "isso leva além da resistência à transformação."

Trabalhando dentro da comunidade, seja compartilhando um projeto com outra pessoa, ou com um grupo maior, somos capazes de experimentar alegria na luta. Essa alegria precisa ser documentada. Porque se nos concentrarmos apenas na dor, as dificuldades, que certamente são reais em qualquer processo de transformação, somente mostraremos uma imagem parcial. A ética do amor enfatiza a importância do serviço para outrem. Dentro do sistema de valores dos Estados Unidos, qualquer tarefa ou trabalho relacionado com o "serviço" é desvalorizada. O serviço fortalece nossa capacidade de conhecer a compaixão e aprofunda nossa percepção. Ao servir a outrem, não posso vê-las/os como um objeto: devo ver sua subjetividade.<sup>266</sup>

<sup>263</sup> Antunes, Ricardo. Coronavírus (Pandemia Capital) (p. 36). Boitempo Editorial. 2020. Edição do Kindle.

<sup>264</sup> FERNANDES, Sabrina. Se quiser mudar o mundo: Um guia político para quem se importa, op.cit., p. 40

<sup>265</sup> Antunes, Ricardo. Coronavírus (Pandemia Capital) (p. 36). Boitempo Editorial. Edição do Kindle.

<sup>266</sup> hooks, bell. Love as the practice of freedom. In: Outlaw Culture. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 243–250. Tradução para uso didático por wanderson flor do nascimento. Disponível em:



De forma um tanto quanto parecida com a ética do amor proposta por bell hooks, o rapper Emicida, em disco lançado em 2019, AmarElo, usa o afeto, "cartas de amor" e comunhão, como manifestação artística e política para enfrentar a intolerância e "o mundo em decomposição", pois "o ódio não é estratégia eficaz, acredita ele."<sup>267</sup> Vale citar um trecho da música Principia:

Paz, é reparação / Fruto de paz / Paz não se constrói com tiro / Mas eu miro, de frente / A minha fragilidade / Eu não tenho a bolha da proteção / Queria eu guardar tudo que amo / No castelo da minha imaginação / Mas eu vejo a vida passar num instante / Será tempo o bastante que tenho pra viver? / Eu não sei, eu não posso saber / Mas enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida / Farei um altar pra **comunhão** / Nele, eu serei um com o mundo até ver/ O ponto da emancipação / Porque eu descobri o segredo que me faz humano / Já não está mais perdido o elo / **O amor é o segredo de tudo** / E eu pinto tudo em amarelo.<sup>268</sup>  
(grifei)

Longe de querer afirmar que as ações das camelôs que entrevistei são práticas antissistêmicas ou lutas de enfrentamento ao sistema capitalista, busco apenas perceber se elas podem ser lidas como práticas feministas de solidariedade, que podem alimentar, talvez futuramente, ações de superação ao atual modelo de sociedade, possuindo, em si, potenciais transformativos.

<https://medium.com/enugbarijo/o-amor-como-a-pr%C3%A1tica-da-liberdade-bell-hooks-bb424f878f8c>. Acesso em: 9 maio 2021.

<sup>267</sup> FÁRIA, Ângela. Em seu novo disco, Emicida desafia estes tempos de ódio e intolerância. Uai, [S. l.], 10 nov. 2019. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/musica/2019/11/10/noticias-musica,253100/em-seu-novo-disco-emicida-desafia-estes-tempos-de-odio-e-intolerancia.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2021.

<sup>268</sup> EMICIDA. Principia. Sony Music; Laboratório Fantasma: 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/emicida/principia-part-fabiana-cozza-pastoras-do-rosario-e-pastor-henrique-vieira/>. Acesso em 20 abril 2021



Figura 08 - Quatro fotos representativas do café solidário n'A Garagem Delas<sup>269</sup>

<sup>269</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CKz18cNp4zu/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CKz18cNp4zu/?utm_medium=copy_link)  
Acesso em 28 jun 2021

## Conclusão

Recorro à afirmação da professora Daniela Manica disponível no blog da também professora Karina Kuschnir, "a tese é um ponto final no meio da conversa"<sup>270</sup>, para concluir essa dissertação com o desejo de que as discussões levantadas não se encerrem aqui, mas que elas sejam partilhadas, discutidas, pensadas e, quem sabe, colocadas em prática.

Nesta pesquisa, busquei trabalhar com a ideia desenvolvida pelos autores marxistas de que a força de trabalho é uma mercadoria essencial para o funcionamento do sistema capitalista. Trazendo mais especificamente as discussões feministas-marxistas para o debate, busco também apontar como a produção da força de trabalho é um elemento central para este mesmo sistema.

Aproximei ainda, esta discussão teórica, de uma categoria bem específica de trabalhadores, as mulheres camelôs. Dessa forma, procurei examinar as relações sociais que envolvem essas mulheres, tanto em seus trabalhos produtivos quanto reprodutivos. Percebi, assim, que um não está dissociado do outro, mas intrinsecamente relacionado, na medida em que todo o planejamento dessas mulheres, de seus trabalhos nas ruas, se relaciona diretamente a seus papéis sociais e culturais enquanto mães, esposas e cuidadoras.

Inicialmente, como apontei na introdução, o objetivo desta pesquisa era compreender se a luta contemporânea do movimento social urbano por trabalho nas ruas, representado aqui pelo MUCA, pode inspirar novos comuns e ter um viés antcapitalista. No entanto, não pude chegar a essa conclusão. Primeiro, porque não fiz diretamente essa pergunta às entrevistadas e nem ela apareceu como resposta em outras, portanto, não quero informar algo que não foi dito pelas entrevistadas, tampouco apartar a teoria da prática.

Além disso, a revisão da literatura referente ao trabalho informal me permitiu perceber que este fenômeno é constitutivo e interessante para o

---

<sup>270</sup> KUSCHNIR, Karina. 2018. "Doze (ou treze) lições para ajudar a terminar TCC, dissertação de mestrado e tese de doutorado (Parte 2)", Publicado em [karinakuschnir.wordpress.com](https://wp.me/p42zgF-3CU), url: <https://wp.me/p42zgF-3CU>. Acesso em 5 jun 2021

capitalismo. Soma-se a isso, a revisão teórica de trabalhos especificamente em relação aos camelôs, os quais demonstraram uma lógica individualizante de formalização dos trabalhadores, além do baixo número de associados a movimentos organizados.

No entanto, tentei apontar possibilidades de um caminho revolucionário, pautadas pela teoria que adoto, mas sem buscar indicar que as práticas cotidianas das minhas entrevistadas são, em si, antissistêmicas, mas pelo menos, iniciativas contra-hegemônicas, orientadas pela lógica da vida, e não do lucro.

Aponto que, ainda que apenas sementes de transformação da realidade social, identifiquei práticas coletivas e feministas de solidariedade nas atuações das minhas sujeitas, com potencial revolucionário, ou seja, que podem inspirar revoluções, como aquelas já ocorridas nos âmbitos da reprodução social, como a luta por moradia, pão e terra. Acredito que seja válido trazer essa reflexão no trabalho, pois uma das diferenças da TRS de outras teorias feministas é justamente esse apontamento de um viés revolucionário na esfera da reprodução social como esfera da resistência, e que se alinha à tese onze proposta por Marx: não basta interpretarmos o mundo, é preciso também transformá-lo.

Este trabalho procurou partir das entrevistas realizadas com quatro camelôs da cidade do Rio de Janeiro, Maria dos Camelôs, coordenadora do MUCA, Aline, cofundadora d'A Garagem Delas e outras duas que nomeei Natalina e Shirley. Todas elas atuam na região central da cidade, embora não somente, o que vai depender do dia da semana e da movimentação de compradores.

Dado o reduzido número de entrevistadas, o objetivo destas entrevistas não era representar o fenômeno da informalidade nas ruas como um todo, mas sim entender melhor alguns aspectos que somente aparecem nas pesquisas qualitativas, realizadas de forma semiestruturada e face a face (ainda que tendo uma tela eletrônica separando a gente).

A TRS também é trazida neste trabalho por abrir a possibilidade de enxergar que na história do capitalismo, o trabalho informal é regra e característica desse sistema. Quando a TRS pergunta: quem é a classe trabalhadora? abre-se para o entendimento de que o trabalho é corporificado,

sendo assim, generificado e racializado. E assim há uma inversão da lente marxista, ao perceber que a maioria da classe trabalhadora, composta por pessoas racializadas e mulheres, é formada por trabalhadores informais e precarizados e que o trabalho formal, assalariado, se apresenta apenas como fruto das lutas pelos trabalhadores, e não como preponderante, como argumenta Rhaysa Ruas.

Preocupei-me também em não buscar, simplesmente importar a TRS como uma teoria, sem refletir sobre a nossa formação social histórica. Assim, trago à discussão o pensamento da feminista negra marxista Angela Davis, pela sua análise histórica do capitalismo desde a colonização, que é um processo em si racializado e generificado, com a escravização de pessoas sequestradas da África, e que continua a reproduzir essa dinâmica até os dias atuais, em um processo de permanência, de manutenção da condição das mulheres racializadas na base social. Ainda que as análises de Angela Davis tenham sido feitas em referência ao contexto norte-americano, através do conceito de diáspora, utilizado por Raquel Barreto pela obra de Luiza Bairros, correlaciono os dois contextos.

Avançando para uma discussão mais concreta e contextualizada, justifico também a minha escolha em trabalhar com a TRS nesta pesquisa no contexto e tempo pandêmico, partindo de um outro questionamento feito pela teoria: como a classe trabalhadora é reproduzida. Assim, além da reprodução a nível geracional, biológico, temos a reprodução diária da classe trabalhadora. Sabendo que ela se desgasta todos os dias, precisa se regenerar, repor suas energias: precisa se alimentar, vestir, ter uma cama para dormir. Além disso, temos que ter em mente também a reprodução diária dos não-trabalhadores: crianças, enfermos, desempregados, idosos, que pode ocorrer em três esferas distintas: pública, ou privada-capital, ou privada nas unidades familiares.

No entanto, no atual estágio do capitalismo, denominado capitalismo financeirizado e globalizado, vivemos sob uma crise mundial de cuidado, ou da reprodução social, segundo Nancy Fraser, que é constitutiva desse sistema, e que constantemente externaliza o trabalho de cuidado às famílias e às comunidades, ao mesmo tempo que diminui sua capacidade de realizá-lo, ao baratear, cada vez mais, a força de trabalho. Como consequência, a

reprodução social organiza-se de duas formas: mercantilizada para aqueles que podem pagar por ela e privatizada para aqueles que não podem.

Evidente assim o entendimento de que a classe trabalhadora possui acesso desigual aos meios de subsistência, aos meios de reprodução da vida. O acesso à alimentação, à moradia, à educação, ao transporte, bem como ao próprio trabalho, seja na expropriação dos direitos trabalhistas, mas também do território que os trabalhadores informais ocupam, está ligado às noções de raça, gênero, nacionalidade, diferenciando-se entre aqueles que podem pagar por uma reprodução social comandada pela esfera privada-capital (escolas privadas, por exemplo) e aqueles que vão depender das relações privadas familiares, comunitárias.

E podemos dizer que esses processos se intensificaram durante a pandemia, seja com a perda de vínculos trabalhistas por muitas mulheres, necessitando se deslocar ao mercado informal, seja pela evidente ausência do Estado em fornecer auxílios ou mesmo opções para as pessoas mais vulneráveis nesses âmbitos de reprodução social. Assim, mais uma vez a comunidade, que sempre foi importante para compensar a mercantilização da vida, reorganiza-se.

A rede de apoio comunitária, que historicamente faz parte dos processos de organização do povo negro, como trazido por bell hooks, torna possível a reprodução da vida nesses espaços reservados à reprodução social e de resistência, enquanto o espaço e serviços públicos não se apresentam como possibilidade de manutenção da vida para as mulheres racializadas. Não à toa, o MUCA organizou distribuições de cestas básicas durante a pandemia, não apenas para seus filiados, mas a todos os que precisavam, como Natalina e Shirley, duas sujeitas desta pesquisa. Também cito a organização das mulheres negras d'A Garagem Delas, que distribui roupas e cafés da manhã solidários de 15 em 15 dias no centro da cidade.

Neste trabalho, percebeu-se que as poucas políticas governamentais direcionadas às/aos trabalhadoras/es ambulantes estão pautadas por uma lógica individual e competitiva, baseada na sobrevivência, na acumulação e reprodução isolada, sem enraizamento social e articulação de classe, como o programa Microempreendedor Individual (MEI) que tem foco tributário e de proteção social individual ou mesmo alguns auxílios financeiros pensados

para a pandemia, como Cartão Família carioca que, como apontou Jimmy Medeiros, é pautado por uma lógica de meritocracia.

Pesquisa divulgada em 2019, realizada pelo Observatório das Metrópoles apontou que apenas 11,4% dos ambulantes entrevistados, estão vinculados a algum sindicato, associação ou organização de defesa de seus direitos. Natalina, embora filiada ao MUCA, disse não acreditar que os Movimentos de camelôs consigam realizar mudanças estruturais. No entanto, após, destacou a importância da coletividade, informando que os camelôs são uma segunda família para ela e ressaltou que as cestas doadas pelo MUCA fizeram a diferença na sua casa durante a pandemia.

Como declarou Natalina, ainda que não realizem transformações estruturais, as iniciativas coletivas de resistência, de auto-organização e formação horizontal, encabeçadas pelas próprias trabalhadoras, ainda que muitas vezes auxiliadas por organizações e instituições que lhes dão apoio, desafiam a lógica individual e neoliberal.

Afirmo, assim, que as ações de articulação e resistência dessas mulheres produzem transformações, ainda que às vezes pontuais e de curto prazo, colocam essas mulheres no campo político em disputa, devendo ser ouvidas, vistas e incluídas nas agendas públicas. E elas estão dispostas a fazer barulho: seja em suas redes sociais ou nas ruas, através dos protestos em frente a Câmara dos Vereadores contra o armamento da Guarda Municipal, a exigência de suspensão do pagamento da Taxa de Uso da Área Pública, o pagamento do Auxílio Carioca a outras categorias de ambulantes que não estavam previstas no Projeto inicial da Prefeitura, ou mesmo na candidatura de Maria dos Camelôs para vereadora. Essas mulheres apresentam-se, assim, como “sujeitas políticas ativas”, tomando emprestada a expressão de Anna Cecília Bonan.

Esse agir em coletividade e solidariedade pôde ser identificado como expressão de um feminismo popular e vivo, que muito tem a ver com o feminismo-marxista proposto pelas teóricas da TRS e também pela feminista negra marxista Angela Davis. Ou seja, argumento que muitas das práticas dessas mulheres podem ser lidas como feministas, ainda que nem todas se reivindicuem como tal.

Ainda que às mulheres negras historicamente não lhes fosse dada a “oportunidade” de estar apenas nesse lugar reservado ao espaço privado, “do lar”, como ideário da mulher branca exaltado a partir do século XIX, para as mulheres camelôs, reivindicar estar no espaço público, e mais do que isso, discutir a formação e construção do espaço público como seu local de trabalho, é manifestação de autonomia e inversão dessa lógica capitalista e social.

Além disso, é também uma reivindicação à reprodução social. As esferas pública e privada se imbricam, uma vez que a reprodução é pré-condição, condição necessária para que o trabalho produtivo aconteça. Por isso, o MUCA vem reivindicando a criação de mais creches e escolas próximas à região central da cidade, local de grande concentração dos ambulantes, além de postos de atendimento básico de saúde, assistência social, e também moradias populares para quem vive do trabalho informal no Centro. Nas palavras de Maria: *“Ou você trabalha ou você fica no transporte público pra lá e pra cá pra pegar o filho na creche. Você precisa de uma coisa perto da outra pra você ter tempo de fazer tudo.”*

Pedir também pelo não armamento da Guarda Municipal, que não raramente faz uso da violência contra os camelôs, é manifestação de resistência da classe trabalhadora contra a violência estatal, presente na história das lutas urbanas brasileira e do Rio de Janeiro. Evidente assim a necessidade de uma análise generificada e racializada da violência estatal, pois foi a partir de uma violência sofrida por Maria que surgiu o Movimento Unidos dos Camelos. E mesmo depois de 18 anos de existência, a reivindicação contra a violência ainda se faz necessária na luta do MUCA, e é o fator que mais a desanima para o trabalho nas ruas: a humilhação de correr da Guarda Municipal com a mercadoria nas costas, ser desrespeitado como trabalhador.

Outras humilhações foram relatadas pelas camelôs, como a denúncia falsa contra Natalina, feita por uma moradora de Copacabana, de que ela vendia bens contrabandeados e drogas ilícitas.

Mas quando pergunto a elas se querem continuar trabalhando como camelôs, Maria afirma: *“eu sou camelô, eu não estou camelô, eu sou camelô.”* Natalina e Aline me disseram o mesmo. Afirmarem-se enquanto



camelô, para elas, é um grito de identidade, autonomia e liberdade, mulheres insubordinadas diante da realidade social que as desrespeita e muitas vezes as violenta.

## Referências Bibliográficas

ABÍLIO. Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. BOITEMPO [online]. 22 fev 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/> Acesso em 11 set 2020.

AFONSO, Nathália. Rio: um terço dos candidatos quer liberar armas de fogo para a Guarda Municipal Rio. AGÊNCIA LUPA - PIAUÍ, [S. l.], p. 0-01, 22 out. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/10/22/programas-rio-guarda-armas/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Mariana Imbelloni Braga; De quantos caminhos se faz um direito?: mobilidade e gênero nos quadros de cidade. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Orientadora: Márcia Nina Bernardes; Coorientadora: Virgínia Totti Guimarães. Rio de Janeiro, 2019.

ALCÂNTARA, André et all. Ambulantes e Direito à Cidade: trajetórias de vida, organização e políticas públicas / André Alcântara; Francisco Comaru; Geilson Sampaio; Luciana Itikawa; Luiz Kohara; Maria Carolina Ferro. – Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013. 152 p. ISBN: 978-85-99908-04-4 Disponível em: <http://gaspargarcia.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Publicacao%20Trabalho%20Informal%20e%20Direito%20a%20Cidade.pdf> Acesso em 23 mai 2021

ALVES, Gláucia. Conta de luz terá reajuste no RJ e vai tornar cidade a 3ª mais cara do país. Fdr, [S. l.], 15 mar. 2021. Finanças. Disponível em: <https://fdr.com.br/2021/03/15/conta-de-luz-tera-reajuste-no-rj-e-vai-tornar-cidade-3a-mais-cara-do-pais/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ANGELA Davis. Portal Geledés, [S. l.], 3 maio 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/angela-davis-2/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado. 1. ed. SÃO PAULO: Boitempo, 2020. 36 p. ISBN 978-65-5717-001-4. E-book.

ARRUZZA, Cinzia Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. Cadernos Cemarx, Campinas, n. 10, 2017. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300341/mod\\_resource/content/1/ARRUZZA%2C%20Cinzia.%20Funcionalista%2C%20determinista%20e%20reducionista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300341/mod_resource/content/1/ARRUZZA%2C%20Cinzia.%20Funcionalista%2C%20determinista%20e%20reducionista.pdf) Acesso em 10 fev 2021.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro Revista, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015\\_1\\_04\\_Cinzia-Arruza.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf) Acesso em 10 fev 2021.

BAIRROS, Luiza. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. In: Afro - Ásia, nº. 17, 1996, Salvador: EdUFBA, p. 173 In: Dissertação “Enegrecendo o feminismo” ou “Feminizando a raça” : narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles / Raquel de Andrade Barreto ; orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de História, 2005.

BARRETO, Raquel de Andrade. Dissertação “Enegrecendo o feminismo” ou “Feminizando a raça” : narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de História, 2005

BATISTA, Fabiana. A camelô que quer impedir que guarda municipal do Rio possa andar armada. UNIVERSA UOL, Rio de Janeiro, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/27/a-camel-o-que-luta-para-impedir-que-guardas-no-rio-andem-armados.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 7 mar. 2021

BHATTACHARYA, Tithi. How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2017

BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2017. Introdução, p. 01-20.

BHATTACHARYA, Tithi. What is Social Reproduction Theory?. SocialistWorker.org, [S. l.], 10 set. 2013. Disponível em: <http://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory/>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BHATTACHARYA, Tithi. VIDEO: What is Social Reproduction Theory? Pluto Press. Londres, 2017. 1 vídeo (6 min 49 s). Disponível em: <https://www.plutobooks.com/blog/video-what-is-social-reproduction-theory/> Acesso 5 jun 2021

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. (1953) Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e

Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992, p. 280. In: BONAN, Anna Cecília Faro. *Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa*, op.cit.

BERTH, Joice. O outro do outro: A violência contra a mulher negra não começou na pandemia. PIAUÍ, SÃO PAULO, n. 167, ago. 2020. tempos da peste. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-outro-do-outro/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BERTHO, Helena; MARTINS, Flavia Bozza. Trabalhadoras informais temem não ter como alimentar os filhos em crise de coronavírus. REVISTA GÊNERO E NÚMERO [online], 24 mar 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/trabalhadoras-informais-temem-nao-ter-como-alimentar-os-filhos-em-crise-do-coronavirus/> Acesso em: 15 ago 2020

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; RULLI, Mariana. Covid-19, instituciones financieras internacionales y continuidad de las políticas androcéntricas en América Latina. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 28(2): e73510 DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n273510. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n273510/44163> Acesso em 04 nov 2020

BONAN, Anna Cecília Faro. *Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa*. 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BRANDALISE, Camila. Feminista italiana pede salário para quem cuida do lar: "Estamos exaustas". UOL: Universa, [s. l.], 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/20/silvia-fed-ericci-trabalho-domestico.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. LEI nº 10826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. [S. l.], p. 0-01, 22 ago. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm). Acesso em: 7 mar. 2021.

BREDA, Tadeu. Quem é bell hooks?: Um rápido olhar sobre a vida e a obra da feminista negra norte-americana que terá três livros publicados pela Elefante no primeiro semestre de 2019, começando por Olhares negros: raça e representação, com lançamento em

fevereiro. Editora Elefante, [S. l.], 5 fev. 2019. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/quem-e-bell-hooks/>. Acesso em: 9 maio 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de emenda à Lei Orgânica nº 23, de 27 de novembro de 2018. Altera a redação do inciso VII do Art. 30 da Lei Orgânica Municipal e acrescenta o § § 2º E 3º, renumerando o atual parágrafo único. [S. l.], 11 dez. 2018. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/ebc4b264d830a77c032577590051dd75/08de27b4a63d0978832583360069533c?OpenDocument>. Acesso em: 7 mar. 2021.

Camelôs enfrentam fiscalização e risco de contaminação para levar comida para casa. Agora São Paulo, SÃO PAULO, 12 abr. 2021. Economia. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/04/camelos-enfrentam-fiscalizacao-e-risco-de-contaminacao-para-levar-comida-para-casa.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CAMELÔ. In: DICIONÁRIO Michaelis UOL. Ed. Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=K4YP>. Acesso em: 11 jan 2021

CAMELÔS: panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, janeiro 2019, p. 29. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Camel%C3%B4s-na-%C3%A1rea-central-jan-2019.pdf>. Acesso em: 13 mar 2021

CAMELOT. In: DICIONÁRIO Larousse Français. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/camelot/12506#locution>. Acesso em: 11 jan 2021

CAMPOS, Luís Augusto. O Pardo como Dilema Político. In: Insight Inteligência. OUTUBRO: NOVEMBRO: DEZEMBRO 2013, p. 89. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/03/O-pardo-como-dilema-pol%C3%ADtico.pdf>

CARNEIRO, Sueli. Trajetória intelectual e formação política: entrevista à revista da Boitempo. In: Introdução ao pensamento feminista negro [recurso eletrônico] : por um feminismo para os 99% / Aleksandra Kollontai ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021. recurso digital, p. 99. Disponível em: <https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2021/03/por-um-feminismo-para-os-99-introducao-ao-pensamento-feminista-negro-textos-de-apoio.pdf>. Acesso em: 4 abril 2021

CINZIA Arruzza. Wook, [S. l.]. Disponível em: <https://www.wook.pt/autor/cinzia-arruzza/1920642>. Acesso em: 5 jun. 2021

COELHO, Bruna da Penha de Mendonça; AZEVEDO, Fatima Gabriela Soares; RUAS, Rhaysa. A crise da vida sob o capitalismo: a reprodução social como chave para a transformação. In: LEICC/Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, junho de 2020 Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada | ISBN: 978-65-00-04236-8 p. 105 Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Guilherme\\_Goncalves2/publication/342178551\\_Covid-19\\_Capitalismo\\_e\\_Crise\\_bibliografia\\_comentada/links/5ee77d2192851ce9e7e3d8e8/Covid-19-Capitalismo-e-Crise-bibliografia-comentada.pdf#page=102](https://www.researchgate.net/profile/Guilherme_Goncalves2/publication/342178551_Covid-19_Capitalismo_e_Crise_bibliografia_comentada/links/5ee77d2192851ce9e7e3d8e8/Covid-19-Capitalismo-e-Crise-bibliografia-comentada.pdf#page=102) Acesso em 16 jan 2021

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Dossiê dos Camelôs do Rio de Janeiro. Relatoria do Direito à Cidade da Plataforma Dhesca Brasil, set 2014. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megae-ventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf> Acesso em 01 mar 2021

CONTA de luz voltará a ter cobrança de taxa extra em dezembro, decide Aneel. UOL, SÃO PAULO, 30 nov. 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/11/30/conta-de-luz-voltara-a-ter-cobranca-de-taxa-extra-em-dezembro-decide-aneel.htm>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Covid-19: Brasil tem seu pior momento na pandemia enquanto doença recua no resto mundo. BBC News Brasil, [s. l.], 27 fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56218084>. Acesso em: 14 mar. 2021.

CURCIO, Anna; Tradução Ana Flávia Bádue Feminismo marxista de ruptura. Marxismo Feminista, [S. l.], 20 jun. 2020. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/2020/06/30/feminismo-marxista-de-ruptura/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DALL'AGNOL, Laísa. Parcela média do auxílio emergencial deve ser de R\$ 250, confirma governo: Valores devem ficar entre R\$ 175 e R\$ 375; Ministério da Cidadania diz que detalhes da nova rodada estão sendo finalizados após aprovação de PEC. FOLHA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 11 mar. 2021. Agora São Paulo. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2021/03/governo-confirma-parcel-a-do-auxilio-emergencial-em-r-250.shtml#:~:text=Ao%20todo%2C%20foram%20pagas%3A,valor%20chegava%20a%20R%24%201.800>. Acesso em: 13 mar. 2021

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. Echalar, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2017. 647 p.

DAVIS, Angela. Mulheres, Cultura e Política. São Paulo: Boitempo, 2017

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981], tradução Heci Regina Candiani.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. recurso digital.

DAVIS, Angela, 1944- Construindo movimentos [recurso eletrônico] : uma conversa em tempos de pandemia / Angela Davis, Naomi Klein ; tradução Leonardo Marins. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. recurso digital (Pandemia capital)

DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016: Mercado de Trabalho: livro 1./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2017, p. 62. Disponível em: [https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro1\\_MercadoTrabalho/index.html?page=4](https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro1_MercadoTrabalho/index.html?page=4) Acesso em 28 jun 2021

EMICIDA. Principia. Sony Music; Laboratório Fantasma: 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/emicida/principia-part-fabiana-cozza-pastoras-do-rosario-e-pastor-henrique-vieira/> Acesso em 20 abril 2021

EVARISTO, Conceição. Insubmissas lágrimas de mulheres. 4. ed. Rio de Janeiro: Male, 2020.

Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, divulgado nesta segunda-feira, dia 6, analisa indicadores com base na Pnad. IPEA, Rio de Janeiro, 6 mar. 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29526](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526). Acesso em: 3 set. 2020

FALA, Trabalhadora! Vanessa Melo: Resistência e afetividade são marcas da vendedora ambulante. CAMTRA, Rio de Janeiro, 2 mar. 2020. Fala, Trabalhadora!. Disponível em: <https://camtra.org.br/fala-trabalhadora-vanessa-melo-vendedora-ambulante/> Acesso em: 10 abr. 2021.

FAO. O papel da mulher na segurança alimentar. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Brasília, 14 out. 2019. Disponível em:

<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1238916/>. Acesso em: 12 out. 2020

FEDERICI, Silvia. Vídeo: Em que corpos pensamos quando pensamos em feminismo?" YOUTUBE Canal TV Boitempo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=f\\_myhBn3Qcw&t=1130s](https://www.youtube.com/watch?v=f_myhBn3Qcw&t=1130s) Acesso em: 11 jan 2020

FEDERICI, Silvia. O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018. 388 p.

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. Revista Estudos Feministas [online]. 2020, v. 28, n. 2 [Acessado 19 Junho 2021] , e70010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>>. Epub 03 Jul 2020. ISSN 1806-9584.

FERGUSON, Susan. Children, Childhood and Capitalism: A Social Reproduction Perspective. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression.1. ed. Londres: Pluto Press, 2017.

FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, n. 10, p. 13–38, 2018. DOI: 10.20396/ce marx.v0i10.10919. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ce marx/article/view/10919>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Tradução de Maíra Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Artigo originalmente publicado em 2013 como introdução à reedição do livro Marxism and the Oppression of Women, de Lise Vogel. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Revista Outubro, n. 29, novembro de 2017. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02\\_McNally-e-Ferguson\\_2017.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf)

FERNANDES, Sabrina. Se quiser mudar o mundo: Um guia político para quem se importa. 3. ed. SÃO PAULO: Planeta, 2020. 192 p. ISBN 978-65-5535-174-3, p. 60.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes. 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.



FONTES, Virgínia. Crise do coronavírus ou crise do capitalismo? YOUTUBE Canal TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YvwS9oAyhUU>. Acesso em 15 abril 2021

FRASER, Nancy, CRISIS of Care?: On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2017

\_\_\_\_\_ How feminism became capitalism's handmaiden - and how to reclaim it. THE GUARDIAN. 14 out 2013. Disponível: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal>. Acesso em 22 jan 2021

G1 RIO. Prefeitura diz que guardas municipais do Rio começam a usar armas não-letais nas ruas ainda este ano. G1, Rio de Janeiro, p. 0-01, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/05/prefeitura-diz-que-guardas-municipais-do-rio-comecam-a-usar-armas-nao-letais-nas-ruas-ainda-este-ano.ghtml>. Acesso em: 7 mar. 2021

GALDO, Rafael. Por falta de fiscalização e de empregos formais, ambulantes tomam avenidas do Rio: Forma de negócio é impulsionada pela falta de fiscalização e pela escassez de empregos formais. O GLOBO, Rio de Janeiro. 15 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/por-falta-de-fiscalizacao-de-empregos-para-mais-ambulantes-tomam-avenidas-do-rio-24305981>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GARCIA, Diego. Pesquisa mostra que trabalho informal eleva contágio e morte por Covid-19 no Brasil: Estudo que avaliou dados de todos os municípios vê relação entre vínculo de emprego e avanço da pandemia. FOLHA DE SÃO PAULO, Rio de Janeiro, 12 out. 2020. Mercado de Trabalho. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/trabalho-informal-eleva-ao-risco-de-contagio-e-morte-por-covid-19.shtml>. Acesso em: 13 out. 2020.

GARCIA, Diego; CAGLIARI, Arthur. Oferta de vagas informais entra em colapso e mercado de trabalho perde seu maior pilar: Do total de 4,9 milhões de postos cortados, 3,7 milhões vieram da informalidade. FOLHA DE SÃO PAULO, SANTOS E SÃO PAULO, p. 0-01, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/oferta-de-vagas-informais-entra-em-colapso-e-mercado-de-trabalho-perde-seu-maior-pilar.shtml>. Acesso em: 7 mar. 2021.

GRAHAM, Stephen. Cidades Sitiadas - O Novo Urbanismo Militar . Boitempo Editorial. 2017.

GRECCO, Fabiana. Trabalhos Domésticos E De Cuidados Sob A Ótica Da Teoria Da Reprodução Social. Dossiê - Gênero, cuidado e famílias. MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 23 N. 3, P.70-102 SET.-DEZ. 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018.3v23n3p70

#GuardaArmadaNão: A luta das mulheres trabalhadoras imigrantes. CAMTRA , Rio de Janeiro, 5 mar. 2021. Disponível em: <https://camtra.org.br/guardaarmadanao-a-luta-das-mulheres-trabalhadoras-imigrantes/>. Acesso em: 10 abr. 2021

#GuardaArmadaNão! MeuRio.org. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.guardaarmadanao.meurio.org.br/#block-34716> Acesso em 07 mar 2021

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu(5) 1995: pp. 07 - 41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em 28 set 2020

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005, p. 176. In: BONAN, Anna Cecília Faro. Camelôs Rebeldes: A Dimensão Sócio-espacial do Direito na Cidade em Disputa, 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. Lutas Sociais: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), SÃO PAULO, n. 29, p. 73-89, jul-dez 2012. DOI <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497>. Acesso em: 6 maio 2021.

HAUBRICH, Alexandre. Reforma trabalhista foi a base do desastre que Bolsonaro quer aprofundar na crise. Brasil de Fato, Rio Grande do Sul, 30 abr. 2020. Coluna. Disponível em: [https://www.brasildefatores.com.br/2020/04/30/reforma-trabalhista-foi-a-base-do-desastre-que-bolsonaro-quer-aprofundar-na-crise?fbclid=IwAR0YLhQjsmyWJalq\\_N41RtYpFp\\_14hFNfJxv1-pdbubG9aiCLS4kpyapm9U#.Xqs0bFin6Sw.facebook](https://www.brasildefatores.com.br/2020/04/30/reforma-trabalhista-foi-a-base-do-desastre-que-bolsonaro-quer-aprofundar-na-crise?fbclid=IwAR0YLhQjsmyWJalq_N41RtYpFp_14hFNfJxv1-pdbubG9aiCLS4kpyapm9U#.Xqs0bFin6Sw.facebook). Acesso em: 2 nov. 2020.

HIRATA, Daniel. Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo. In. BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly;

CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

HOLANDA, Lana de. Feminismo é político. Feminismo não é ficar falando de forma genérica que "mulheres são iguais aos homens", mas sim pautar políticas públicas, denunciar retrocessos, construir coletivamente outras perspectivas. Portanto, não existe feminismo "imparcial" ou feminismo de "centro". 4 jun 2021. Twitter: @lanadeholanda. Disponível em: <https://twitter.com/lanadeholanda/status/1400805644987424769?s=19>. Acesso em: 5 jun 2021

hooks, bell. Love as the practice of freedom. In: Outlaw Culture. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 243–250. Tradução para uso didático por wanderson flor do nascimento. Disponível em: <https://medium.com/enugbarijo/o-amor-como-a-pr%C3%A1tica-da-liberdade-bell-hooks-bb424f878f8c>. Acesso em: 9 maio 2021.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 16, p. 193-210, Abril. 2015. Disponível em: . Acesso em: 04 Abril <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso)> 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf> Acesso em 20 set 2020.

INSTITUTO PACS. O orgulho entre as dores de Maria dos Camelôs. MEDIUM, Rio de Janeiro, 4 jul. 2016. Disponível em: <https://pacsinstituto.medium.com/o-orgulho-entre-as-dores-de-maria-dos-camel%C3%B4s-10c2dc359e8>. Acesso em: 15 mai 2021.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. Mulheres em luta: feminismos e direito nas ocupações da Izidora. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto Itikawa. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., Recife, v.18, n.1, p.57-76, Jan.- abr. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5138/4716>.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto. Trabalho informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas. 2006. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) -

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.16.2006.tde-03032010-154458, p. 5. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-03032010-154458/pt-br.php>. Acesso em: 10 mar 2021

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. Lua Nova, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 22-26, Mar. 1986. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451986000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em 7 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451986000100004>.

JACOBS, Jane Morte e vida de grandes cidades / Jane Jacobs ; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro ; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção cidades). Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/923498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades%20%281%29.pdf>. Acesso 8 maio 2021. p. 295

KUSCHNIR, Karina. 2018. “Doze (ou treze) lições para ajudar a terminar TCC, dissertação de mestrado e tese de doutorado (Parte 2)”, Publicado em [karinakuschnir.wordpress.com](http://karinakuschnir.wordpress.com), url: <https://wp.me/p42zgF-3CU>. Acesso em 5 jun 2021

LAPAVITSAS, Costas. Esta crise expôs os absurdos do neoliberalismo. Isso não significa que ela irá destruí-lo. In: Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito ePráxis, 2020. Guilherme Leite Gonçalves (org.). Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Guilherme\\_Goncalves2/publication/n/342178551\\_Covid-19\\_Capitalismo\\_e\\_Crise\\_bibliografia\\_comentada/links/5ee77d2192851ce9e7e3d8e8/Covid-19-Capitalismo-e-Crise-bibliografia-comentada.pdf#page=102](https://www.researchgate.net/profile/Guilherme_Goncalves2/publication/n/342178551_Covid-19_Capitalismo_e_Crise_bibliografia_comentada/links/5ee77d2192851ce9e7e3d8e8/Covid-19-Capitalismo-e-Crise-bibliografia-comentada.pdf#page=102), Acesso 12 out 2020.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. A Great Beginning IN: Collected Works, v. 29 (Moscou, Progress, 1966), p. 429. Panfleto originalmente publicado em julho de 1919 In: DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016, recurso digital.

Liberado novo pagamento do auxílio: veja se tem direito a ganhar até R\$ 375. UOL, SÃO PAULO, 13 abr. 2021. Economia, p. 0-01. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/13/caixa-auxilio-emergencial-paga-calendario.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LIMA, Vítor Henrique Guimarães. Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca. *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 32, v. 12, n. 1 (Jan./Abr. 2020)

LONGUINHO, Daniella. Há um ano, Brasil anunciava primeiro caso de covid-19: Pesquisa mostrou que coronavírus já circulava no país desde 2019. EBC Agência Brasil, Brasília, 26 fev. 2021. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-02/ha-um-ano-brasil-anunciava-primeiro-caso-de-covid-19-0>.

Acesso em: 24 jun. 2021

LORDE, Audre. *Irmã outsider* / Audre Lorde ; tradução Stephanie Borges. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto; SCHMIDT, Selma. Projeto que libera o armamento da Guarda Municipal do Rio está em pacote apresentado pela prefeitura: Proposta, porém, já enfrenta resistência até de vereadores da base do prefeito Eduardo Paes. O GLOBO, Rio de Janeiro, 26 fev. 2021. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/projeto-que-libera-armamento-da-guarda-municipal-do-rio-esta-em-pacote-apresentado-pela-prefeitura-24901184>. Acesso em: 7 mar. 2021.

MARTINS, Flávia; FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia. Fome, medo e falta de renda: A vida das ambulantes no primeiro ano da pandemia. *Plural - UOL Notícias*, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/fome-medo-e-falta-de-renda-a-vida-das-ambulantes-no-1-ano-de-pandemia/#page12>.

Acesso em: 8 maio 2021

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach, 1845. In Marxists.org. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 9 maio 2021.

MAZZA, Luigi; ROSSI, Amanda; BUONO, Renata. A polícia que mais mata. *REVISTA PIAUÍ*, [S. l.], 26 ago. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/policia-que-mais-mata/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

MAZIEIRO, Guilherme. Guedes: vamos usar recurso público com grandes empresas e ganhar dinheiro. UOL, Brasília, 22 maio 2020. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/guedes-vamos-usar-recurso-publico-com-grandes-empresas-e-ganhar-dinheiro.htm>. Acesso em: 4 mar. 2020.

MEDEIROS, Jimmy. Quem quer dinheiro?: Do Cartão Família Carioca para a Renda Básica Carioca. **Crítica e Sociedade**: Revista de cultura política, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 126-143, 2020. DOI <https://doi.org/10.14393/RCS-v10n2-2020-58275>. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/58275/30583>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MELO, Hildete Pereira de. A VIDA DAS MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA!. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, SÃO PAULO, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.fes.de/detalhe/a-vida-das-mulheres-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 29 out. 2020.

MENEZES, Pedro. Hotéis Rio e ABIH-RJ pedem reordenamento da capital ao presidente do TJRJ. Revista Mercado e Eventos, [S. l.], 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/hotelaria/hoteis-rio-e-abih-rj-pedem-reordenamento-da-capital-ao-presidente-do-tjrj/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses / coordenadores: Marina Feferbaum, Rafael Mafei Rabelo Queiroz. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2019.

MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz. **Serviços e informalidade**: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Texto para discussão no 773. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0773.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0773.pdf)

MUCA. PROPOSTAS AO PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. BLOG MUCA, Rio de Janeiro, 2 nov. 2020. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/> Acesso em: 2 jun. 2021.

MUCA. VACINA SIM/ARMAS NÃO! Blog MUCA Rio de Janeiro, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 7 mar. 2021

MUCA. Vitória: Manifestação do MUCA abre as negociações sobre ampliação do Auxílio Carioca. Blog MUCA, Rio de Janeiro, 17 abr. 2021. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Mulheres representam 71% das vítimas de escravidão moderna no mundo. UNIVERSA, UOL, [S. l.] 26 jul 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/07/26/mulhere>

s-representam-71-das-vitimas-da-escravidao-moderna-no-mundo.htm  
Acesso em 29 jan 2021.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES; MUCA. CAMELÔS. Panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no Centro do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Camel%C3%B4s-na-%C3%A1rea-central-jan-2019.pdf>. Acesso em 08 set 2020

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES; MUCA. INFOGRÁFICO. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/03/Infogr%C3%A1fico-8M-Camel%C3%B4s.pdf> Acesso em: 07 set 2020

Observatório das Metrôlopes; MUCA. Pesquisa – Perfil dos Beneficiários das Cestas Básicas (Ação Solidária). Blog MUCA, Rio de Janeiro, 11 set. 2020. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.files.wordpress.com/2020/09/pesquisa-perfil-beneficiarios-cestas-basicas.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Novo cadastro de Crivella põe em risco o direito ao trabalho dos camelôs. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [s. l.], 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/camelos-do-centro-do-rio-podem-viver-novo-choque-de-ordem/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Violações do Direito ao Trabalho dos Camelôs no Rio. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, Rio de Janeiro, 09 abr. 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/violacoes-do-direito-ao-trabalho-dos-camelos-no-rio-2/>. Acesso em: 6 mar. 2021

O Drama da Renda Básica Carioca. Lula Lacerda, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://lulacerda.ig.com.br/o-drama-da-renda-basica-carioca/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

OHANA, Victor. Jô Cavalcanti: “A gente nunca viu democracia dentro das comunidades”: m entrevista a CartaCapital, deputada de mandato coletivo em Pernambuco comenta genocídio contra pobres: ‘O Estado nos vê como alvo’. Carta Capital, [S. l.], 3 out. 2019. Política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/jo-cavalcanti-a-gente-nunca-viu-democracia-dentro-das-comunidades/>. Acesso em: 5 maio 2021

O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios: Pesquisa do Sebrae mostra que 31% das empresas mudaram o

funcionamento e precisaram se adaptar para manter a saúde financeira.. SEBRAE: MERCADO E VENDAS | AMBIENTE DE VENDA, [s. /], 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios.192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 14 mar. 2021

O que é favela, afinal? / organizador: Jailson de Souza e Silva. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. 104 p. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021

Os dois circuitos - a partir da obra de Milton Santos. YouTube Canal PERIFAU. 06 out 2014. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1nBCsL\\_px5w](https://www.youtube.com/watch?v=1nBCsL_px5w) . Acesso em 16 fev 2021.

O orgulho entre as dores de Maria dos Camelôs. INSTITUTO PACS, MEDIUM, Rio de Janeiro, 4 jul. 2016. Disponível em: <https://pacsinstituto.medium.com/o-orgulho-entre-as-dores-de-maria-dos-camel%C3%B4s-10c2dc359e8>. Acesso em: 13 set. 2020.

PECHIM, Lethicia. Negros morrem mais pela covid-19: Pretos e pardos também têm mais chance de ser infectados e correm maior risco de hospitalização. Faculdade de medicina UFMG, Belo Horizonte, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/>. Acesso em: 17 fev. 2021

PETRONE, Talíria. A Urgência do feminismo para os 99%. In: Introdução ao pensamento feminista negro [recurso eletrônico] : por um feminismo para os 99% / Aleksandra Kollontai ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021. recurso digital, p. 99. Disponível em: [https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2021/03/por-um-feminismo-para-os-99\\_introducao-ao-pensamento-feminista-negro\\_textos-de-apoio.pdf](https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2021/03/por-um-feminismo-para-os-99_introducao-ao-pensamento-feminista-negro_textos-de-apoio.pdf) Acesso em: 4 abril 2021

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. A Rua como Estilo de Práticas Cotidianas na Ocupação do Centro de Porto Alegre por Camelôs. Revista Iluminuras - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - BIEV/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS E-ISSN 1984-1191 p. 9. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9156/5255>.

Plataforma DHESCA BRASIL; Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Dossiê Violações ao Direito ao Trabalho e à Cidade dos Camelôs no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 0-30, set. 2014. Disponível em:



[https://comitepopulario.files.wordpress.com/2015/03/dossiecamelos\\_set2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2015/03/dossiecamelos_set2014_web.pdf). Acesso em: 4 mar. 2021.

REVITALIZAÇÃO. In: DICIONÁRIO Michaelis UOL. Ed. Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=RQVAo>. Acesso em 17 fev 2021

RIBEIRO, Laura Talho. Centro de Operações Rio: construção de narrativas sobre o espaço urbano e novas configurações de gestão de fluxos. Niterói, 2017, 136 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2017

RIO DE JANEIRO. Lei Municipal 1.876 de 29 de junho de 1992. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=178221>. Acesso em: 26 jun 2021

ROUBICEK, Marcelo. As mudanças trabalhistas na pandemia. E o que pode ficar. Nexo, [S. l.], 19 jul. 2020. Expresso. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/07/19/As-mudan%C3%A7as-trabalhistas-na-pandemia.-E-o-que-pode-ficar>. Acesso em: 4 nov. 2020.

RUAS. Raysa. Curso Feminismo e Marxismo - Aula 1. YOUTUBE Canal Esquerda Online.. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=evTWy-w6gd8&list=PLJCjTsoxOhdEUtfxW0YxN-ovSYkAyVoN&index=2>. Acesso em 15 fev 2021

SANTOS, Milton. Desenvolvimento Econômico e Urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. Boletim Paulista de Geografia, nº 53, São Paulo, 1977.

SATO, Bruna Akiko Anan. Estudo dos impactos das remoções de famílias por intervenções urbanísticas: Favela Nova Jaguaré. 2013. 67 p. Relatório Final de Iniciação Científica (Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, SÃO PAULO, 2013, pp. 4/5 Disponível em: [http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/SATO\\_IniciacaoCientifica.pdf](http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/SATO_IniciacaoCientifica.pdf) Acesso em: 2 abr. 2021

SILVA, Alaiane de Fátima dos Santos, 1986- Trabalhadoras ambulantes : vida, trabalho e direitos / Alaiane de Fátima dos Santos Silva, Iara Amora dos Santos, Eleutéria Amora da Silva. - Rio de Janeiro : CAMTRA, 2011. 30p. : il. p.5. Disponível em: <https://camtra.org.br/wp-content/uploads/2018/10/livro-trabalhadoras-ambulantes-vida-trabalho-e-direitos.pdf> Acesso em: 10 abril 2021

SILVA, Roberta Pereira da. Urbanização de favelas e o direito à cidade: referências de análise pela experiência da Vila DNOCS, no Distrito Federal / Roberta Pereira da Silva. - 2014. 141 p. 297mm. (UnB - PPG/FAU, Mestre, Arquitetura e Urbanismo, 2014). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33549075.pdf> Acesso em: 05 mai 2021, p. 40

SOBRINHO, Wanderley Preite. Privatização do SUS? Entenda decreto de Bolsonaro sobre unidades de saúde. UOL, SÃO PAULO, 28 out. 2020. Saúde. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/10/28/jair-bolsonaro-paulo-guedes-ubs-sus-saude-publica-decreto-privatizacao.htm>. Acesso em: 4 nov. 2020.

STF dá 48h para Salles explicar ação que acabou com proteção a manguezais. UOL, SÃO PAULO, 1 out. 2020. Meio Ambiente. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/10/01/stf-da-48h-para-salles-explicar-acao-que-acabou-com-protecao-a-manguezais.htm>. Acesso em: 5 nov. 2020

TAVOLARI, Bianca. Direito à Cidade: Uma Trajetória Conceitual. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 93-109, Mar. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002016000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 05 Mai 2021. <https://doi.org/10.25091/s0101-33002016000100005>

TEIXEIRA, Marilane. A pandemia do coronavírus e os seus efeitos sobre as mulheres trabalhadoras. SOF - Sempre Viva Organização Feminista, SÃO PAULO, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/efeitos-pandemia-mulheres-trabalhadoras/>. Acesso em: 1 jun. 2021.

TITHI Bhattacharya. Blog Tithi Bhattacharya, Oak Park, IL. Disponível em: <http://www.tithibhattacharya.net/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

TOUSSAINT, Eric. Capítulo 11. Los programas de ajuste estructural definidos por el FMI y el Banco Mundial. En: La bolsa o la vida. Las finanzas contra los pueblos. Buenos Aires : CLACSO, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100609080153/15cap11.pdf> Acesso em 12 out 2020

VENTURA, Larissa. Reviver Centro lança terceira pesquisa sobre a região central do Rio: Terceira enquete sobre o plano urbano permite que a população opine sobre projeto de lei que será analisado na Câmara dos Vereadores. Diário do Rio.com, Rio de Janeiro, 16 mar. 2021. Disponível em:

<https://diariodorio.com/reviver-centro-lanca-terceira-pesquisa-sobre-a-regiao-central-do-rio/>. Acesso em: 9 maio 2021.

VENTURA, Manoel. Entenda a PEC que libera o auxílio emergencial e permite congelar salário de servidores: Proposta, aprovada no Senado, prevê gatilhos para controle de despesas. Funcionários públicos ficarão sem reajuste se decretado estado de calamidade. O GLOBO, [S. l.], 4 mar. 2021. Economia, p. 0-01. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/entenda-pec-que-libera-auxilio-em-ergencial-permite-congelar-salario-de-servidores-1-24907683>. Acesso em: 15 abr. 2021

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. Movimentos contra a Violência do Estado: gênero, território e afeto como política. *In*: Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais: história e perspectivas/organização, José Sérgio Leite Lopes, Beatriz Heredia. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

Vulnerabilidade de informais, mulheres e negros é acentuada na pandemia. UFJF Notícias, Juiz de Fora, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/02/vulnerabilidade-de-informais-mulheres-e-negros-e-acentuada-na-pandemia/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

WERNECK, Mariana; RIBEIRO, Bruna. Trabalho ambulante feminino na dianteira da vulnerabilidade. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, Rio de Janeiro, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/trabalho-ambulante-feminino-na-dianteira-da-vulnerabilidade/>. Acesso em: 3 set. 2020.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada para participar como voluntário(a) da pesquisa: As camelôs do MUCA: uma análise feminista-marxista sobre as trabalhadoras das ruas do Rio, conduzida por Sílvia Talho Ribeiro, mestranda da PUC-Rio. Este estudo tem como objetivo discutir a experiência das mulheres camelôs do Rio de Janeiro na construção do direito à cidade e ao trabalho.

Sua participação não é obrigatória e apresenta risco considerado mínimo devido à possibilidade de constrangimento frente à situação de responder às perguntas pessoais. Caso ocorra esse tipo de situação, você poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A entrevista terá o seu áudio gravado e posteriormente será transcrito. Visando a confidencialidade de qualquer informação sensível, os nomes serão alterados para manter o anonimato das participantes. A pesquisadora se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada, sem qualquer identificação da participante.

A pesquisa poderá gerar benefícios indiretos às participantes, como a identificação de outros movimentos sociais com a luta do MUCA ou mesmo a nível individual, entre mulheres. Ainda, o reconhecimento da importância do MUCA em meio acadêmico pode ser outro benefício a se identificar.

Em razão da pandemia, sua participação nesta pesquisa se dará através de entrevista realizada por meio eletrônico (chamada de vídeo por WhatsApp), bem como por mensagens de texto ou de voz registradas no referido aplicativo eletrônico entre você e a pesquisadora. A pesquisadora informa que este Termo foi enviado a todas as participantes e explicado, os objetivos e propósitos da pesquisa, em mensagem de apresentação e solicitação de agendamento de entrevista e ao início desta.

Concluída a pesquisa, os resultados serão disponibilizados para as participantes da pesquisa. Os áudios e transcrições das entrevistas serão mantidos sob a guarda, exclusiva, da pesquisadora, por um período mínimo de 5 (cinco anos) em arquivos em nuvem (Google Drive).

O aceite das participantes na pesquisa será registrado mediante envio de mensagem de texto ou de voz pelo WhatsApp (aplicativo de maior difusão entre as participantes).

As participantes podem, a qualquer momento, tirar dúvidas quanto ao procedimento da pesquisa e objetivos dos dados com a pesquisadora, Sílvia Talho Ribeiro, mestranda em Direito na PUC-Rio (ingresso em 2019), telefone (32) 98857-7720, e-mail: silviatalhoribeiro@gmail.com ou com sua orientadora, Adriana Vidal, e-mail: adrianavidal@puc-rio.br.

Segue-se ainda o contato da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Rua Marquês de São Vicente 225, Edifício Kennedy, 2o. andar, Gávea - 22453-900- Rio de Janeiro, RJ- Tel. (021) 35271618, instância da Universidade que analisa do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus docentes, pesquisadores e discentes, caso seja de interesse das participantes solicitar informações.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você, Maria dos Camelôs, está sendo convidada para participar como voluntário(a) da pesquisa: As camelôs do MUCA: uma análise feminista-marxista sobre as trabalhadoras das ruas do Rio, conduzida por Sílvia Talho Ribeiro, mestranda da PUC-Rio. Este estudo tem como objetivo discutir a experiência das mulheres camelôs do Rio de Janeiro na construção do direito à cidade e ao trabalho.

Sua participação não é obrigatória e apresenta risco considerado mínimo devido à possibilidade de constrangimento frente à situação de responder às perguntas pessoais. Caso ocorra esse tipo de situação, você poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A entrevista terá o seu áudio gravado, que posteriormente será transcrito. Tendo em vista a sua posição como liderança do Movimento Unido dos Camelôs, bem como da sua importância política no Movimento e conhecimento público acerca do cargo que desempenha, seu nome e falas aparecerão na pesquisa de forma expressa. No entanto, os nomes de outras participantes da pesquisa ou de quaisquer outros sujeitos que não sejam pessoas públicas, que venham a ser por você mencionados, serão alterados.

A pesquisadora se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada e, após concluída a pesquisa, os resultados serão disponibilizados para as participantes da pesquisa.

A pesquisa poderá gerar benefícios diretos a você, seja através da identificação de sua importância política e social como líder do MUCA, mas também indiretos, como a identificação de outros movimentos sociais com a luta do MUCA ou mesmo a nível individual, entre mulheres. Ainda, o reconhecimento da importância do MUCA em meio acadêmico pode ser outro benefício a se identificar.

Em razão da pandemia, sua participação nesta pesquisa se dará através de entrevista realizada por meio eletrônico (chamada de vídeo por WhatsApp), bem como por mensagens de texto ou de voz registradas no referido aplicativo eletrônico entre você e a pesquisadora. A pesquisadora informa que este Termo foi enviado a todas as participantes e explicado, os objetivos e propósitos da pesquisa, em mensagem de apresentação e solicitação de agendamento de entrevista e ao início desta.

Os áudios e transcrições das entrevistas serão mantidos sob a guarda, exclusiva, da pesquisadora, por um período mínimo de 5 (cinco anos) em arquivos na nuvem (Google Drive).

O aceite das participantes na pesquisa será registrado mediante envio de mensagem de texto ou de voz pelo WhatsApp (aplicativo de maior difusão entre as participantes).

As participantes podem, a qualquer momento, tirar dúvidas quanto ao procedimento da pesquisa e objetivos dos dados com a pesquisadora, Sílvia Talho Ribeiro, mestranda em Direito na PUC-Rio (ingresso em 2019), telefone (32) 98857-7720, e-mail: [silviatalhoribeiro@gmail.com](mailto:silviatalhoribeiro@gmail.com) ou com sua orientadora, Adriana Vidal, e-mail: [adriana Vidal@puc-rio.br](mailto:adriana Vidal@puc-rio.br).

Segue-se ainda o contato da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Rua Marquês de São Vicente 225, Edifício Kennedy, 20. andar, Gávea - 22453-900- Rio

de Janeiro, RJ- Tel. (021) 35271618, instância da Universidade que analisa do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus docentes, pesquisadores e discentes, caso seja de interesse das participantes solicitar informações.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você, Aline, está sendo convidada para participar como voluntário(a) da pesquisa: "As camelôs da região central do Rio de Janeiro: uma análise feminista-marxista das trabalhadoras de rua em tempos pandêmicos", conduzida por Sílvia Talho Ribeiro, mestrandia da PUC-Rio. Este estudo tem como objetivo discutir a experiência das mulheres camelôs do Rio de Janeiro na construção do direito à cidade e ao trabalho.

Sua participação não é obrigatória e apresenta risco considerado mínimo devido à possibilidade de constrangimento frente à situação de responder às perguntas pessoais. Caso ocorra esse tipo de situação, você poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A entrevista terá o seu áudio gravado, que posteriormente será transcrito. Tendo em vista a sua posição como cofundadora d'A Garagem, bem como da sua importância importância e conhecimento público acerca da função social que seu grupo desempenha, seu nome e falas aparecerão na pesquisa de forma expressa. No entanto, os nomes de outras participantes da pesquisa ou de quaisquer outros sujeitos que não sejam pessoas públicas, que venham a ser por você mencionados, serão alterados.

A pesquisadora se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada e, após concluída a pesquisa, os resultados serão disponibilizados para as participantes da pesquisa.

A pesquisa poderá gerar benefícios diretos a você, seja através da identificação de sua importância política e social como cofundadora d'A Garagem Delas, mas também indiretos, como a identificação de outros grupos sociais com a organização d'A Garagem ou mesmo a nível individual, entre mulheres. Ainda, o reconhecimento da importância d'A Garagem em meio acadêmico pode ser outro benefício a se identificar.

Em razão da pandemia, sua participação nesta pesquisa se dará através de entrevista realizada por meio eletrônico (chamada de vídeo por WhatsApp), bem como por mensagens de texto ou de voz registradas no referido aplicativo eletrônico entre você e a pesquisadora. A pesquisadora informa que este Termo foi enviado a todas as participantes e explicado, os objetivos e propósitos da pesquisa, em mensagem de apresentação e solicitação de agendamento de entrevista e ao início desta.

Os áudios e transcrições das entrevistas serão mantidos sob a guarda, exclusiva, da pesquisadora, por um período mínimo de 5 (cinco anos) em arquivos na nuvem (Google Drive).

O aceite das participantes na pesquisa será registrado mediante envio de mensagem de texto ou de voz pelo WhatsApp (aplicativo de maior difusão entre as participantes).

As participantes podem, a qualquer momento, tirar dúvidas quanto ao procedimento da pesquisa e objetivos dos dados com a pesquisadora, Sílvia Talho Ribeiro, mestrandia em Direito na PUC-Rio (ingresso em 2019), telefone (32) 98857-7720, e-mail: [silviatalhoribeiro@gmail.com](mailto:silviatalhoribeiro@gmail.com) ou com sua orientadora, Adriana Vidal, e-mail: [adriana Vidal@puc-rio.br](mailto:adriana Vidal@puc-rio.br).

Segue-se ainda o contato da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Rua Marquês de São Vicente 225, Edifício Kennedy, 2o. andar, Gávea - 22453-900- Rio de Janeiro, RJ- Tel. (021) 35271618, instância da Universidade que analisa do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus docentes, pesquisadores e discentes, caso seja de interesse das participantes solicitar informações.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



## **Roteiro de entrevista da pesquisa sobre experiência como trabalhadora camelô MUCA - Rio de Janeiro**

### **1) Dados Gerais**

- Idade?
- Raça?

### **2) Trabalho**

- Há quanto tempo trabalha como camelô?
- Onde fica o seu ponto de venda? Sempre no mesmo lugar?
- Quantas horas por dia você fica na rua trabalhando?
- O que você vende?
- Você trabalha sozinha ou com mais alguém?
- Onde você guarda seus produtos?
- Como você faz para ir ao banheiro quando está trabalhando?
- E se alimentar (almoço)?
- E água? Tem bebedouros públicos?

### **3) Percepção da rua**

- Como você percebe a rua? Tem muitas mulheres trabalhando?
- Mães solo? Elas levam as crianças?

### **4) MUCA**

- Você faz parte do MUCA? E da liderança do Movimento?
- O que você acha que significa ser uma mulher camelô?
- Já percebeu alguma diferença de tratamento, entre seus companheiros ou consumidores, por ser mulher no exercício da sua atividade? Ou assédio?
- Já sofreu violência policial?
- Qual você acha que é o papel das mulheres no movimento?
- Qual a maior dificuldade para você?
- Quer continuar trabalhando como camelô? Ou gostaria de ter outro trabalho?
- Na época das candidaturas, o candidato Eduardo Paes, agora eleito, chegou a falar que se fosse eleito pretendia espalhar camelódromos pela cidade. Como você vê essa fala do candidato, que na época de prefeito teve tantos embates com os camelôs?

### **5) Casa/ Família**

- Mora perto de onde vende? Demora quanto tempo para chegar no ponto de trabalho? Usa qual meio de transporte?
- Tem filhos?
- Escola perto de casa?
- Quando as crianças passam mal, quem fica com eles?
- Posto de saúde leva onde?
- Você mora com quantas pessoas?

## 6) Pandemia

- Enfrentou alguma dificuldade financeira na pandemia?
- Recebeu auxílio financeiro?
- Se sim, qual o impacto da redução do valor? E do corte pelo Governo Federal?
- Percebeu aumento dos preços dos itens alimentares que estava acostumada a consumir nos últimos meses?
- Aumento da conta de luz? Tem internet em casa?
- Alguém na família teve dificuldade com doença nesse período?
- Você teve que passar a cuidar de outras pessoas no período?
- Você acha que o trabalho doméstico aumentou?

## **Roteiro de entrevista da pesquisa sobre experiência como trabalhadora camelô A Garagem Delas**

- 1) Aline, você pode me explicar como funciona A Garagem Delas? Funciona como um café solidário aos domingos, é isso?
- 2) Antes da pandemia vocês organizavam um pagode?
- 3) Quantas são as pessoas que organizam A Garagem? Tem voluntários?
- 4) Além desse trabalho social que vocês fazem, vocês são ambulantes também, certo?
- 5) Vocês também fazem parte do MUCA?
- 6) Por que vocês resolveram fazer esse café solidário? Desde quando?
- 7) Qual é o público que vocês atendem? Tem muitas mulheres?
- 8) Quem ajuda vocês com doações?
- 9) Vocês funcionam na Rua da Carioca, certo? Esse espaço pertence ao MUCA? A alguma de vocês?
- 10) Vocês dão outras coisas além do café da manhã? Por exemplo, roupas?
- 11) Qual a importância para você desse café solidário?
- 12) O que esse momento de pandemia significa pra você? Tem te afetado muito? De que forma?
- 13) A logo de vocês no instagram é uma mulher negra mostrando seu muque, sua força. O que essa imagem quer dizer para vocês?
- 14) Vocês se manifestam politicamente no instagram. Qual você acha que é a importância de vocês se manifestarem como "esquerda"?
- 15) "Somos mulheres que realizamos nossos sonhos." Qual a importância desse "ser mulher" para você?
- 16) Você vê alguma diferença entre o tratamento de mulheres e homens no mundo? e como camelô?
- 17) Vocês se consideram feministas?

